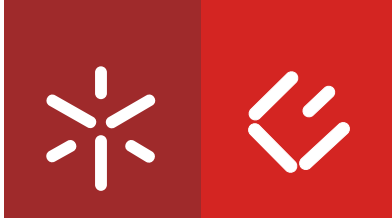




Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Angelina Domingues Barreiro

A prática e o sucesso do Desporto por parte dos atletas Paralímpicos: Um estudo sobre o caso português



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Angelina Domingues Barreiro

A prática e o sucesso do Desporto por parte dos atletas Paralímpicos: Um estudo sobre o caso português

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às entidades desportivas que se disponibilizaram, desde o início, para integrar a investigação da presente Dissertação de Mestrado. Agradece-se, assim, à Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (PCAND), à Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Visual (ANDDVIS), ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) e também ao *International Paralympic Committee* (IPC). Sem a ajuda destas entidades, não seria possível perceber e determinar alguns dos dados mais importantes de modo a chegar às conclusões referenciadas.

Em segundo lugar, agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Paulo Reis Mourão, que sempre se mostrou disponível para ajudar em qualquer dúvida no desenvolvimento deste documento, bem como à formatação e organização dos principais temas da presente Dissertação de Mestrado. Desta forma, também se dá uma palavra de apreço a toda a direção do Mestrado em Economia Social da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, que tem tido um papel crucial no desenvolvimento e na evolução do Mestrado nesta área tão específica como a da Economia Social.

Vivendo em circunstâncias adaptadas à pandemia da COVID-19, nem sempre foi fácil sujeitar e levar este caminho até ao final. Assim, por último, mas não o menos importante, agradecer do fundo do coração a todas as pessoas à minha volta, família e amigos, que, desde o início da minha caminhada universitária, tiveram um papel fundamental para a realização da presente Dissertação de Mestrado, pois estiveram presentes para me apoiar e ajudar a realizar esta última etapa.

«The future belongs to those who believe in the beauty of their dreams».

Eleanor Roosevelt

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A prática e o sucesso do Desporto por parte dos Atletas Paralímpicos: Um estudo sobre o caso português

Resumo

O Desporto Adaptado nasce como uma das formas mais peculiares da inclusão social no Desporto, de modo a criar-se as condições necessárias para garantir a prática do «Desporto para Todos». Deste modo, derivado do Desporto Adaptado, crescem as ligações oriundas ao Desporto Surdolímpico e ao Desporto Paralímpico, sendo este último o tema principal do presente estudo de caso.

Assim, com a crescente evolução do Desporto Paralímpico a nível internacional, Portugal não foi exceção, sendo que a prática do Desporto Paralímpico em Portugal também nasce com o intuito de dar a todas as pessoas a oportunidade de praticar Desporto, sendo uma atividade cada vez mais recorrente no país.

De modo a tornar o Desporto Paralímpico cada vez mais competitivo, os Jogos Paralímpicos nasceram há cerca de 60 anos. No passar destes 60 anos, a participação de Portugal começou a ser regular apenas a partir dos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville de 1984. A partir daqui, os atletas paralímpicos portugueses têm mostrado um caminho de altos e baixos na sua participação, no que concerne os tópicos referentes às modalidades representadas por Portugal; a sua participação; e, por fim, o número de medalhas conquistadas.

Deste modo, o estudo apresentado dirige-se à investigação pormenorizada da prática do Desporto Paralímpico em Portugal, destacando de que modo é que este se apresenta nos dias de hoje, e como é que se mede o sucesso por parte dos atletas paralímpicos portugueses nas últimas 9 participações nos Jogos Paralímpicos.

Por fim, conclui-se que a evolução e o sucesso nos Jogos Paralímpicos por parte dos atletas portugueses poderão ser determinados entre os períodos de tempo antes e depois da realização dos Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000.

Palavras-chave: Jogos Paralímpicos; Medalhas; Modalidades; Participação; Portugal.

The practice and the success of Sport by the Paralympic Athletes: A study of the Portuguese case

Abstract

Adapted Sport was born as one of the most specific ways of social inclusion in Sports, in order to create the conditions to guarantee the practice of the «Sports for All» concept. At this point, provided from the Adapted Sports, grows the connections between the Deaflympic Sport and the Paralympic Sport, being the Paralympic Sports the main content of the present case of study.

Thus, with the growing evolution of the Paralympic Sport internationally, Portugal wasn't an exception, as the practice of Paralympic Sport in Portugal has also born with the aim of providing all the disabled people the opportunity of practice Sport, being an activity increasingly frequent in this country.

In order to make Paralympic Sport increasingly competitive, the Paralympic Games were born around 60 years ago. Over these 60 years, Portugal's participation began to be regular only after the 1984 Paralympic Games in New York and Stoke Mandeville. From then on, Portuguese Paralympic athletes have shown a path of ups and downs in their participation, in what concerns the topics referring to the Paralympic Sports represented by Portugal; their participation; and, finally, the number of medals won.

Therefore, the study presented is aimed at a detailed investigation of the practice of Paralympic Sport in Portugal, highlighting in what way it presents itself today, and how success is measured by the Portuguese Paralympic athletes in the last 9 participations in the Paralympic Games.

Lastly, it is concluded that the success in the Paralympic Games by the Portuguese athletes can be determined between the periods of time before and after the achievement of the 2000 Sydney Paralympic Games.

Keywords: Medals; Paralympic Games; Paralympic Sports; Participation; Portugal.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de Quadros	ix
Índice de Gráficos	x
Lista de Abreviaturas	xiii
I. INTRODUÇÃO	1
II. PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA	3
III. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
3.1 A conceptualização de Sucesso (Internacional) no Desporto.....	4
3.2 O conceito de Inclusão Social (no Desporto)	6
3.3 A História do Movimento Paralímpico no contexto internacional e a criação dos Jogos Paralímpicos	8
3.4 A História do Movimento Surdolímpico, a sua evolução em Portugal e principais opostos entre o Movimento Paralímpico e o Movimento Surdolímpico	13
3.5 A História do Desporto Paralímpico em Portugal.....	17
3.5.1 Estrutura Organizativa.....	17
3.5.2 Estrutura Legislativa.....	20
3.5.3 Sistemas de apoio logístico, financeiro e patrocínios	21
IV. METODOLOGIA	23
4.1 Tema em Estudo e Principais Objetivos	23
4.2 Metodologia Aplicada e Formulação de Hipóteses.....	24
4.3 Recolha de Dados e Categorização da Análise	25
V. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	29

5.1 A prática do Desporto Adaptado em Portugal.....	29
5.1.1 Entidades responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal.....	29
5.1.2 Modalidades praticadas em Portugal.....	33
5.1.3 Síntese.....	35
5.2 Portugal nos Jogos Paralímpicos	38
5.2.1 Modalidades representadas pelos portugueses nos Jogos Paralímpicos	40
5.2.2 A participação dos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos	43
5.2.3 Medalhas paralímpicas conquistadas nos Jogos Paralímpicos	49
5.2.4 Síntese	55
5.3 O panorama internacional dos Jogos Paralímpicos	65
5.3.1 Modalidades Paralímpicas no panorama internacional.....	66
5.3.2 Participação no panorama internacional.....	69
5.3.3 Medalhas atribuídas no panorama internacional.....	71
5.3.4 Portugal no panorama internacional.....	76
5.3.5 Síntese.....	80
VI. CONCLUSÕES.....	90
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
VIII. APÊNDICES E ANEXOS.....	101

Índice de Quadros

Quadro 1. Natureza dos dados quantitativos recolhidos e utilizados na presente Dissertação de Mestrado.....	25
Quadro 2. Caraterísticas esquematizadas das Categorias e Subcategorias de Análise presentes na Dissertação de Mestrado.....	28
Quadro 3. Modalidades Distintas do Desporto Adaptado praticadas em Portugal registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.....	34
Quadro 4. Modalidades representadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	55
Quadro 5. Número total de participações por modalidades e por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	58
Quadro 6. Número total de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, divididos por categorias de medalhas (ouro, prata e bronze), por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	74
Quadro 7. População, Número de Medalhas Conquistadas por Portugal e Habitantes por Medalha de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	79

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Número de Instituições, Clubes e Entidades Desportivas registados no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal, por distrito, 2021.....	31
Gráfico 2. Número de Instituições, Clubes e Entidades Desportivas registados no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal, por NUTS II, 2021.....	32
Gráfico 3. Maior representação de modalidades distintas registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.....	35
Gráfico 4. Comparação entre o número de entidades de prática desportiva e o «Total de Modalidades», registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.....	36
Gráfico 5. Comparação entre o número de entidades de prática desportiva e o n.º de «Total de Modalidades», registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por distrito, 2021.....	38
Gráfico 6. Total de modalidades representadas por Portugal, por edição dos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	40
Gráfico 7. Número de edições de Jogos Paralímpicos por cada Modalidade Representada por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	42
Gráfico 8. Representação de modalidades por número de distritos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	43
Gráfico 9. Total de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, por distrito, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	44
Gráfico 10. Número de atletas participantes em representação de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	45
Gráfico 11. Número total de atletas participantes por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	46
Gráfico 12. Número total de participações por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	48
Gráfico 13. Total de atletas e participações por variáveis de análise de dados de participação, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	49
Gráfico 14. Total de medalhas conquistadas por Portugal, nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	50

Gráfico 15. Medalhas divididas por categorias (ouro, prata e bronze) conquistadas por Portugal, nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	52
Gráfico 16. Total de medalhas conquistadas, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	53
Gráfico 17. Medalhas divididas por categorias (ouro, prata e bronze) conquistadas por Portugal, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	53
Gráfico 18. Total de medalhas conquistadas por Portugal, divididas por categorias (ouro, prata e bronze), por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	54
Gráfico 19. Comparação entre o total de atletas participantes e o total de participações, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	60
Gráfico 20. Número de atletas participantes, comparado com o número de modalidades participantes nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	63
Gráfico 21. Número de atletas participantes, comparados com o total de medalhas adquiridas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	64
Gráfico 22. Número de Modalidades Paralímpicas acreditadas nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.....	66
Gráfico 23. Número de edições em que as Modalidades Paralímpicas listadas foram acreditadas, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.	68
Gráfico 24. Número total de países participantes por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	69
Gráfico 25. Número total de atletas participantes por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	71
Gráfico 26. Número total de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	72
Gráfico 27. Top 10 de países com maior número total de medalhas conquistadas nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.	75
Gráfico 28. Número total de medalhas paralímpicas distribuídas por modalidades paralímpicas acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, 2021, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.....	76
Gráfico 29. Ranking de Portugal em número de medalhas paralímpicas, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	77

Gráfico 30. Comparação entre o número de países participantes e o ranking de medalhas paralímpicas de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	78
Gráfico 31. Análise gráfica das medalhas por habitante de Portugal, nas edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	80
Gráfico 32. Comparação entre o número de países participantes e o número de atletas participantes, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	82
Gráfico 33. Comparação entre o número de eventos de medalha e o número de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, por edição de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	83
Gráfico 34. Comparação entre o número de modalidades e o número de atletas participantes no panorama internacional, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	84
Gráfico 35. Comparação entre o número de atletas participantes e o número de medalhas atribuídas no panorama internacional, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.	85
Gráfico 36. Comparação entre o número de modalidades representadas no panorama internacional e número de modalidades representadas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	86
Gráfico 37. Comparação entre o número de atletas participantes no panorama internacional e o número de atletas representados por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.	87
Gráfico 38. Comparação entre o número de medalhas atribuídas no panorama internacional e o número de medalhas conquistadas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.....	88

Lista de Abreviaturas

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal

ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas

AM Lisboa – Área Metropolitana de Lisboa

ANDDEM – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Mental

ANDDEMOT – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Motora

ANDDI – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Intelectual

ANDDVIS – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Visual

APA – *American Psychological Association*

APD – Associação Portuguesa de Deficientes

APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

APS – Associação Portuguesa para Surdos

CDP – Confederação de Desporto de Portugal

CISS – *Comité International des Sports des Sourds*

COI – Comité Olímpico Internacional

CPISRA – *Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association*

CPP – Comité Paralímpico de Portugal

DI – Deficiência Intelectual

DM – Deficiência Motora

DP – Desporto Paralímpico

DS – Desporto Surdolímpico

DV – Deficiência Visual

EUA – Estados Unidos da América

EPYG – *European Paralympic Youth Games*

FPDD – Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

FSSF – *Fédération Sportive des Sourds de France*

ICC – *International Co-Coordinating Committee for the Disabled in the World*

ICSD – *International Committee of Sports for the Deaf*

INAS-FID – *International Sports Federation for Persons with an Intellectual Disability*

INE – Instituto Nacional de Estatística

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação

IPC – *International Paralympic Committee*

IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude

ISMGF – *International Stoke Mandeville Games Federation*

ISOD – *International Sports Organization for the Disabled*

JP – Jogos Paralímpicos

JS – Jogos Surdolímpicos

LA – *Les Autres*

LBSD – Lei de Bases do Sistema Desportivo

LPDS – Liga Portuguesa de Desporto para Surdos

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PC – Paralisia Cerebral

PCAND – Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto

PPP – Programa de Preparação Paralímpica

RA Açores – Região Autónoma dos Açores

RA Madeira – Região Autónoma da Madeira

SIRC – *Sports Industry Research Centre*

UE – União Europeia

I. INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado pretende enfatizar e dar a conhecer a temática do Desporto Paralímpico e do seu papel na sociedade, baseando estes conhecimentos num estudo geral sobre o caso português.

Para este efeito, enumerar-se-ão abaixo os objetivos principais deste tema de investigação:

- a) Perceber a evolução da prática das modalidades do Desporto Paralímpico em Portugal;
- b) Compreender se os atletas paralímpicos têm sucesso nas competições internacionais e na sua representação por Portugal, de acordo com o período de tempo delineado;
- c) Determinar a evolução do Desporto Paralímpico ao longo dos anos, analisando os números em contexto internacional através da análise mediática dos Jogos Paralímpicos, e em que patamar Portugal se tem vindo a destacar no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos.

Já citados os principais objetivos deste Projeto de Investigação, a pesquisa iniciar-se-á então com a enumeração dos principais motivos para a escolha do tema, bem como a realização de uma pergunta de investigação, que, no final, deverá ser respondida de acordo com o decorrer da pesquisa.

Será apresentada também uma Revisão de Literatura detalhada, esta descrita de acordo e exclusivamente tendo em conta os principais objetivos da Investigação, onde se abordará temas como a conceptualização do Sucesso, bem como este aplicado ao Desporto; a Inserção Social no Desporto; a História do Desporto Paralímpico em contexto Internacional e, depois, o contexto Nacional; e uma leve menção ao Desporto Surdolímpico, que, apesar de seguir um caminho diferente do Desporto Paralímpico, e não ser o principal foco deste tema de Investigação, também deverá ser mencionado como uma referência importante no trilha do Desporto Adaptado¹.

Após a Revisão de Literatura, falar-se-á, em primeiro lugar, da Metodologia utilizada dentro deste documento. Neste contexto, entrar-se-á em detalhe sobre o tema em estudo e os seus principais objetivos. Para além disso, a Metodologia também servirá de base para esclarecer os pontos fulcrais de Investigação desta Dissertação de Mestrado, analisando a Metodologia Aplicada da mesma e como será desenvolvida a Formulação e Testagem das principais Hipóteses delineadas. Por fim, enunciar-se-á de que modo foram tratados os dados e a sua recolha, bem como a categorização da análise de resultados.

¹ O Desporto Adaptado refere-se a todo o tipo de Desporto que não seja Olímpico: O Paralímpico e o Surdolímpico.

De seguida, analisar-se-á os resultados obtidos entre a Revisão de Literatura e a Metodologia utilizada. Neste capítulo, apresentar-se-á a Análise de Resultados obtidos, onde a Dissertação terá por base a análise da prática e do sucesso dos atletas paralímpicos, em diferentes parâmetros.

Em primeiro lugar, mencionar-se-ão as modalidades que fazem parte do plano paralímpico Português, bem como aquelas que são praticadas em Portugal, nos dias de hoje, tendo sempre em conta o Desporto Adaptado e como é que a prática em Portugal tem evoluído.

Em segundo lugar, recorre-se à análise do sucesso, tendo em conta as modalidades representadas, participação de atletas paralímpicos e medalhas obtidas nos Jogos Paralímpicos.

Em terceiro e último lugar, referir-se-á uma pequena secção com destaque no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos, no período entre a sua sexta edição (Arnhem, 1980) e a última edição realizada, no Rio de Janeiro, em 2016, para comparação do panorama internacional e onde Portugal entra neste panorama.

Após os resultados serem devidamente analisados, serão mencionados outros capítulos de igual importância, como as devidas Conclusões ao estudo, as referências Bibliográficas e, por fim, os Apêndices e Anexos necessários para completar a Investigação.

II. PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Um dos principais impulsionadores para a escolha do tema para a Proposta de Dissertação foi o gosto pelo Desporto e, a partir daí, tentar tirar o máximo partido deste tema na vertente da Economia Social.

Mas, a principal motivação que contribuiu para a escolha de um tema sobre o Desporto, e especificamente, do Desporto Paralímpico, foi o facto de ser visível que, em Portugal, acaba por não ser tão frequente o estudo a nível académico no que respeita o Desporto Paralímpico.

É neste contexto que este tema surge, de forma a reunir a informação referente ao Desporto Paralímpico, para que os leitores se apercebam de que há muito pormenor que não se sabe genericamente sobre as modalidades do Desporto Paralímpico.

Uma outra vertente a investigar é a do Desporto Paralímpico como uma forma de inserção social, sendo que se pretende compreender o incentivo à prática de desporto e de um estilo de vida saudável naqueles que, de uma forma ou de outra, apresentam as características ideais para praticar modalidades adaptadas à sua condição física/intelectual.

Porém, acredita-se que o Desporto Paralímpico seja mais do que apenas um método de inserção social. Acredita-se que a prática de desporto por parte dos paralímpicos possa, a nível individual, nos seus moldes, trazer motivação pessoal, cooperação e trabalho de equipa, mas, também, aumentar a competitividade entre atletas e, assim, atingir objetivos pessoais.

É por isso que será importante dar ênfase, não só à parte da inserção social que o Desporto Paralímpico promete, mas também ver o seu lado mais competitivo, de forma a perceber de que forma a prática e o sucesso do Desporto Paralímpico em Portugal é uma realidade. Assim, analisar-se-á a prática em Portugal; o número de modalidades que Portugal representou, o número de participantes que Portugal levou, e, por fim, o número de medalhas paralímpicas que os atletas conquistam, fazendo uma análise aos Jogos Paralímpicos.

Concluindo a parte da problemática, e tendo explicado os principais motivos para a escolha e desenvolvimento deste tema, a presente Dissertação de Mestrado basear-se-á seguindo a seguinte pergunta de investigação:

Considerando o sucesso dos atletas paralímpicos portugueses nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, terão estes JP tido impacto para a evolução do Desporto Paralímpico em Portugal?

III. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A conceptualização de Sucesso (Internacional) no Desporto

Em primeira instância, no que concerne a Revisão de Literatura apresentada na presente Dissertação de Mestrado, iniciar-se-á com uma secção relativa à conceptualização de Sucesso, para esclarecer e especificar padrões e teorias que o Sucesso já acarreta na bibliografia académica, principalmente no que reporta ao Sucesso na área do Desporto.

Segundo De Bosscher, De Knop, Van Bottenburg e Shibli (2006), a competição natural entre as nações sempre foi uma característica eminente dos Jogos Olímpicos. Apesar do Comité Olímpico Internacional (COI) ter referenciado que o quadro de medalhas não é uma ordem de mérito, a contagem de medalhas é normalmente um termo de comparação utilizado pelo Governo e pela Comunicação Social para definir o sucesso internacional desportivo das nações, para além de que o sucesso no Desporto traduzir-se-ia como um forte indicador para o aumento do prestígio a nível internacional (Haut, Grix, Brannagan & van Hilvoorde, 2018). Assim, com a instalação natural de padrões para definir o sucesso, e assim, o desporto na sua vertente internacional, a competição tornar-se-ia numa competição entre «sistemas» (Heinila, 1982).

Porém, o sucesso de um atleta ou de uma equipa depende cada vez mais, não só da sua *performance* a nível de rendimento desportivo, mas também do desempenho do sistema nacional na prática dos recursos em prol do Desporto de Alto Rendimento. Por sua vez, estas condições levam à análise de uma série de fatores envolventes, sendo estes relacionados com determinantes socioeconómicos, como, por exemplo, a riqueza, a população, a extensão territorial e a política (De Bosscher *et al.*, 2006).

Por suposto, há uma série de fatores, para além dos socioeconómicos mencionados acima, que poderão estar associados ao sucesso de um atleta ou nação. Contudo, é de salientar que a classificação de fatores que levam ao sucesso acaba por ser uma tarefa complexa, pois o desempenho no Desporto de Alto Rendimento designa-se à combinação das qualidades genéticas e das circunstâncias do ambiente em que o indivíduo vive (Seppanen, 1981), sendo que as qualidades genéticas podem explicar as diferenças entre o género feminino e masculino, entre jovens e idosos, entre pessoas de estatura alta e baixa, ou até mesmo diferenças entre indivíduos de etnias distintas.

Assim, De Bosscher *et al.* (2006) classificaram os fatores que levam ao Sucesso Internacional no Desporto em três níveis distintos. Para melhor demonstração destes fatores, o Anexo I terá o

objetivo de explicar e especificar, figuramente, os fatores que determinam o Sucesso no Alto Rendimento Desportivo, representados por De Bosscher *et al.* (2006) que serão descritos no próximo parágrafo.

Assim sendo, na *expertise* de De Bosscher *et al.* (2006), o primeiro nível que determina o Sucesso é o denominado nível-Macro. O Nível-Macro caracteriza o contexto social e cultural em que o indivíduo vive, sendo que estas condições estão naturalmente ligadas ao bem-estar económico, população, variação geográfica e climática, grau de urbanização, sistema político e sistema cultural. O segundo nível categorizado é o nível-Meso, que determina que condições como políticas domésticas e políticas desportivas podem ser cruciais para construir o bom desempenho de um atleta ou nação a longo prazo. O terceiro e último nível de categorização é o nível-Micro, descrevendo que o Nível-Micro deverá ser tudo o que engloba os atletas a nível individual (as qualidades genéticas, já referidas) e o seu ambiente (por exemplo, amigos, família, treinador). Ainda neste último nível, há fatores que podem ser controlados, como técnicas e planos de treino, e outros que não podem ser controlados (como as já referenciadas qualidades genéticas).

Ainda em relação às categorias apresentadas por De Bosscher *et al.* (2006), os autores estimaram uma sobreposição entre o Nível-Macro e o Nível-Meso, devido a outros fatores que não foram evidenciados no parágrafo anterior. Estas condições são denominadas pelo Centro de Pesquisa da Indústria do Desporto (SIRC)², e incluem assim indicadores como o papel do sistema educacional; o setor privado como parceiro do Desporto; a cultura desportiva de Alto Rendimento e a tradição de certas modalidades num país; os meios de comunicação como um meio de difusão para o interesse do Desporto; e o público como chave para o desenvolvimento das *performances* a nível mundial.

Por fim, o sucesso no Desporto de Elite é geralmente expresso em termos absolutos, caracterizado principalmente pelo número total de medalhas que uma nação ganha em competições internacionais e nos Jogos Olímpicos (De Bosscher, Heyndels, De Knop, Van Bottenburg & Shibli, 2008). Porém, os mesmos autores sugerem e concluem que o sucesso na mesma área poderá ser determinado a nível relativo, sendo este fator concretizado por determinantes socioeconómicos, sociológicos e políticos.

² Sport Industry Research Centre.

3.2 O conceito de Inclusão Social (no Desporto)

Nesta secção, abordar-se-á a questão do conceito de Inclusão Social aplicado ao Desporto, de modo a elaborar um fundamento sobre o conceito e a sua utilidade na sociedade, desde o seu primeiro aparecimento ao seu significado atual.

No que concerne Collins e Buller (2003), o conceito original de Inclusão Social foi transparecendo na década de 1980, inicialmente para debater os níveis de pobreza que se deparavam na Europa naquela época. Segundo o contexto histórico ainda dessa época, o objetivo da Inclusão Social seria o de caminhar para diminuir esses níveis de pobreza, como uma preocupação política europeia, aumentando os níveis de rendimento dos cidadãos, para que estes tivessem oportunidade de participar economicamente no seu agregado social (Collins & Buller, 2003).

Ao longo do tempo, o conceito de Inclusão Social foi ganhando dimensão entre os vários autores e especialistas, e dentro das inúmeras áreas em que se centra a inclusão da pessoa. Segundo Waring e Mason (2010), promover esta mesma inclusão social significaria dar uma oportunidade de capacitar a pessoa a participar na sociedade, melhorando a sua *performance* na vida em comum, através das suas experiências sociais. Aliás, para complementar o que foi dito anteriormente, refere-se uma das típicas definições que Waring e Mason (2010) defenderam em relação à Inclusão Social, sendo esta [inclusão social] um processo que garante às pessoas, em risco de pobreza e exclusão social, ganharem as oportunidades e os recursos necessários para participarem na vida económica, social e cultural.

A Inclusão Social acaba por, como o próprio nome indica, incluir pessoas, e, especificamente, grupos de pessoas, como maioritariamente associado pela sociedade em geral, os indivíduos com necessidades especiais. Ao incluir indivíduos, encontram-se, não só os indivíduos com necessidades especiais, mas também algumas das exigências reformuladas pela Humanidade, como o multiculturalismo, as desigualdades sociais, as diferenças pessoais e a diversidade (Rodrigues, Lima, Duarte & Tavares, 2004).

Assim, com o decorrer da evolução do paradigma do conceito de Inclusão Social, compreende-se que o Desporto esteja cada vez mais conectado a este termo, e, especificamente, na inclusão e integração da pessoa com deficiência.

Complementando a afirmação precedente, no Desporto, os termos «integração» e «inclusão» usam-se sem qualquer distinção, porém, têm significado diferente, implicando nestes termos uma

mudança a nível político, jurídico, social, psicológico e organizacional. Em relação à inclusão, existem algumas explicações sociológicas baseadas nos princípios da normalização e integração (Moreno & Amorim, 2015). No que diz respeito à integração, integrar significa que a minoria passa a fazer parte do grupo maioritário e que o sistema passa por mudanças que facilitam a adaptação das partes e o princípio da inclusão implica um segundo passo - a entrada da minoria provoca uma transformação do todo, transformando-se num novo «todo», que, assim, inclui a participação de todos (Segura, Martínez-Ferrer, Bálic & Barnet, 2013).

Neste contexto, a participação dos atletas nas diferentes atividades que se foram desenvolvendo para pessoas portadoras de algum tipo de limitação oferecem sensações e movimentos, que outrora poderiam estar condicionadas por barreiras físicas, ambientais e sociais, destacando-se, assim, nestas atividades, o Desporto (Moreno & Amorim, 2015).

Assim, as modalidades adaptadas às capacidades limitadas de cada um surgiram como um importante meio na sua reabilitação física, psicológica e social, havendo, para isso, trabalho para adaptar e modificar regras, materiais e locais para atividades de apoio à participação da pessoa com deficiência nas suas atividades desportivas. Deste modo, surgem também configurações e adaptações às modalidades já conhecidas olímpicamente, criando novos meios de participação, sempre de acordo com as necessidades de cada indivíduo (Cardoso, 2011).

O Desporto Adaptado tornou-se um facilitador, que é visto como uma ferramenta de resposta aos problemas sociais e de saúde (Alvis-Gómez & Neira-Tolosa, 2013). Porém, é importante reter que para além de Inclusão Social, o Desporto está correlacionado com a competição, que por sua vez, está associada à superação da deficiência por parte do atleta (Moreno & Amorim, 2015). A partir daqui, vários fatores estão envolvidos no desempenho da prática desportiva por parte dos atletas do Desporto Adaptado, principalmente no Desporto de Alto Rendimento e, assim, são classificados na sua vida social, familiar, relacional, económica, familiar, profissional e física (Brazuna & Mauerberg-deCastro, 2001).

Em suma, desporto e lazer podem ajudar as comunidades a construir a inclusão social e celebrar a diversidade (Rossi, 2016). Segundo Liu (2009)³, o Desporto é cada vez mais reconhecido como um meio para a promoção da inclusão e da coesão social. No entanto, a avaliação é ainda limitada no que diz respeito à inclusão social através do desporto. Por isso, ao que tudo indica, ainda

³ Estudo feito pelo autor com base numa amostra no Reino Unido.

há muito estudo a ser feito nesta temática, para desvendar a correlação entre a Inclusão Social e o Desporto.

3.3 A História do Movimento Paralímpico no contexto internacional e a criação dos Jogos Paralímpicos

Após abordar a Inclusão Social no Desporto, torna-se de maior importância contextualizar as origens do Desporto Paralímpico e do seu percurso ao longo dos anos, desde a sua criação, até ao seu desenvolvimento nos dias de hoje, e em que contexto foram criados os primeiros Jogos Paralímpicos. Contudo, é importante salientar que, segundo Brittain (2016), a História do Desporto Paralímpico é um estudo académico que ainda está em investigação, visto que até aos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, o conteúdo guardado seria muito restrito e sem grandes informações, e até viria a ser perdido. Para além disso, Brittain (2016) afirma que, no caso dos primeiros Jogos Paralímpicos de sempre, em Roma, em 1960, os dados relativos à competição foram destruídos por um incêndio.

Tudo indica que o primeiro sinal da prática de Desporto por parte da pessoa com deficiência começou após a Primeira Guerra Mundial, nos anos 1920, não pelo Desporto dito Paralímpico, mas sim por um indivíduo com Surdez⁴. E. Rubens-Alcais, precisamente um francês surdo, com a ajuda de seis federações de Desporto para Surdos, criou a primeira organização internacional de Desporto para Surdos - *Comité International des Sports des Sourds* (CISS) (Brittain, 2016). Em 1924, este empenho na organização acabou por dar origem aos primeiros Jogos Silenciosos⁵ no Verão desse mesmo ano (De Pauw & Gavron, 2005), sendo estes Jogos o «empurrão» para a criação e desenvolvimento de atividades desportivas para pessoas com capacidades limitadas. Por este facto, abordar-se-á mais desta temática do Desporto Surdolímpico no tópico 3.4.

Se a História do Desporto Paralímpico começou a ser escrita, e ainda hoje é uma das muitas temáticas em investigação, muito se deve ao empenho de um homem chamado Ludwig Guttmann. Médico neurologista judeu que escapou da Alemanha Nazi em 1939 e estabeleceu a sua vida como pesquisador na Universidade de Oxford, Inglaterra, Ludwig Guttmann teve um dos mais profundos efeitos no progresso inicial do Desporto para pessoas com deficiência (Bailey, 2008), e, por isso, é considerado o fundador universalmente aceite do Movimento Paralímpico moderno (Brittain, 2016).

Na época precedente ao desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, a Medicina ainda não era capaz de corresponder aos tratamentos das lesões da medula óssea, pelo que nestes termos a esperança de vida de uma pessoa que teria contraído as lesões seria de aproximadamente três anos

⁴ A Surdez separa-se de todas as restantes debilidades, criando, assim, o Desporto Surdolímpico.

⁵ Denominados, hoje em dia, os Jogos Surdolímpicos.

após a contração da mesma (Legg, Emes, Stewart, & Steadward, 2002). A situação era chocante para Ludwig Guttmann ao saber que, à mercê da carência da Medicina nesta área, muitas das pessoas eram deixadas para a morte. Para além disso, as pessoas que sofriam desta condição acabavam por ter repercussões a nível psicológico, sendo diagnosticadas com depressões graves devido à atitude da sociedade em relação a elas, considerando-as como pessoas sem valor e «inúteis» (Brittain, 2016). Desta feita, só depois da Segunda Guerra Mundial é que os medicamentos à base de sulfonamida permitiram a maior probabilidade de sobrevivência às lesões da medula óssea (Bradmeyer & McBee, 1986).

No cerne do reconhecimento de Ludwig Guttmann na História do Desporto Paralímpico, estaria a sua atitude determinada à necessidade de movimento e atividade por parte da pessoa com lesão na medula óssea, para a sua reabilitação física e mental (Bailey, 2008). Assim, em 1943, Ludwig Guttmann é nomeado pelo governo britânico para diretor da *National Spinal Injuries Unit* do *Ministry of Pensions Hospital*, em Stoke Mandeville⁶ (Aylesbury, Inglaterra). Neste primeiro cenário, o principal objetivo de Guttmann seria o de tratar os inúmeros soldados e civis que tinham sofrido lesões na coluna vertebral durante a guerra (Brittain, 2016).

Na ótica de McCann (1996), ao trabalhar principalmente com pacientes com lesões medulares, Guttmann acabou por fazer reconhecer os valores fisiológicos e psicológicos do Desporto na reabilitação dos pacientes internados em hospitais paraplégicos e foi assim que a atividade desportiva foi introduzida como parte do programa de reabilitação total para pacientes da unidade de medula óssea. Deste modo, a integração e recuperação de pessoas nesta condição não só serviria para dar esperança e autoestima às mesmas, mas também para mudar as mentalidades da sociedade em relação a estes indivíduos, demonstrando que, ao contrário do que se pensaria anteriormente, poderiam ser membros ativos e úteis da sociedade, participando e completando tarefas normais e similares àquelas que as pessoas sem deficiência completariam (Anderson, 2003).

Sendo assim, como mencionado anteriormente, Guttmann teria a convicção de que a atividade desportiva seria uma das partes mais importantes, se não a parte mais crucial, na recuperação de uma pessoa com lesões na espinha medular. Como o próprio afirma ter feito, esta reabilitação começou com atividades desportivas mais cautelosas, relacionadas com modalidades como os dardos, o snooker⁷, o *punchball*⁸ e o bowling (Guttmann, 1952). O desenvolvimento do Desporto para pacientes

⁶ Stoke Mandeville é considerada a cidade pioneira do Movimento Paralímpico.

⁷ Curiosamente, nem os dardos nem o snooker fazem parte do programa atual de modalidades dos Jogos Paralímpicos.

desta mesma condição continuava, com o reforço de outras práticas desportivas que poderiam ser úteis à sua recuperação, como a adaptação do polo para polo em cadeira de rodas. Anos mais tarde, o polo foi substituído pelo netball⁹ em cadeira de rodas, que viria a ser o que hoje conhecemos como o basquetebol em cadeira de rodas (Brittain, 2016).

Após inseridas as várias práticas desportivas por Guttman já supramencionadas, o tiro ao arco seria a próxima modalidade a ser introduzida na lista do neurologista, e uma das mais determinantes, visto que, na sua ótica, o trabalho combinado do arco com a flecha seria uma forma de fortalecer os membros superiores, ombros e tronco, dos quais seriam imprescindíveis para manter o equilíbrio da posição da pessoa paraplégica. Porém, o tiro ao arco não permitia apenas uma boa posição para os atletas, permitia inclusive que os atletas pudessem competir entre si, de igual forma, não precisando de ter em conta se o adversário tinha deficiência ou não. Assim, terminaria por lhes conceder alguma «normalidade», quebrando barreiras entre o público e a pessoa paraplégica (Guttman, 1952).

De acordo com Guttman (1976), as experiências para os indivíduos com paraplegia relacionadas com a prática de exercício físico e de atividades desportivas foram apenas o início do desenvolvimento sistemático do Desporto competitivo, não só para pessoas com lesão medular, mas alargando-se também para um vasto leque de deficiências. Deste modo, o Desporto seria um fator determinante para os paraplégicos como parte essencial da sua reabilitação médica e reintegração social (Guttman, 1976).

Anteriormente citado, o desenvolvimento sistemático do Desporto competitivo acabou por acontecer devido aos estudos de Ludwig Guttman na área do Desporto para pessoas com lesões na medula óssea. Assim, o desporto acabou por ser apresentado aos veteranos de guerra em forma de competição e não apenas para fins medicinais (Legg & Gilbert, 2011). Portanto, sob a direção de Ludwig Guttman deu-se origem ao evento que seria apelidado de Jogos de Stoke Mandeville de 1948. Estes Jogos, primeiramente apelidados de «*World Wheelchair and Amputee Games*» coincidiram com os Jogos Olímpicos de Londres de 1948 e apenas deram lugar a uma competição de tiro ao arco (Legg & Gilbert, 2011), envolvendo-se, nesta modalidade, dezasseis veteranos de guerra debilitados (International Paralympic Committee, 2020).

⁸ Palavra em desuso para designar modalidades que hoje se relacionam com os desportos de combate (boxe, etc). Hoje em dia, *punchball* é associado ao aparelho utilizado no treino de atletas dos desportos de combate.

⁹ Modalidade praticada principalmente em países da Commonwealth, conhecida por ter regras muito similares ao Basquetebol.

A partir de 1948 até 1952, ainda sob a liderança de Guttman, foram realizados anualmente os Jogos de Stoke Mandeville, onde só poderiam participar os atletas com lesão vertebral, visto que as modalidades inseridas no evento seriam apenas adaptadas para tais indivíduos (Labanowich, 1987). Em 1952, o evento ganhou dimensão internacional quando um pequeno grupo de veteranos de guerra de nacionalidade holandesa participou nos Jogos de Stoke Mandeville, e por fim, estariam fundados os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (IPC, 2020).

A dimensão internacional dos Jogos de Stoke Mandeville foi um fator determinante para o crescimento do Movimento Paralímpico, pois, apesar do seu lento e deliberado crescimento, isso permitiu a Ludwig Guttman contactar o Comité Olímpico Internacional (COI), com a esperança de organizar os Jogos de Stoke Mandeville, não em Inglaterra, mas sim em Itália. Com a aprovação do COI, assim se seguiram os Jogos Paralímpicos de Roma, os primeiros Jogos Paralímpicos no Mundo (Legg & Gilbert, 2011).

Os Jogos Paralímpicos (JP) de Roma de 1960 e os subsequentes JP que se foram realizando até aos anos 1980 mostraram uma evolução do Movimento Paralímpico intermitente e irregular no panorama internacional. Isto porque, enquanto alguns países mostravam uma atitude positiva em relação à competição e à inclusão das pessoas com deficiência na comunidade, outros não encorajavam quaisquer oportunidades de exibição em público (Bailey, 2008). Não obstante este cenário, as iniciativas foram continuando, não só pela mão de Ludwig Guttman, que continuava a puxar para a realização de competições para atletas com debilidade a nível de lesões medulares, mas também de novas organizações estabelecidas para o efeito, como a *International Sports Organization for the Disabled* (ISOD), que acabou por ser crucial mais tarde, na introdução de atletas com outras debilidades nos Jogos Paralímpicos, e a *International Stoke Mandeville Games Federation* (ISMGF).

O modelo paralímpico internacional começava, finalmente, a aproximar-se do modelo olímpico, pois os Jogos Paralímpicos começaram também a realizar-se de quatro em quatro anos¹⁰ (Bailey, 2008). Porém, a História diz que, a partir dos Jogos Paralímpicos de 1976, realizados em Toronto, o paradigma dos Jogos Paralímpicos foi alterado, sendo que, como proferido no parágrafo anterior, já não seriam apenas os atletas com lesões medulares os participantes, mas, a partir desse ano, foram aceites atletas com amputações e deficiência visual, encorajando até, na altura, a mudar o termo “Paralímpico” para “Olimpíada dos Fisicamente Debitados”¹¹ (Legg & Gilbert, 2011). Até que, nos

¹⁰ O intervalo de quatro anos é relativo aos Jogos Paralímpicos de Verão, sendo que os de Inverno apenas são intercalados por dois anos.

¹¹ Traduzido de “*Olympiad of the Physically Disabled*”.

Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, começaram a aparecer os primeiros atletas com paralisia cerebral (IPC, 2020).

Ao longo dos anos, o esforço de trazer vários tipos de deficiência numa única competição a nível mundial uniu os escombros de inúmeras organizações como a já falada ISOD¹² e a ISMGF, a *Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association* (CPISRA) e, mais tarde, em 1980, surgiu a *International Blind Sports Federation* (IBSA). Em 1982, juntaram-se as quatro associações em apenas uma, que formaria a *International Co-Coordinating Committee for the Disabled in the World* (ICC). A esta, juntaram-se em 1986 a CISS¹³ e a *International Sports Federation for Persons with an Intellectual Disability* (INAS-FID). Em relação ao corpo organizacional do Movimento Paralímpico, desde 1989, é a International Paralympic Committee (IPC) que age em conformidade com os Jogos Paralímpicos e tem, em si, o coração do Movimento Paralímpico (IPC, 2020).

Desde o seu início, em 1960, já foram realizadas quinze edições dos Jogos Paralímpicos de Verão, sendo que a última, no Rio de Janeiro em 2016, contou com modalidades que enquadram os cinco tipos de deficiência proeminentes: Amputados *et Les Autres* (LA), Deficiência Visual (DV), Paralisia Cerebral (PC), Deficiência Intelectual (DI) e Deficiência Motora (DM) (Brittain, 2016). Neste contexto, os Jogos Paralímpicos acabam por dar prestígio a cada um dos atletas, que resultaria na melhor aceitação dos atletas consigo próprios e seriam considerados «ídolos» por aqueles que os observariam (Bailey, 2008).

Assim, conclui-se que o Desporto Internacional para pessoas com deficiência já percorreu um longo caminho, desde o seu início como ferramenta de reabilitação num hospital em Inglaterra, há mais de sessenta anos. Está a tornar-se num evento de enorme dimensão, que acaba por consciencializar as pessoas e mostra o que os atletas com deficiência são capazes de fazer, referenciando cada vez mais os Jogos Paralímpicos como uma atividade cada vez mais importante para o calendário desportivo internacional (Brittain, 2016).

Para concluir esta secção, acabar-se-á com uma citação de Ludwig Guttmann (ver também Bailey, 2008), que afirma que «o Desporto deverá tornar-se numa força motora para que as pessoas com deficiência motora estabeleçam contacto com o mundo que os rodeia, e, conseqüentemente, obtenham reconhecimento igual como cidadãos respeitados».

¹² A ISOD conseguiu introduzir a amputação e a deficiência visual em 1976.

¹³ Não obstante, a CISS acaba por manter a sua própria organização, com a organização dos Jogos Surdolímpicos a ser separada dos Jogos Paralímpicos.

3.4 A História do Movimento Surdolímpico, a sua evolução em Portugal e principais opostos entre o Movimento Paralímpico e o Movimento Surdolímpico

A penúltima secção da Revisão de Literatura será inteiramente dedicada à História do Desporto adaptado a indivíduos diagnosticados com Surdez e alguns fundamentos considerados importantes para abordar brevemente o conceito de Desporto Surdolímpico e a origem das Surdolimpiadas¹⁴.

O objetivo desta secção para a Dissertação, apesar de ser uma Dissertação com principal foco na mediatização dos Jogos Paralímpicos e não tão focada no Movimento Surdolímpico, acha-se igualmente de acrescida importância não só entender a História do Movimento Surdolímpico e a sua evolução em Portugal, mas também perceber as principais diferenças entre os Paralímpicos e os Surdolímpicos, visto que os dois Movimentos apenas se juntaram com a entrada da CISS no ICC em 1986, porém, o CISS e a comunidade surdolímpica em geral sempre conservaram a sua organização como uma organização independente da entidade responsável pelos Paralímpicos (IPC, 2020).

Acreditava-se que já no século XIX, atletas surdos e não surdos competiam nas mesmas provas de desporto, nomeadamente em modalidades como a luta livre, boxe e ginástica. Na mesma linha de pensamento, também se pensava que na década de 1890, principalmente em França, os atletas surdos poderiam também competir em campeonatos regulares de ciclismo. Estes dois únicos fatores poderão ter sido os principais responsáveis para que, em 1918, Rubens-Alcais criasse uma Federação destinada a todos os atletas surdos em França, a *Fédération Sportive des Sourds de France* – FSSF (Ogoura, 2018).

Assim, como já referenciado por Brittain (2016) no tópico 3.3, dar-se-ia início ao Movimento Paralímpico através de E. Rubens-Alcais, com a criação da CISS – recentemente renomeados como *International Committee of Sports for the Deaf* (ICSD) – que posteriormente, com a ajuda de nove nações europeias, seriam assim organizados os Primeiros Jogos Silenciosos Internacionais¹⁵ de sempre, em 1924, reunindo apenas atletas portadores de deficiência auditiva. Assim sendo, os Jogos Silenciosos de 1924 foram os primeiros jogos de cariz desportivo a realizarem-se no que toca a qualquer outro tipo de deficiência, e os segundos Jogos realizados internacionalmente, sendo os Jogos Olímpicos os primeiros com esse título (ICSD, 2021).

Monsieur Eugène Rubens-Alcais, cidadão francês e também ele portador de deficiência auditiva (Brittain, 2016) provocada por uma febre durante a sua infância (Ogoura, 2018) faria assim da Surdez

¹⁴ Jogos Surdolímpicos.

¹⁵ *International Silent Games*.

o pioneiro do Movimento Paralímpico propriamente dito¹⁶. Rubens-Alcáis, para além de ser conhecido pelos seus feitos no mundo Surdolímpico – a FSSF, em 1918, a CISS e os Jogos Silenciosos Internacionais, em 1924 – também foi o pioneiro de uma revista dedicada ao mesmo tema – o Desporto dedicado aos Surdos –, sendo esta revista intitulada de *Le Sportman Silencieux*¹⁷ (Ogoura, 2018).

Numa época [início do século XX] em que, tal como se sucedeu na História do Desporto Paralímpico, a sociedade via os surdos como intelectualmente inferiores e linguisticamente empobrecidos, a mudança de mentalidade em relação a pessoas com deficiência auditiva só foi possível com o contributo e a aposta de Rubens-Alcáis no potencial destes indivíduos, desportivamente falando, sendo que para o francês, um evento internacional seria a melhor resposta para provar que os surdos poderiam ser sucedidos dentro da sociedade (ICSD, 2021).

Complementando o parágrafo anterior, uma das maiores provas de que o sucesso acabou por bater à porta de Rubens-Alcáis foi o aparecimento de Antoine Dresse, um atleta surdo belga que se tornou o primeiro surdo a obter um diploma universitário, trazendo também uma medalha de bronze no Ténis nos Jogos de 1924, e ajudando Rubens-Alcáis a realizar o sonho do desenvolvimento do CISS (Ogoura, 2018) e dos Jogos Silenciosos Internacionais (ICSD, 2021). Assim, para além do sucesso, o francês não só incentivou à prática desportiva por parte dos atletas com deficiência auditiva, como consequentemente, acabou por apelar à difusão e ao maior conhecimento da linguagem gestual em França (Ogoura, 2018).

A conotação dos Jogos Silenciosos Internacionais teve também a sua evolução, pelo que, em 1969, os conhecidos *International Silent Games* passaram a intitular-se como *World Games for the Deaf*, no ano em que o evento foi acolhido em Belgrado, na Sérvia. Mas esta não seria a última mudança, pois em 2001, quando o evento foi recebido em Roma, na Itália, foi-lhe atribuído a conotação que ainda hoje mantém e é conhecido por, os *Deaflympics* (Ogoura, 2018).

Finalizando a História do Desporto Surdolímpico no contexto internacional, e corroborando as palavras do ICSD (2021), o contexto social que as competições – o caso concreto dos Jogos Silenciosos – acabaram por impor aos atletas surdos influenciou de forma positiva a mudança de mentalidade na sociedade já anteriormente citada, pelo que a maior adesão por parte de países e

¹⁶ Acaba por englobar todos os tipos de deficiência, apesar da deficiência auditiva não estar diretamente inserida no Movimento Paralímpico hoje em dia.

¹⁷ Traduzido do francês «o atleta silencioso».

nações no Movimento Surdolímpico acaba por ser crucial pela luta contra o preconceito de atletas surdos no Desporto.

Tal como aconteceu internacionalmente, o Movimento Paralímpico também se iniciou em Portugal através de pessoas com deficiência auditiva, pelo que as primeiras iniciativas a serem tomadas neste campo foram criadas com a fundação do Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto, e vinte anos depois, em 1954, assiste-se ao «nascimento» do Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa (Sousa, 2014).

Em 1958, juntam-se estas duas entidades para se formar uma única, mas principalmente oriunda do Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa, nasce a Associação Portuguesa de Surdos (APS), que se encarregou também de explorar a parte desportiva para as pessoas com deficiência auditiva. A APS acabou por ser responsável pela integração de atletas surdos em modalidades como o futebol silencioso, o xadrez silencioso, o ténis, a pesca, o atletismo, a natação, o andebol, o basquetebol e o ténis de mesa, tendo tido reconhecimento dos atletas em muitas destas modalidades (APS, 2020).

Desde 1998 que a APS já não é a entidade principal responsável pela prática desportiva dos Surdos em Portugal, porém, a APS ainda participa em campeonatos e torneios das mais diversas modalidades, apenas como equipa. Assim, a APS transmitiu a sua competência desportiva para a Liga Portuguesa de Desporto para Surdos (LPDS) desde a fundação da mesma, sendo esta uma organização sem fins lucrativos que assim, assumiu o encaminhamento do Desporto para pessoas com deficiência auditiva (APS, 2020).

Concluindo a breve caracterização da evolução organizacional do Desporto para Surdos em Portugal, para além da responsabilidade tomada pela LPDS nesta matéria a partir de 1998, como já referido no parágrafo transato, o Comité Paralímpico de Portugal é um dos também principais responsáveis pela gestão dos Programas de Preparação Surdolímpica e, nesta via, também pretendem assegurar a participação dos atletas portugueses nos Jogos Surdolímpicos (CPP, 2021).

Como último processo deste tópico, é de importância maior mencionar os principais opostos que separaram, desde cedo, o Movimento Surdolímpico do Movimento Paralímpico, visto que, como mencionado anteriormente, os seus caminhos foram oficialmente separados quando o *International Co-ordinating Committee for the Disabled in the World* (ICC) passou a intitular-se de *International Paralympic Committee* (IPC), na década de 1980 e, pelo que o CISS (atual ICSD), apesar de estar

vinculado ao ICC – mas mantinha a sua identidade como organização independente (IPC, 2020) – decidira não se manter para o projeto do IPC (Ogoura, 2018).

Assim, segundo Ogoura (2018), as primeiras diferenças detetadas entre os Surdolímpicos e os Paralímpicos estariam nas origens de cada um dos Movimentos e no seu desenvolvimento. O autor afirma que, no caso dos Surdolímpicos, as atividades e modalidades para atletas já seriam realizadas por organizações desportivas para o efeito mesmo antes de serem criados os grandes eventos como os Primeiros Jogos Silenciosos. Já os Paralímpicos, as atividades e modalidades por tipo de deficiência foram surgindo à medida que os eventos foram criados, e assim, as organizações desportivas foram criadas para que eventos como os Jogos Paralímpicos fossem melhor organizados.

Para melhor contextualização, explica-se em primeira instância que o IPC, nascido nos anos 1980 e proveniente do antigo ICC, teria o objetivo de desempenhar um papel semelhante ao do Comité Olímpico Internacional (COI) para os atletas paralímpicos. Para além disso, seria crucial um aprimoramento da relação entre as duas organizações, tendo sido a partir daí que se questionou como é que os *Deaflympics* e o ICSD se iriam encaixar/poderiam criar uma relação com ambas as organizações mencionadas acima (Ogoura, 2018). Apesar disto, tudo indica que o Movimento Surdolímpico, apesar do tal vínculo com o ICC nos finais dos anos 1970, ganharia mais força sendo uma organização independente (Ammons & Eickman, 2011).

A prova desta última afirmação de Ammons e Eickman (2011) estaria na organização de um evento internacional separado, em que os mesmos autores sugerem que se o Projeto Surdolímpico fosse anexado ao Projeto Paralímpico, as dezanove modalidades existentes nos Jogos Surdolímpicos de Verão passariam para apenas três a cinco modalidades incorporadas para os atletas surdos nos Jogos Paralímpicos. Para complementar este ponto, está disponível, na secção relativa aos Apêndices e Anexos um quadro dos mesmos autores que compara o número de modalidades existentes nos Jogos Paralímpicos em Pequim, 2008 e o número usual de modalidades recebidas nos Jogos Surdolímpicos (Anexo II).

Porém, a maior entrave à entrada do Desporto Surdolímpico para o recém-formado IPC seria o facto de a organização não conseguir suportar custos relacionados com as necessidades que os atletas portadores de deficiência auditiva precisariam para cada modalidade regularizada e para cada evento de Jogos Surdolímpicos realizado. Assim, dentro destas necessidades, entram os custos de intérpretes, que segundo Ammons & Eickman (2011), estes poderiam chegar aos três milhões de dólares. Nestes

termos, o IPC não conseguia, assim, pagar o financiamento do serviço de interpretação, nem, como mencionado anteriormente, garantir o mesmo número de modalidades frequentadas pelos atletas com deficiência auditiva, pelo que, assim, o ICSD torna-se, definitivamente, independente do IPC.

Por fim, concluir esta secção com uma citação de Jerald M. Jordan (ver também Ammons & Eickman, 2011), afirmando que «(...) ser surdo num mundo que ouve significa muito mais do que simplesmente ter modalidades, equipas, jogos e outras atividades sociais (...). Atletas surdos não são peixes nem aves. Por um lado, são portadores de deficiência, o que leva à tendência da população ouvinte para classificá-los como atletas portadores de deficiência. Por outro lado, no que diz respeito ao Desporto, eles são sãos».

3.5 A História do Desporto Paralímpico em Portugal

Após ter-se falado sobre os principais acontecimentos que suportam a História do Desporto Paralímpico e dos Jogos Paralímpicos, e do Desporto Surdolímpico, é relevante expandir este conhecimento e pesquisa até território luso, onde se encaixa o principal tema deste estudo, o Desporto Paralímpico em Portugal.

Sendo assim, nesta secção, que será a última secção referenciada na Revisão de Literatura, mencionar-se-ão os pontos principais da História do Desporto Paralímpico em Portugal, e como é que se deu a sua criação e a posterior evolução do movimento paralímpico. Antes de começar esta secção, é de salientar que a escassez de Literatura em relação à História do Desporto Paralímpico em Portugal é elevada, pelo que as referências serão limitadas nesta fase da Dissertação.

3.5.1 Estrutura Organizativa

Segundo a *expertise* de Sousa, Corredeira e Pereira (2013) no tema, o caminho percorrido pela introdução e evolução do Desporto Paralímpico em Portugal poderá ser dividido em quatro etapas temporais – a etapa I (antes do 25 de abril de 1974); etapa II (após o 25 de abril de 1974); etapa III (após a criação do FPDD) e etapa IV (após a criação do CPP). Estas etapas serão referidas durante toda a secção.

Contextualizando, em primeiro lugar, a primeira etapa, e à semelhança do que se sucedeu no contexto internacional, o Desporto Paralímpico em Portugal também teve a sua origem na área da Surdez, sendo que em 1934 constituiu-se a primeira associação relativa aos portadores de Surdez, sendo esta o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto, e vinte anos depois, em 1954, nasce o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa (Sousa, 2014). Em 1958, foi desenvolvida a Associação

Portuguesa para Surdos (APS), a entidade responsável pela componente desportiva para os portadores de deficiência auditiva (Associação Portuguesa para Surdos, 2020). A componente organizacional relativa à Surdez em Portugal poderá ser revista no tópico 3.4.

Nesta época, a guerra colonial, à semelhança da Primeira Guerra Mundial no contexto internacional, teria contribuído drasticamente para o aumento de casos de pessoas com deficiência, o que levou à criação de mais Centros de Reabilitação – destacando-se o Centro de Reabilitação de Alcoitão e o Hospital Ortopédico de Sant'Ana (Sousa, 2014). Coincidentemente, alguns médicos dos centros de reabilitação supramencionados tiveram a oportunidade de ver o plano de recuperação de Ludwig Guttmann – o Desporto como forma de reabilitação da pessoa com lesão na espinha medular – e conseqüentemente, trazer esta ideia de volta para Portugal, começando a implementar-se o Desporto como forma de tratamento nos centros de reabilitação portugueses (Arruda, 2006).

Apesar da não existência de algum órgão estruturado para a organização da prática desportiva dos atletas com deficiência, foi neste período que Portugal se estreou como Seleção Nacional, nos Jogos Paralímpicos de Heidelberg, em 1972 (Carvalho, 2004).

Seguindo o raciocínio de Sousa, Corredeira e Pereira (2013), a etapa II da História do Desporto Paralímpico em Portugal sai interrompida durante dez anos, pois a revolução de abril de 1974 e os movimentos políticos deste período fizeram com que Portugal apenas voltasse a participar nos Jogos Paralímpicos em 1984, nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville (Sousa, 2014). Esta etapa é marcada principalmente pela mudança de mentalidade, não só em Portugal mas também na União Europeia, onde se deu início ao conceito de «Desporto para Todos»¹⁸ (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2020).

Como consequência da luta em Portugal pela regularização e organização da prática do Desporto por parte dos atletas com deficiência, especificamente os indivíduos provenientes de lesões pós-guerra, foi criado, em 1977, o Secretariado Nacional de Reabilitação (atual Instituto Nacional para a Reabilitação – INR). Também neste sentido, criou-se um setor ligado ao Desporto para pessoas com deficiência na Direção-Geral do Desporto (hoje conhecida como o Instituto Português do Desporto e Juventude – IPDJ) e assim, desencadeava-se cada vez mais a alteração de paradigma no Desporto Paralímpico em Portugal (Silva, 1992).

¹⁸ Inserido pela primeira vez na “Carta Europeia de Desporto para Todos” do Conselho da Europa, este conceito permitiu, e ainda permite a muitos indivíduos exercerem o seu direito de praticar desporto.

Assim, neste período, dá-se relevância a três organizações que foram cruciais para o início da caminhada na vertente recreativa para os atletas com deficiência, sendo estas a já falada Associação Portuguesa para Surdos (APS), fundada em 1958; a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), fundada em 1972; e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), fundada em 1974 (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Para além das associações mencionadas acima terem dado o «empurrão» para o trilho do Desporto Paralímpico em Portugal, é na etapa II que começam a nascer organizações por tipos de deficiência. Neste contexto, referencia-se a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral¹⁹ (APPC, fundada em 1982) como sendo a maior impulsionadora do Desporto de Competição em Portugal, passando, assim, da vertente recreativa para a vertente competitiva. Para além desta, também é importante mencionar a criação de outras entidades como a Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal (ACAPO, fundada em 1989), tendo sido por sua responsabilidade que se iniciaram as primeiras atividades desportivas para pessoas com deficiência visual (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

A terceira etapa da História do Desporto Paralímpico é, como já supramencionado, relativa ao período de tempo após a fundação da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), em 1988. Remetendo-se esta etapa a cerca de uma década, foi a partir desta fundação que oficialmente se instituiu em Portugal o desporto federado para atletas com pessoas com deficiência, observando-se uma melhoria de desempenho a nível organizativo, tecnológico, legislativo, financeiro e mesmo relativamente à divulgação do Desporto Paralímpico nos meios de comunicação social (Sousa, 2014).

Também foi no início dos anos 1990 que a área intelectual despontou, com a criação da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental (ANDDEM), em 1991, participando, assim nos Jogos Paralímpicos de Madrid²⁰ de 1992. Quem obteve similar crescimento no mesmo período de tempo foi a área motora, que garantiu a sua primeira presença a nível internacional nos Campeonatos da Europa em 1991, e mais tarde, em 1995, foi criada a Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora (ANDDEMOT), sendo a última associação a integrar o grupo de associações criadas por tipo de deficiência (Carvalho, 1996).

¹⁹ A APCC também foi, em 2009, designada de Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), sendo agora a atual Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (PCAND).

²⁰ Jogos Paralímpicos referentes apenas a atletas de Deficiência Mental, visto que os Jogos Paralímpicos de 1992 foram realizados em Barcelona.

Ainda nesta etapa, devido ao crescimento que a FPDD proporcionou e o prestígio que a mesma associação acabou por fornecer ao Desporto Paralímpico em Portugal, a FPDD foi, em 1993, admitida no Comité Olímpico de Portugal (COI) e um ano mais tarde, na Confederação de Desporto de Portugal (CDP), onde foram assinados vários contratos em prol destas parcerias, como o primeiro Contrato-Programa da Alta Competição para atletas com deficiência e um Protocolo de Apoio à Alta Competição relativo aos Planos de Preparação e Participação nos Jogos Paralímpicos de Atlanta em 1996 (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

No final da terceira etapa descrita pelos especialistas mencionados acima, destaca-se ainda a reestruturação organizativa e legislativa nas associações que viriam a ter impacto naquilo que é hoje, bem como, com esta reestruturação, conseguiu-se obter as bases necessárias para a criação do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), período posterior que será falado na etapa IV, a última etapa da História do Desporto Paralímpico em Portugal.

A quarta e última etapa da divisão por etapas da História do Desporto Paralímpico em Portugal, segundo Sousa, Corredeira e Pereira (2013) é a etapa que envolve os acontecimentos após a criação do CPP. Fundado em 2008, o CPP substituiu a FPDD, que antes da chegada do CPP era a associação responsável pela Missão Paralímpica²¹. Assim, o CPP assumiu a responsabilidade da já mencionada Missão Paralímpica a partir dos Jogos Paralímpicos de Londres de 2012 (Sousa, 2014).

3.5.2 Estrutura Legislativa

Findada a contextualização das etapas, e para além da estrutura organizativa que se tem vindo a falar seletivamente no decorrer da secção – as Associações criadas para o desenvolvimento de atletas por tipo de deficiência e as outras entidades responsáveis pela prática desportiva e Missão Paralímpica –, também a criação de determinadas estruturas legislativas – seja por Portugal ou pela União Europeia (UE) – foram uma mais-valia para que a prática desportiva nos atletas portadores de deficiência fosse facilitada.

Contextualizando a parte relativa à estrutura legislativa referente ao Desporto, para além da já mencionada Carta Europeia do Desporto para Todos do Conselho da Europa (IPDJ, 2020), em Portugal, as primeiras iniciativas legislativas surgiram através da Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD), publicada em 1990 (Lei n.º 1/90 de 13 de janeiro).

²¹ A Missão Paralímpica é responsável por levar os atletas a participar nas edições dos Jogos Paralímpicos.

A Lei de Bases do Sistema Desportivo de 1990 «fomenta a prática desportiva para todos, quer na vertente de recreação, quer na de rendimento» (Lei 1/90 de 13 de janeiro, artigo 2.º 1), bem como dá a garantia de que «no apoio à generalização da atividade desportiva é dada particular atenção aos grupos sociais dela especialmente carenciados, os quais são objeto de programas adequados às respectivas necessidades, nomeadamente em relação aos deficientes» (Lei 1/90 de 13 de janeiro, artigo 2.º, 3).

Apesar da iniciativa da LBSD na integração do Desporto para Todos que outrora já teria sido conceituado na União Europeia, devido a mudanças circunstanciais políticas e sociais, em 2004, deu-se vida à nova Lei de Bases do Desporto (Lei n.º30/2004 de 21 de julho) afirmando que o Estado Português «deve fomentar a prática do desporto para cidadãos portadores de deficiência, adaptada às respectivas especificidades e orientada, com as ajudas técnicas adequadas, para uma plena integração e participação sociais em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos» (Lei n.º30/2004 de 21 de julho, artigo n.º52).

Em relação a seguros desportivos, o artigo 70.º da mesma lei (Lei n.30/2004 de 21 de julho) afirma que «a obrigatoriedade de um sistema de seguro dos praticantes desportivos (...) é regulada (...) com o objectivo de cobrir os particulares riscos a que estão sujeitos, prevendo uma protecção adequada para os cidadãos portadores de deficiência». Em referência ao acesso às infraestruturas desportivas, esta «respeitará o princípio da não discriminação, sendo adoptadas as medidas necessárias relativamente às pessoas economicamente desfavorecidas e aos cidadãos portadores de deficiência» (Lei n.º30/2004 de 21 de julho, artigo n.º82).

3.5.3 Sistemas de apoio logístico, financeiro e patrocínios

Findada a estrutura legislativa, no que toca a sistemas de apoios logístico, financeiro e patrocínios, acredita-se que os primeiros apoios à alta competição no Desporto Paralímpico dataram os Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988 (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Ainda nesta vertente, destacam-se dois programas principais na área do Desporto Paralímpico. Um deles é o já mencionado Contrato-Programa de apoio aos atletas paralímpicos, que foi concedido à FPDD no ano dos Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996 (Carvalho, 2004). Já o Projeto «Super-Atleta» foi introduzido pela FPDD em 1999 e seria o seu primeiro plano na área do *marketing* para o Desporto Paralímpico, em que o objetivo seria o de angariar patrocínios para a participação dos atletas

nos Jogos Paralímpicos, gerando sensibilidade social e mudança na atitude e na mentalidade da sociedade em relação aos atletas portadores de deficiência (Carvalho, 2004).

Após descritas as principais linhas sobre o percurso e conseqüente evolução ao longo das etapas narradas do Desporto Paralímpico em Portugal e concluindo assim a secção relativa à História do Desporto Paralímpico em Portugal, é fulcral ter em conta que as mudanças ao longo dos anos a nível social, política e cultural foram as responsáveis pela evolução da prática desportiva para pessoas com deficiência em Portugal, que permitiram que se desse espaço para o crescimento do mesmo, com a melhoria de desempenho das estruturas organizativas, legislativas e financeiras (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

IV. METODOLOGIA

Após terminada a secção da Revisão de Literatura, a secção referenciada neste ponto tem como objetivo principal descrever e analisar a parte metodológica da presente Dissertação de Mestrado. Assim sendo, acha-se de extrema importância explicar como é que o documento foi estruturado a nível metodológico, bem como dar a entender os principais patamares da construção da Metodologia do mesmo, através da divisão dos subtítulos descritos para conceder uma melhor organização da informação.

4.1 Tema em Estudo e Principais Objetivos

Em primeiro lugar, é fulcral esclarecer pormenorizadamente qual é o tema principal da Dissertação de Mestrado que está em Estudo, e, com este tema, também se deverá explicitar os principais objetivos que se pretendem concretizar com o principal tema em estudo para o final do documento.

Como já mencionado na folha de rosto, o título proposto para a presente Dissertação de Mestrado é «A prática e o sucesso do Desporto por parte dos atletas Paralímpicos: Um estudo sobre o caso português».

Através do título mencionado no anterior parágrafo que será o título que dará alento ao presente documento, elucida-se então que o principal tema em estudo encaixar-se-á na área científica da Economia Social, enquanto ramo que se ocupa das Escolhas dos Grupos e para os Grupos, e também da área do Desporto, falando-se particularmente do Desporto Paralímpico, apesar de também se achar importante referenciar de leve o Desporto Surdolímpico, tendo em conta que a sua História ajudou a desenvolver o Desporto Adaptado como ele é hoje, porém, não será o principal objeto de estudo.

Neste contexto, é de importância acrescida especificar qual é o principal objeto em estudo. Assim sendo, nomeia-se que o Desporto Paralímpico em Portugal é o principal objeto de estudo, pelo que especificar-se-á que dentro do Desporto Paralímpico em Portugal, desenvolveu-se uma investigação ao redor das associações que colaboraram com a realização da presente Dissertação de Mestrado, sendo associações responsáveis pela prática do Desporto Paralímpico em Portugal, e que por sua vez, tem a função de proporcionar a realização do Desporto Paralímpico aos cidadãos portugueses.

Referidos o título, o principal tema e o objeto predominante em estudo, é também crucial desenvolver objetivos para este estudo, para que no final do documento se dê a entender os objetivos concretizados e as conclusões chegadas para o principal tema e o objeto em estudo.

Posto isto, os principais objetivos para este estudo já outrora foram mencionados na secção I, que corresponde à Introdução, porém, citar-se-ão novamente neste tópico, de forma a tornar a sua compreensão mais simples. Deste modo, a atual Dissertação de Mestrado tem como finalidade perceber a evolução da prática das modalidades do Desporto Paralímpico em Portugal; compreender se os atletas paralímpicos têm sucesso nas competições internacionais e na sua representação por Portugal; e, por fim, determinar a evolução do Desporto Paralímpico ao longo dos anos, analisando os números em contexto internacional, através da análise mediática dos Jogos Paralímpicos, e em que patamar Portugal se tem vindo a destacar no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos.

Apresentados os tópicos do tema em estudo e principais objetivos, tendo-se já especificado os mesmos, é de salientar, mais uma vez, que apesar de todos os propósitos já anteriormente indicados, o que se procura no presente documento é o de perceber se a prática e o sucesso no Desporto Paralímpico em Portugal podem identificar momentos-chave associados a uma evolução particular. Deste modo, destaca-se e relembra-se a pergunta de investigação escolhida como ponto de partida, que está designada na secção II, como sendo a seguinte: «Considerando o sucesso dos atletas paralímpicos portugueses nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, terão estes JP tido impacto para a evolução do Desporto Paralímpico em Portugal?».

4.2 Metodologia Aplicada e Formulação de Hipóteses

Toda a formulação de uma pergunta de investigação revela, em si, a construção de hipóteses, de acordo com o que terá sido desenvolvido na presente Dissertação de Mestrado. Deste modo, o seguinte tópico entende como prioridade perceber qual foi a metodologia aplicada na presente Dissertação de Mestrado, mas, principalmente, desenvolver as hipóteses que foram construídas ao longo da investigação, de forma a perceber as justificações para determinados resultados demonstrados neste documento.

Assim, de acordo com a pergunta de investigação escolhida para a presente Dissertação de Mestrado, e passa-se a citar «Considerando o sucesso dos atletas paralímpicos portugueses nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, terão estes JP tido impacto para a evolução do Desporto

Paralímpico em Portugal?» a hipótese formulada para desenvolver é a seguinte: «A participação em Sydney foi marcante para o Desporto Paralímpico em Portugal».

Deste modo, a partir da recolha de dados de variáveis que são indicadores da participação desportiva e do sucesso da mesma participação, realizar-se-á um teste-t, observando se o valor médio nas edições anteriores aos Jogos Paralímpicos de Sydney teve ou não mudança face ao valor médio nas edições posteriores aos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000. Assim sendo, este é considerado o procedimento metodológico para referenciar e corroborar a hipótese destacada.

As variáveis que vão ser testadas estão de acordo com a revisão de literatura retratada, e estas referem-se à análise das modalidades representadas por Portugal; a participação de atletas e modalidades por Portugal e as medalhas conquistadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos.

4.3 Recolha de Dados e Categorização da Análise

Porém, para além da recolha de dados qualitativos, é de salientar que também se especificarão os dados quantitativos que foram fornecidos pelas entidades, estes designados no Quadro 1.

Deste modo, é importante clarificar que não foram apenas as Associações entrevistadas que forneceram dados quantitativos, mas também o CPP aparece a dar o seu contributo para este documento. Porém, para além de dados utilizados através de fontes secundárias, apenas foram utilizados, na presente Dissertação de Mestrado, os dados fornecidos pelo Comité Paralímpico de Portugal. Assim, o Quadro 1 representa os dados utilizados na presente Dissertação de Mestrado.

Associação	Natureza dos dados recolhidos
Comité Paralímpico de Portugal (CPP)	Dados quantitativos relativos às modalidades praticadas em Portugal, bem como a sua prática, número de participantes, número de medalhas conquistadas a nível de Jogos Paralímpicos.

Quadro 1. Natureza dos dados quantitativos recolhidos e utilizados na presente Dissertação de Mestrado.

Assim, após perceber de que modo foram empregues os dados quantitativos oriundos das Associações, o objetivo principal de analisar dados quantitativos das Associações é o de perceber em

que patamar está, neste momento, a prática e a possível evolução desta no Desporto Paralímpico em Portugal. Neste contexto, apesar de se terem recolhidos dados das Associações entrevistadas (ANDDVIS e PCAND), estes, respetivamente, em relação ao Goalball e ao Boccia, o objeto de estudo está mais centrado no panorama geral do Desporto Paralímpico em Portugal, e tendo também sido estes dados recolhidos através do CPP, estes serão os dados utilizados na Dissertação de Mestrado.

É também importante referir que, apesar de se terem recolhido dados quantitativos de forma direta, através do contacto com as associações, sendo assim uma fonte primária, também foram recolhidos dados quantitativos de *sítes* oficiais relativos ao Desporto Paralímpico em Portugal e no contexto internacional, estes que dispõem de dados verídicos que em nada vão prejudicar o estudo, até serão uma mais valia neste processo.

Deste modo, é crucial entender de que forma foram, assim, analisados e categorizados os dados de análise, bem como entender o seu carácter temporal de análise.

Assim, poder-se-á afirmar que a análise de dados se formou em três categorias diferentes: a Prática do Desporto Paralímpico em Portugal; Portugal nos Jogos Paralímpicos; e, por fim, o Panorama Internacional dos Jogos Paralímpicos.

Desde o início do Movimento Paralímpico, este iniciado oficialmente em Roma, nos Jogos Paralímpicos de 1960 (Brittain, 2016), e como já mencionado por Sousa, Corredeira e Pereira (2013), Portugal participou nos Jogos Paralímpicos de Heidelberg de 1972, acompanhado de 11 atletas de uma única modalidade, o Basquetebol em Cadeira de Rodas (CR), e sem terem conquistado uma única medalha. Motivos de cariz político descartaram Portugal de participar nos Jogos Paralímpicos de Toronto (1976) e de Arnhem (1980), pelo que Portugal tem sido uma presença assídua nos Jogos Paralímpicos desde 1984, os JP realizados em Nova Iorque e Stoke Mandeville.

Dada esta pequena introdução, o distinguido pelo parágrafo anterior é o motivo pela qual a análise de dados da prática e a participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos a nível temporal da presente Dissertação de Mestrado será feita a partir dos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, de 1984, até aos últimos Jogos Paralímpicos realizados até à data, os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Sendo a CISS um organismo diferente do IPC e fazendo deste um evento competitivo distinto desde o seu começo (IPC, 2020), e apesar de se ter achado importante referenciar o Movimento

Surdolímpico na Revisão de Literatura por aquilo que este Movimento representou para o nascimento do Movimento Paralímpico (Brittain, 2016), a Participação de Portugal nos Jogos Surdolímpicos, como já mencionado no tópico 4.1, não será objeto de estudo nesta Dissertação de Mestrado, visto tratar-se de um estudo envolvendo apenas o Movimento Paralímpico.

Como já referenciado, os Jogos Paralímpicos foram oficialmente distinguidos em Roma, no ano de 1960 (Brittain, 2016). Assim, decide-se que o período de análise do panorama internacional deverá ser um período semelhante ao analisado por Portugal, e, por isso, a análise do panorama internacional terá o seu início em 1980, nos Jogos Paralímpicos de Arnhem, que, apesar de Portugal não ter participado, acha-se de devida importância esclarecer o contexto de uma edição anterior à retoma da participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos. Assim, em suma, o intervalo de análise iniciar-se-á entre os Jogos Paralímpicos de Arnhem de 1980, e terminará nos últimos JP realizados, os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

No entanto, é importante esclarecer que, com a devida exceção, o número de edições por modalidades, bem como as medalhas obtidas por países participantes nos Jogos Paralímpicos no panorama internacional e as medalhas obtidas por modalidades neste mesmo cenário serão contabilizadas a partir do início da data oficial da criação dos Jogos Paralímpicos, sendo estes a partir dos JP de Roma, em 1960, até aos JP de Rio de Janeiro de 2016.

Assim, o quadro abaixo sistematizará como serão analisados os dados, dividindo-se pela categorização de análise já referida anteriormente, bem como a sua subcategorização e o seu contexto temporal

	Subcategorização de análise	Contexto temporal
A Prática do Desporto Paralímpico em Portugal	Entidades desportivas por distrito e por região	2021
	Modalidades praticadas em Portugal, por distrito e por região	2021
A Participação e as Medalhas conquistadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos	Modalidades representadas por Portugal nos JP	JP de Nova Iorque e Stoke Mandeville 1984-JP de Rio de Janeiro 2016
	Participação nos JP	
	Medalhas conquistadas por Portugal nos JP	

O Panorama Internacional dos Jogos Paralímpicos	Panorama de modalidades participantes nos JP	JP de Roma 1960-JP de Rio de Janeiro 2016 JP de Arnhem 1980-JP de Rio de Janeiro 2016
	Panorama de participação nos JP	JP de Arnhem 1980-JP de Rio de Janeiro 2016
	Panorama de medalhas conquistadas nos JP	JP de Roma 1960-JP de Rio de Janeiro 2016
	Portugal no panorama internacional	JP de Nova Iorque e Stoke Mandeville 1984-JP de Rio de Janeiro 2016

Quadro 2. Características esquematizadas das Categorias e Subcategorias de Análise presentes na Dissertação de Mestrado.

V. ANÁLISE DE RESULTADOS

O assunto principal que se apresenta na presente secção é referente à Análise de Resultados obtidos através dos diversos meios de pesquisa de dados, estes já especificados na secção anterior, tendo em conta a Metodologia utilizada durante a Dissertação de Mestrado.

5.1 A prática do Desporto Adaptado em Portugal

Segundo Liu (2009), a autenticação do Desporto como um meio para a promoção da inclusão e da coesão social é cada vez mais significativa na sociedade. Neste contexto, também a prática do Desporto para pessoas com necessidades especiais foi evoluindo para permitir ao indivíduo a prática de atividade física, através da adaptação das modalidades a estas necessidades, sendo, posteriormente, considerado um meio importante para a sua reabilitação física, psicológica e social (Cardoso, 2011).

É assim também que a prática de Desporto Paralímpico em Portugal nasce através do conceito do Desporto adaptado à Surdez, formando-se, em 1934, a primeira associação relativa à prática de Desporto para Surdos (Sousa, 2014). Desde então, a evolução do Desporto Paralímpico a nível internacional tem passado por outras modalidades e adaptações à deficiência, como a Deficiência Motora (DM), Deficiência Visual (DV), Paralisia Cerebral (PC), Deficiência Intelectual (DI) e o chamado Amputados e *Les Autres* (LA) (Brittain, 2016). Para que tal evolução passasse de igual forma por Portugal, foram-se criando, ao longo dos anos, associações e entidades que influenciassem e permitissem a prática de Desporto por parte dos atletas paralímpicos, estas entidades já referenciadas por Sousa, Corredeira e Pereira (2013) no tópico 3.5, relativamente à História do Desporto Paralímpico em Portugal.

Introduz-se, por fim, a secção relativa à análise de dados que compõem a Prática do Desporto Adaptado em Portugal. Nesta secção, dar-se-á relevo às subcategorias de análise indicadas para esta parte da Dissertação. Recordar-se que estas subcategorias estão inseridas no Quadro 2 do Capítulo IV, onde poderão ser consultadas todas as subcategorias que se processarão na presente Dissertação de Mestrado.

5.1.1 Entidades responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal

A partir de 25 de abril de 1974, a evolução da estrutura organizativa do Desporto Paralímpico em Portugal deu a oportunidade aos atletas paralímpicos de representar as cores da bandeira

portuguesa nos Jogos Paralímpicos (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013), aquele que é considerado o maior evento de Desporto Paralímpico a nível mundial (Brittain, 2016).

Desta feita, é possível notar que o investimento organizativo nesta área em Portugal está principalmente concentrado no Comité Paralímpico de Portugal (CPP), que trata da Missão Paralímpica Portuguesa (CPP, 2020), porém, também a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) tem a sua devida importância, visto que foi a primeira a incutir a Missão Paralímpica em Portugal, isto antes da criação do CPP (FPDD, 2020). Para além destas, as principais associações por tipo de deficiência também são responsáveis pelo acompanhamento dos atletas nas principais modalidades por tipo de deficiência, sendo estas a PCAND (Paralisia Cerebral); a ANDDVIS (Deficiência Visual); a ANDDI (Deficiência Intelectual); a LPDS (Surdez), (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013) e a ex-ANDDEMOT (Deficiência Motora), que acabou por perder força na área da Deficiência Motora para Federações que, desta forma, incluem modalidades paralímpicas e surdolímpicas, de acordo com o programa de modalidades de cada entidade desportiva.

Por esta última afirmação, considera-se então de maior importância estruturar e analisar dados quantitativos referentes a associações, clubes e entidades desportivas pertencentes ao «Mapa da Inclusão Desportiva», do Comité Paralímpico de Portugal, atualizado no seu *site*, no ano de realização da presente Dissertação de Mestrado. Estas instituições agregam em si modalidades distintas, tanto modalidades de cariz paralímpico como surdolímpico, e é neste patamar que se tentará perceber em que dimensão e em que nível de diversidade se pratica Desporto Adaptado em Portugal.

Em relação à distribuição dos dados analisados nesta categoria, dividir-se-á o número de instituições, clubes e entidades desportivas através de duas divisões geográficas. A primeira divisão acarreta o número de entidades desportivas localizadas por distrito, considerando os 18 distritos de Portugal Continental (quando aplicáveis), bem como a adição da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira. A seguir, far-se-á de igual forma a divisão por NUTS II, sendo esta a Nomenclatura denominada pelas Regiões de Portugal, contando, assim, o Norte²², o Centro²³, a Área Metropolitana de Lisboa²⁴, o Alentejo²⁵, o Algarve²⁶, e por fim, incluindo, novamente, as respetivas Regiões Autónomas.

²² Distritos de Viana do Castelo, Porto, Braga, Bragança e Vila Real.

²³ Distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Leiria e Santarém.

²⁴ Distritos de Lisboa e Setúbal.

²⁵ Distritos de Portalegre, Beja e Évora.

²⁶ Distrito de Faro.

Sem mais a acrescentar, seguem-se dois gráficos relativos aos dados recolhidos do número de entidades desportivas localizadas por distrito e por NUTS II.

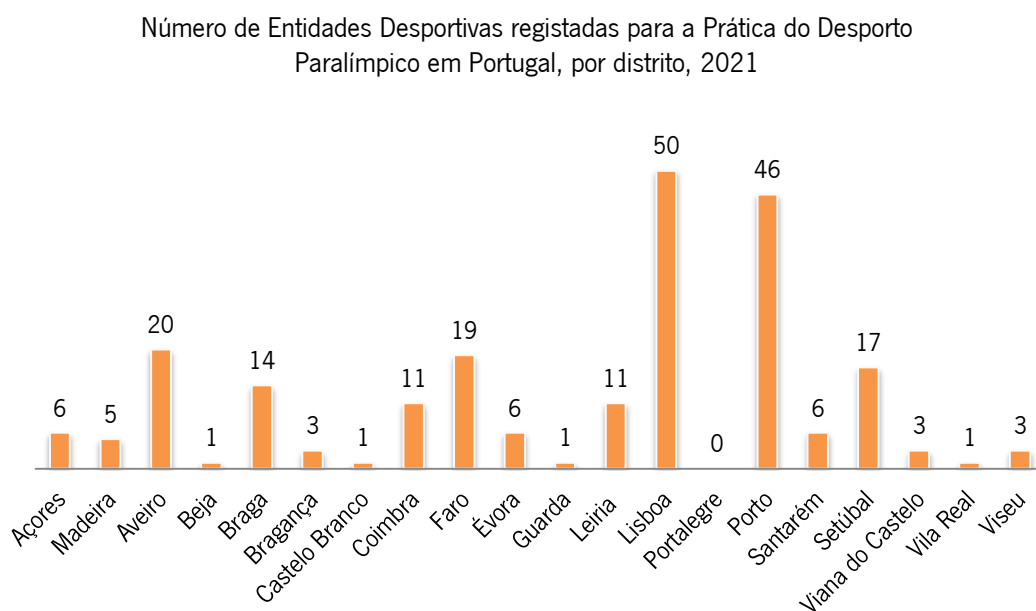


Gráfico 1. Número de Instituições, Clubes e Entidades Desportivas registados no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal, por distrito, 2021.

Fonte dos dados: *Mapa de Inclusão Desportiva, CPP*

Segundo o Gráfico 1, Lisboa é o distrito que possui mais entidades desportivas capazes de instruir e capacitar a prática de Desporto Adaptado em Portugal, com 50 instalações no total. Porém, é também de salientar que o distrito do Porto é o segundo maior distrito em termos de instalações registadas para a Prática do Desporto Adaptado em Portugal, com 46 entidades desportivas. Com 20 instalações, o distrito de Aveiro permanece no «terceiro posto».

De igual forma, é importante salientar os distritos que acarretam menor número de instalações. Assim, Portalegre é o único distrito que nem sequer possui um clube com modalidade adaptada. Beja, Castelo Branco, Guarda e Vila Real possuem apenas um clube de prática desportiva para atletas paralímpicos e surdolímpicos.

Número de Entidades Desportivas registadas para a Prática do Desporto Paralímpico em Portugal, por região NUTS II, 2021

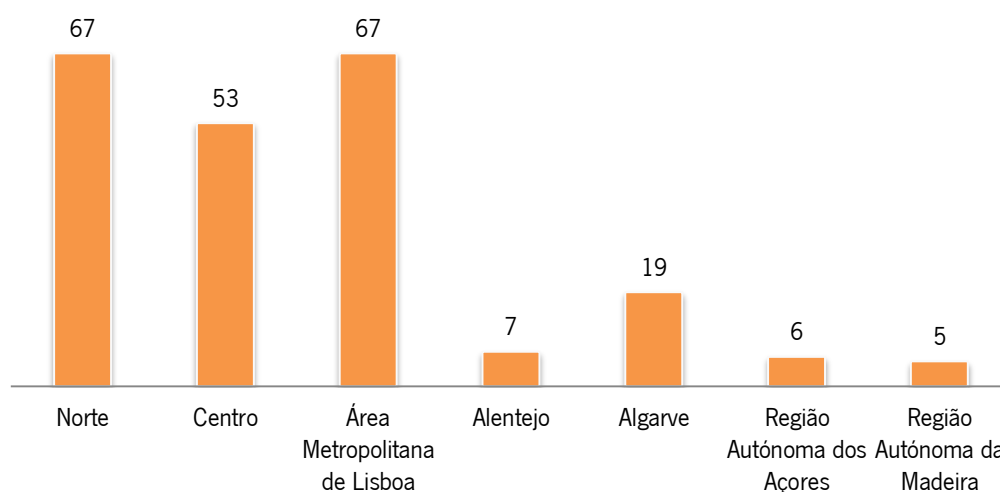


Gráfico 2. Número de Instituições, Clubes e Entidades Desportivas registados no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP responsáveis pela prática do Desporto Adaptado em Portugal, por NUTS II, 2021.

Fonte dos dados: *Mapa de Inclusão Desportiva*, CPP

Porventura, no que concerne as regiões representadas por NUTS II, o Norte e a Área Metropolitana de Lisboa acarretam o mesmo número de clubes responsáveis pela prática do Desporto Adaptado, ambas com 67 no seu total. O Centro destaca-se com 53 instalações, sendo o segundo número mais elevado do Gráfico 2.

Numa leitura mais crítica do Gráfico 2 encontra-se a Região Autónoma da Madeira, com apenas cinco instituições desportivas. A seguir, a Região Autónoma dos Açores acarreta apenas seis e o Alentejo sete clubes para praticar desporto adaptado.

Em suma, e analisando ambos os gráficos, os maiores destaques vão para os distritos de Lisboa e Porto, que, como já referido, acarretam o maior número de entidades desportivas ligadas ao Desporto Adaptado. É também crucial ter em conta que os distritos mencionados fazem parte da Área Metropolitana de Lisboa e Norte, respetivamente, que também são os maiores representantes neste sentido, tendo até o mesmo número de entidades desportivas, no conjunto dos distritos por NUTS II.

O registo negativo acaba por estender-se por distritos do interior do país, que detêm o menor número de clubes. No total, Portugal tem, no seu território, 224 entidades desportivas.

5.1.2 Modalidades praticadas em Portugal

Como já introduzido por Cardoso (2011), a adaptação das modalidades já conhecidas no meio olímpico (e outras que, posteriormente, foram surgindo) desenvolveram-se de acordo com as necessidades de cada indivíduo, criando, assim, novos meios de participação para os atletas.

Deste modo, o objetivo principal desta subsecção é identificar e perceber, não só a variedade de modalidades que Portugal tem à sua disposição, mas também em que quantidade as tem. Assim, é crucial denotar que, para melhor compreender os números, as modalidades serão, assim, divididas em dois termos. O primeiro termo pretende retratar e perceber a variedade de escolha que os portugueses possuem para praticar uma modalidade adaptada, nas diferentes áreas geográficas de Portugal, e por isso, este termo denominar-se-á de «Modalidade Distinta». O segundo termo pretende dar a entender a quantidade de modalidades que estão disponíveis para o cidadão com necessidades especiais que deseja praticar atividade física, e, especificamente, uma modalidade. A este termo nomear-se-á de «Total de Modalidades».

Após ter-se esclarecido os termos utilizados para melhor compreensão das Modalidades praticadas em Portugal, é importante salientar que o «Total de Modalidades» não se refere apenas a uma modalidade distinta, mas sim ao total de modalidades existente. Por exemplo, uma entidade desportiva poderá ter mais do que uma modalidade, bem como uma modalidade poderá ser incluída em mais do que uma entidade desportiva, não fazendo desta exclusiva.

Neste parâmetro, é apenas utilizada a perspetiva geográfica denominada pela divisão por NUTS II, visto que a comparação entre os dados obtidos pela divisão entre NUTS II e por distrito das Modalidades Distintas acabou por declarar-se uma comparação incompatível. Destaca-se que as modalidades descritas durante todo o tópico são modalidades paralímpicas e surdolímpicas, não fazendo distinção entre as duas categorias.

Por fim, e para dar início à análise, relembra-se que os seguintes dados são retirados do «Mapa de Inclusão Desportiva» do Comité Paralímpico de Portugal, atualizado no ano de realização da presente Dissertação de Mestrado.

NUTS II	Modalidades Distintas²⁷	Total
Norte (Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança)	Andebol, Atletismo, Artes Marciais Chinesas, Basquetebol em CR, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Equitação, Futebol de 7, Goalball, Golfe, Judo, Natação, Ténis de Mesa, Ténis em CR, Tiro, Remo, Vela, Voleibol Sentado.	19
Centro (Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria, Santarém e Castelo Branco)	Andebol, Andebol em CR, Atletismo, Badminton, Basquetebol em CR, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Equitação, Judo, Karaté, Natação, Polybat, Remo, Ténis, Ténis em CR, Ténis de Mesa, Tiro, Triatlo, Voleibol Sentado.	20
Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa e Setúbal)	Andebol, Atletismo, Badminton, Basquetebol em CR, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Esgrima em CR, Equitação, Futebol de 7, Goalball, Golfe, Judo, Karaté, Luta Greco-Romana, Natação, Ténis, Ténis em CR, Ténis de Mesa, Tiro, Tiro com Arco, Triatlo, Remo, Vela, Voleibol Sentado.	25
Alentejo (Portalegre, Évora e Beja)	Badminton, Boccia, Futebol, Natação, Ténis.	5
Algarve (Faro)	Boccia, Ciclismo, Equitação, Futebol, Futebol de 7, Ginástica, Judo, Karaté, Natação, Ténis de Mesa, Tiro.	11
Região Autónoma dos Açores	Natação, Ténis de Mesa, Tiro.	3
Região Autónoma da Madeira	Basquetebol em CR, Canoagem, Judo, Natação, Vela.	5

Quadro 3. Modalidades Distintas do Desporto Adaptado praticadas em Portugal registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.

O Quadro 3 demonstra, não só o número total de modalidades distintas que podemos encontrar em cada uma das Regiões de Portugal assinaladas pelas NUTS II, mas também, de uma forma pormenorizada, as modalidades que são praticadas nestas mesmas áreas geográficas.

Assim sendo, a Área Metropolitana de Lisboa concentra, em si, a área geográfica com maior número de modalidades distintas, com 25 modalidades. O Centro tem o segundo maior algarismo do Quadro 4, com 20 modalidades distintas a serem praticadas na sua área geográfica. O Norte acarreta 19 modalidades diferentes para os atletas portugueses.

²⁷ Andebol, Artes Marciais Chinesas, Futebol, Ginástica, Karaté, Luta Greco-Romana e Ténis são modalidades reservadas a Atletas Surdolímpicos. Outras modalidades como Badminton, Ciclismo, Judo, Natação, Ténis de Mesa e Tiro são modalidades adaptadas tanto a Atletas Paralímpicos como Atletas Surdolímpicos.

Em termos negativos, a Região Autónoma dos Açores representa apenas três modalidades distintas. A Região Autónoma da Madeira e o Alentejo acarretam, em pé de igualdade, cinco modalidades distintas para a prática do Desporto Adaptado.

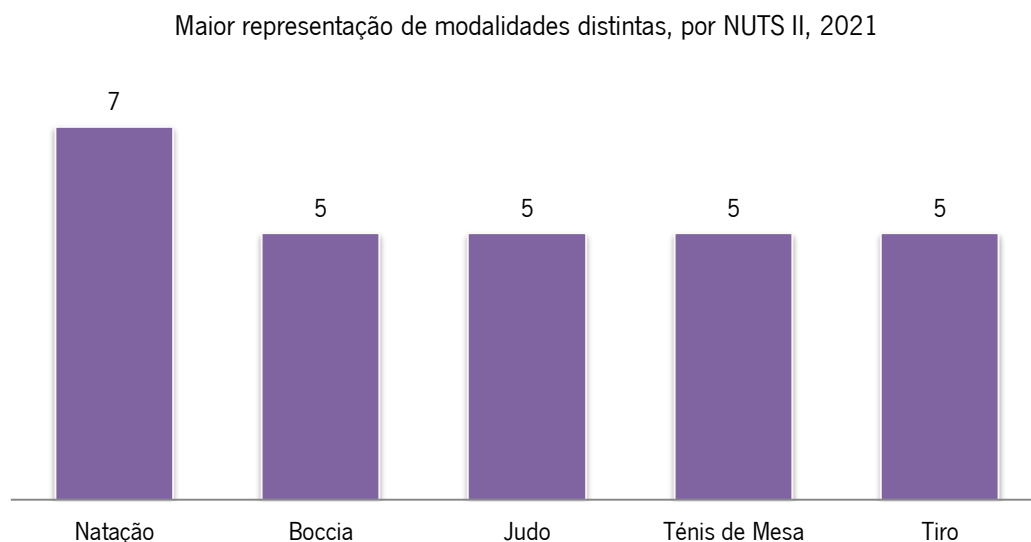


Gráfico 3. Maior representação de modalidades distintas registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.

Fonte dos dados: *Mapa de Inclusão Desportiva, CPP*.

O Gráfico 3 tem o principal objetivo de complementar a informação do Quadro 3, de forma que seja mais clara a compreensão das «Modalidades Distintas» mais abundantes em todo o território português. Assim sendo, tira-se a conclusão de que a Natação é a única modalidade que agrega todas as Regiões de Portugal submetidas por NUTS II. Boccia, Judo, Ténis de Mesa e Tiro agregam cinco Regiões, fazendo destas quatro, quatro das modalidades com maior frequência em território português, seguindo-se da Natação, por suposto.

5.1.3 Síntese

Após os últimos dois tópicos servirem para a representação e análise de dados relacionados com o estudo das entidades desportivas e das modalidades do Desporto Adaptado disponíveis atualmente em Portugal, o tópico atual serve para enumerar as principais conclusões retiradas dos dados retirados acima.

Assim, é possível concluir que a Região do Norte e a Área Metropolitana de Lisboa são as regiões NUTS II mais abundantes, seja em número de entidades desportivas para a prática do Desporto Adaptado, seja no número de «Total de Modalidades» para a prática do mesmo. Para facilitar a compreensão, segue-se abaixo o Gráfico 4, que corresponde ao culminar das duas variáveis, para melhor comparar e perceber a abundância das duas regiões mencionadas.

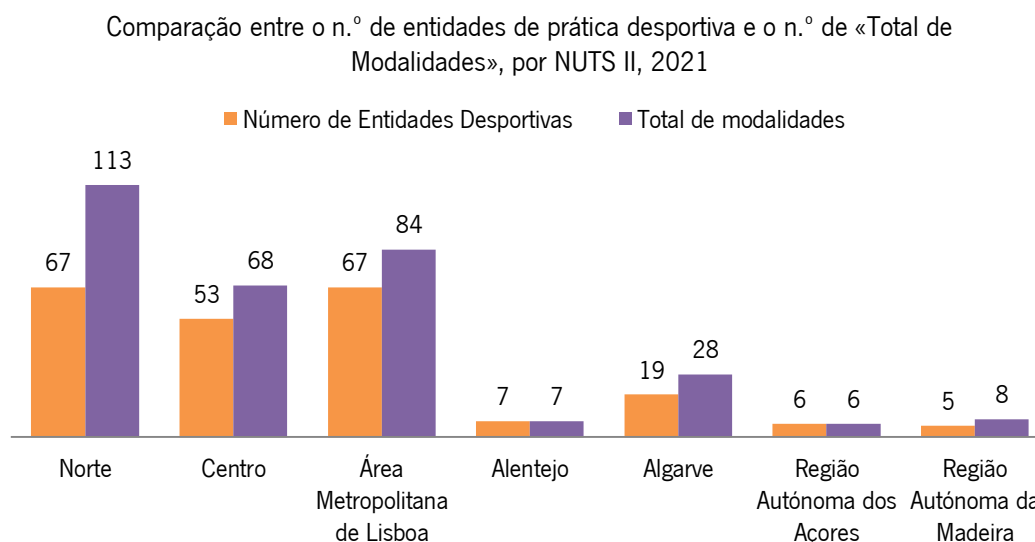


Gráfico 4. Comparação entre o número de entidades de prática desportiva e o «Total de Modalidades», registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por NUTS II, 2021.

Fonte dos dados: *Mapa de Inclusão Desportiva*, CPP.

No Gráfico transato, apresenta-se a variável «Total de Modalidades», registadas para a Prática do Desporto Adaptado em Portugal, segundo as NUTS II, onde o Norte apresenta o maior número total de «Total de Modalidades». Os piores registos encontram-se na Região Autónoma dos Açores, com apenas seis modalidades no seu todo.

Assim, a primeira conclusão retirada do Gráfico 4 é de que o número de «Total de Modalidades» não corresponde maioritariamente ao número de entidades desportivas, devendo-se este ao facto de que, na maioria das entidades desportivas, agregam-se mais modalidades, e não apenas uma. Deste modo, fala-se dos casos da área geográfica do Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e Região Autónoma da Madeira. As únicas regiões que fogem à regra são apenas o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, que agregam, entre si, o mesmo número de entidades desportivas, combinadas com o número de «Total de Modalidades».

Tendo em atenção as regiões mais abundantes em termos de número de entidades desportivas – o Norte e a AM Lisboa encontram-se com 67 entidades desportivas por igual – e número de «Total de Modalidades» – o Norte detém 113 modalidades praticadas e a AM Lisboa tem 84 modalidades – deve-se destacar que estas duas áreas geográficas acabam por deter um maior investimento por parte das entidades responsáveis pela prática de Desporto Adaptado em Portugal, e isso está claro no número de entidades desportivas que tanto o Norte como a Área Metropolitana de Lisboa apresentam. Para além da afirmação anterior, as áreas destacadas são conhecidas por serem também duas das áreas geográficas das NUTS II mais populosas de Portugal (PORDATA, 2021) e, portanto, são as áreas que têm a maior probabilidade de combater um nível de procura mais elevado na prática de Desporto por parte de pessoas com necessidades adaptadas, devido à sua oferta ser maior do que comparativamente às restantes regiões do país.

Na ótica das regiões NUTS II que, pelo lado negativo, se destacam como as menos abundantes neste sentido, enfatiza-se a Região Autónoma dos Açores, o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira como sendo as regiões que mais se deslocam para o sentido negativo, tanto em número de entidades desportivas como no número de «Total de Modalidades». Desta feita, poderá justificar-se estes números para uma possível falta de investimento nas áreas mais interiores do país na prática do Desporto Adaptado, e neste caso, agregando de igual forma o território insular de Portugal.

Especificando um exemplo para justificar a afirmação anterior, a região do Alentejo é uma das regiões que menos investe em entidades desportivas e modalidades para a prática do Desporto Adaptado. Assim, já foi possível perceber que Portalegre, um dos distritos na Região do Alentejo, é o único distrito do país que não contém nem entidades desportivas nem modalidades disponíveis para a prática do Desporto Adaptado, sendo que, por fim, apenas Beja e Évora representam a Região nesse sentido. A probabilidade de haver falta de procura nestas zonas pode levar à falta de investimento em áreas do Interior de Portugal, remetendo de igual forma, inclusive, às Regiões Autónomas.

É de destacar também a Região do Centro, que, para além de ter uma das maiores áreas a nível de densidade territorial do país (INE, 2021), acaba também por ter números somente abaixo do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa, frisando, principalmente, o distrito de Aveiro, obtendo o maior número de entidades desportivas da Região onde está empregue. Excetuando a «regra» anterior, a Região do Centro ultrapassa o Norte no número de «Modalidades Distintas», tendo o segundo maior número (20).

Numa análise dos números registados, a Região do Algarve parece ser a região com maior tendência no que toca à prática do Desporto Adaptado em Portugal, visto que Faro é apenas o terceiro distrito com maior número de «Total de Modalidades», apenas atrás de Porto e Lisboa, como se poderá verificar no Gráfico 5.

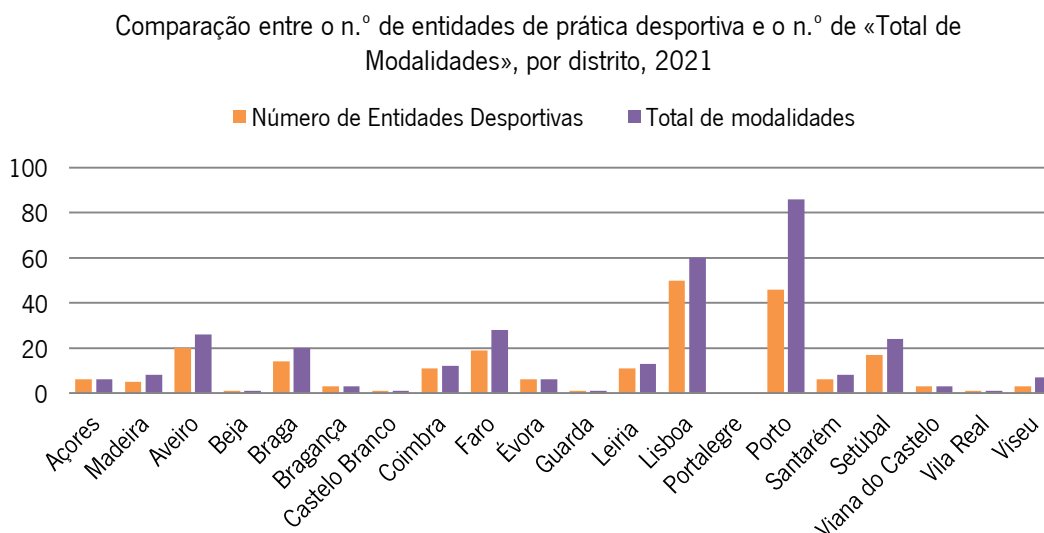


Gráfico 5. Comparação entre o número de entidades de prática desportiva e o n.º de «Total de Modalidades», registadas no Mapa de Inclusão Desportiva do CPP, por distrito, 2021.

Fonte dos dados: *Mapa de Inclusão Desportiva*, CPP.

Em suma do analisado anteriormente, e de acordo com o Gráfico 5, poderá sintetizar-se a categoria de análise da Prática do Desporto Adaptado em Portugal, por modalidades e por entidades desportivas. Assim, conclui-se por fim que o Litoral português reúne mais condições para os atletas para a prática de Desporto Adaptado em Portugal, exemplificando os distritos com maior número de entidades e também de número de «Total de Modalidades», como Porto, Lisboa, Aveiro, Setúbal e Faro. O Interior do país acaba por ter um território fragilizado para quem deseja praticar Desporto Adaptado, pois os números mais baixos provêm de distritos como Portalegre, Beja, Guarda, Castelo Branco e Vila Real.

5.2 Portugal nos Jogos Paralímpicos

Como já mencionado por Sousa, Corredeira e Pereira (2013), a representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos iniciou-se na quarta edição oficial destes, em Heidelberg, na Alemanha, em 1972.

Nestes Jogos Paralímpicos de 1972, Portugal apenas levou uma equipa de 11 atletas de Basquetebol em Cadeira de Rodas, com lesões vertebro-musculares e amputação.

No entanto, a Revolução do 25 de abril de 1974 mudou o contexto político e social que se vivia nos anos subsequentes a esta, e isso fez com que Portugal apenas voltasse a participar nos Jogos Paralímpicos em 1984, nos Jogos Paralímpicos realizados em Nova Iorque e em Stoke Mandeville (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013), participando, sucessivamente, até aos últimos Jogos Paralímpicos realizados, no Rio de Janeiro, em 2016.

Como já anteriormente mencionado na Revisão de Literatura, o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) é, neste momento, o principal acolhedor da Missão Paralímpica, desde que assumiu a sua preparação nos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012 (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013), e nos últimos Jogos Paralímpicos realizados, no Rio de Janeiro, em 2016.

Deste modo, também o CPP, através do mais recente Contrato-Programa para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, que serão realizados em 2021 – Projeto Tóquio 2020 – tem, em sua responsabilidade, o dever de cumprir com o Programa de Preparação Paralímpica (PPP).

Assim, o Contrato-Programa refere que, em programas de modalidades individuais, os atletas *«que obtenham resultados compatíveis com a Grelha de Integração em vigor, poderão ser propostos pela respetiva Federação, para efeitos de integração no Projeto Tóquio 2020»* (Contrato n.º57-A/2018). No que toca às modalidades coletivas, *«a integração das seleções nacionais no Projeto Paralímpico Tóquio 2020 será efetuada com as necessárias adaptações, considerando -se as especificidades do sistema de apuramento paralímpico para cada modalidade e a existência de reais probabilidades de participação nos Jogos Paralímpicos»* (Contrato n.º57-A/2018). Para melhor esclarecimento, a Grelha de Integração vigorada no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para Tóquio 2020 está disponível no Anexo III.

Assim, neste tópico, serão apresentados dados relativos à participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos. As modalidades representadas pelos atletas portugueses, o número de atletas e as medalhas conquistadas serão três das subcategorias desenvolvidas neste processo de análise de resultados. Como já destacado na secção da Metodologia, o período de análise será apenas feito a partir dos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville de 1984, até aos Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

5.2.1 Modalidades representadas pelos portugueses nos Jogos Paralímpicos

Desde que Portugal fez a sua estreia em Heidelberg em 1972, a evolução em termos de modalidades foi caracterizando as edições, pois a cada edição, seriam introduzidas novas modalidades e, conseqüentemente, tipos de deficiência (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013). Como já anteriormente mencionado, Portugal esteve 12 anos afastado do panorama internacional paralímpico²⁸ (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013), até voltar em 1984, para os Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville.

O próximo gráfico entende-se pelo número de modalidades que Portugal representou em cada edição dos Jogos Paralímpicos, de forma a entender o desenvolvimento em termos de quantidade de modalidade representada.

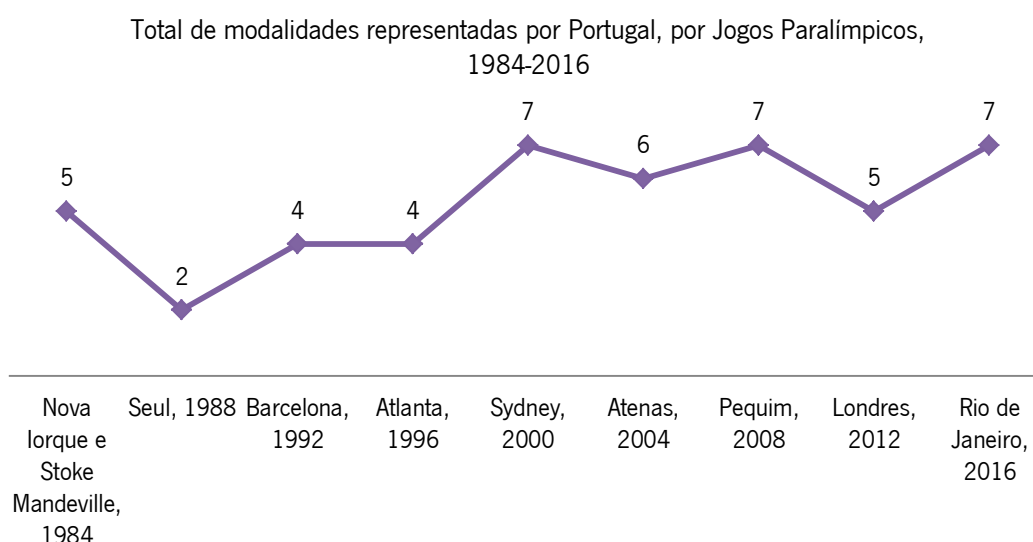


Gráfico 6. Total de modalidades representadas por Portugal, por edição dos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

[Média até Sydney, 2000: 4.4; Média depois de Sydney, 2000: 6.4; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -2.20 (*p-value*: 0.058)]

Verificando os dados do Gráfico 6, poder-se-á denotar que o processo de inserção de representação portuguesa por modalidades nos Jogos Paralímpicos foi um processo lento e cuidadoso entre as edições. Assim sendo, Portugal volta²⁹ a participar em 1984 com cinco modalidades

²⁸ Assim, Portugal não participou nos JP de Toronto de 1976 e nos JP de Arnhem de 1980.

²⁹ Lembra-se que em 1972, Portugal levou apenas uma modalidade para os Jogos Paralímpicos (Sousa, Corredeira & Pereira, 2012).

representadas, e em Seul, em 1988, volta a diminuir o número, com apenas duas modalidades, todas elas representadas por atletas com Paralisia Cerebral (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013). É apenas a partir de Barcelona, em 1992, que os números acabam por ficar constantes, tendo Barcelona e, posteriormente, em 1996, em Atlanta, com quatro modalidades.

Os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 acarretam o maior número de modalidades representadas, sete modalidades, sendo este mesmo número repetido posteriormente, em Pequim, em 2008 e nos JP do Rio de Janeiro, em 2016. Entre Sydney e Pequim, Atenas trouxe uma descida de uma modalidade, passando para seis no total. E entre Pequim e Rio de Janeiro, Londres, em 2012, acarreta uma descida de duas modalidades, com cinco modalidades representadas.

Por fim, proceder-se-á à análise dos resultados do teste-t realizado para o Gráfico 6, valores estes que estão localizados abaixo do Gráfico. Assim, conclui-se que a evolução de Modalidades representadas por Portugal após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 foi positiva, porém, não é suficiente para ser significativa a 1%.

Neste sentido, não só é importante perceber o número de modalidades que Portugal conseguia representar com os seus atletas, mas também perceber quais são as modalidades que criam uma maior tendência para a prática do Desporto Paralímpico no contexto internacional, neste caso, as modalidades que mais admitem atletas federados provenientes de Portugal. É neste contexto que surge, abaixo, o Gráfico 7, resumindo as modalidades que mais foram representadas por atletas portugueses, durante as edições dos Jogos Paralímpicos compreendidas.

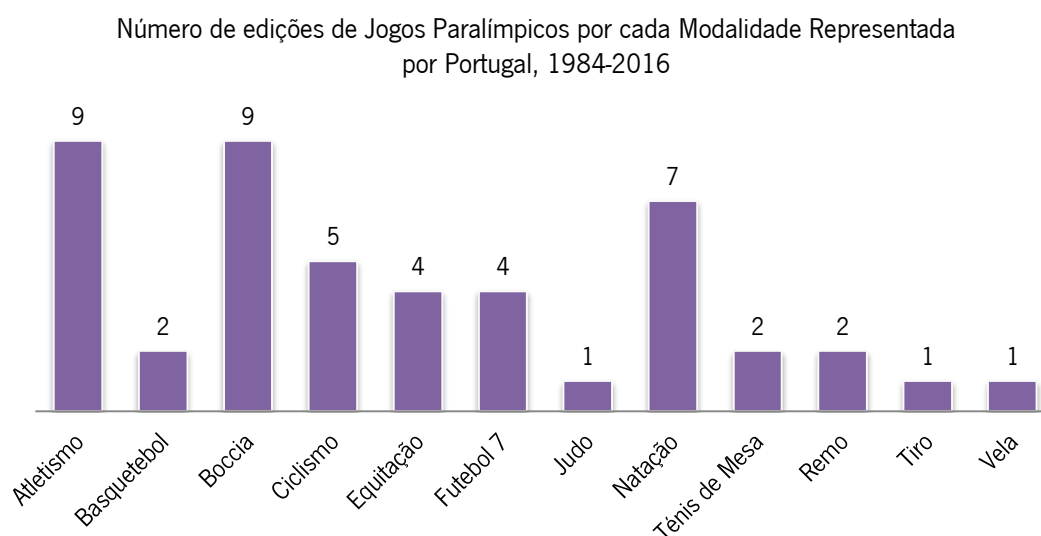


Gráfico 7. Número de edições de Jogos Paralímpicos por cada Modalidade Representada por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Antes de analisar os dados do Gráfico 7, é importante salientar que algumas das modalidades demonstradas não fizeram parte do programa de modalidades dos Jogos Paralímpicos desde o seu início, nos Jogos Paralímpicos de Roma de 1960, pelo que essa informação poderá ser comparada na secção dos Apêndices e Anexos, no Apêndice IX, onde dispõe da informação relativa ao ano de inauguração de cada uma das modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio de 2021.

Assim sendo, analisando os dados do Gráfico 7, o Atletismo e o Boccia são as únicas modalidades que estiveram presentes nas nove edições dos Jogos Paralímpicos contabilizadas na presente Dissertação de Mestrado. A seguir, a Natação já esteve presente em sete edições dos JP, sendo a terceira modalidade com maior representação de atletas portugueses. Em termos negativos, Judo, Tiro e Vela são as únicas modalidades que apenas acarretam uma participação nos Jogos Paralímpicos por parte dos atletas portugueses.

Retrocedendo ao tópico 5.1, relativo à Prática do Desporto Adaptado em Portugal, entendeu-se de forma substancial perceber em que medida estariam representadas, na sua maioria, as modalidades em Portugal. Assim sendo, o Gráfico 8 retrata as modalidades representadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos, por número de distritos em que estas modalidades estão inseridas, sendo estas modalidades representadas por atletas, e os distritos representados também pelo local de residência dos atletas participantes (variável que se poderá ver analisada no Gráfico 9, no tópico 5.2.2).

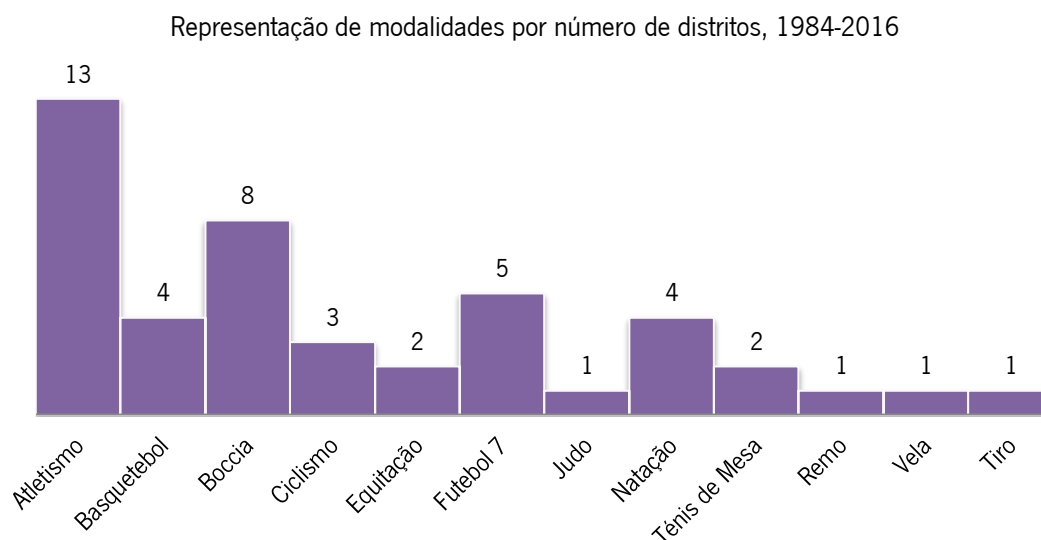


Gráfico 8. Representação de modalidades por número de distritos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Em relação à representação de modalidades por número de distritos, o Atletismo é a modalidade mais representada, estando esta representada em 13 distritos. A seguir, o Boccia está representado em oito distritos e o Futebol de 7 é a terceira modalidade mais representada, estando em cinco distritos. Em termos negativos, Judo, Remo, Vela e Tiro apresentam-se como as modalidades com menor representação por distrito, tendo apenas um distrito.

5.2.2 A participação dos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos

A presença nos Jogos Paralímpicos acaba por ser um dos pontos mais altos na carreira desportiva de um atleta paralímpico, mostrando também o agregar de um caminho delineado pela sua dedicação, esforço e, posteriormente, excelência desportiva (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Assim sendo, como se compreende que o caminho de um atleta paralímpico é também a expressão do seu percurso ao nível de alta competição, e posteriormente, a construção de um caminho de sucesso (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013), o objetivo principal do seguinte tópico da presente Dissertação de Mestrado é o de perceber a participação dos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos, compreendendo, também, quais as modalidades mais representadas por atletas, bem como outras variáveis que se poderão encontrar neste sentido.

De modo a que a compreensão seja mais fácil para os gráficos que se avizinham, é importante salientar que, neste tópico, a noção de «atletas participantes» e «participações» é distinta. Assim, a

noção de «atletas participantes» compreende todos os atletas que alguma vez participaram nos Jogos Paralímpicos, individualmente, de 1984 a 2016. «Participações» engloba o número de participações que estes atletas participantes fizeram, pelo que, assim, houve mais do que um atleta que participou em mais edições dos Jogos Paralímpicos. Também se contabiliza por «participações em mais do que uma modalidade», atletas que, entre os Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville de 1984 e os Jogos Paralímpicos de Barcelona de 1992, participaram em mais do que uma modalidade.

Desta forma, e conjugando com as informações destacadas no Gráfico 8, é importante clarificar de que zona geográfica de Portugal provém o maior e menor número de atletas participantes. Assim, o Gráfico 9 apresenta o total de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, nas edições compreendidas entre 1984 e 2016, divididos por distritos.

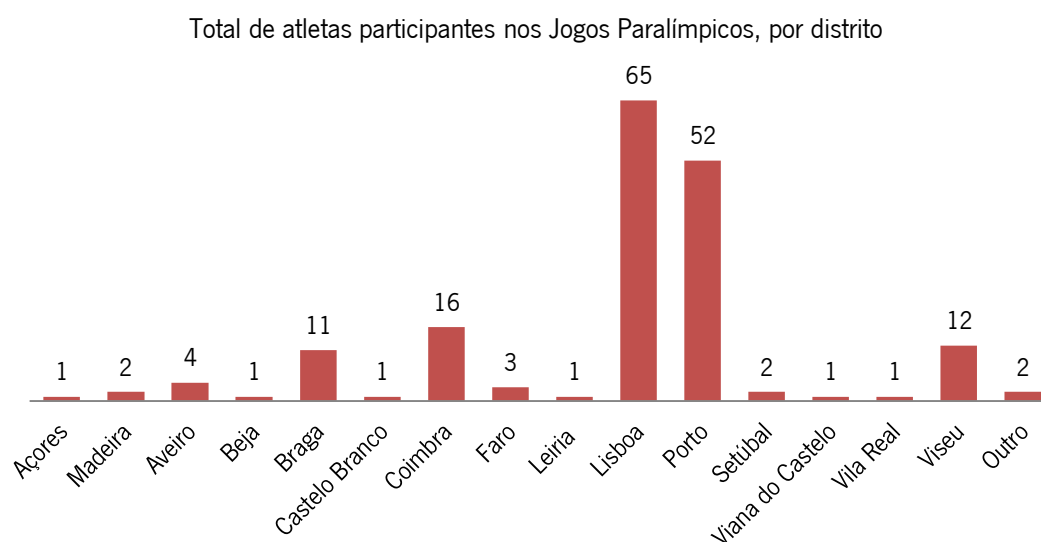


Gráfico 9. Total de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, por distrito, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

O Gráfico 9 indica que o maior número de atletas participantes inclina-se para os distritos de Lisboa e Porto, tendo, respetivamente, 65 e 52 atletas nos dois distritos mencionados. O distrito de Coimbra assume o lugar após Lisboa e Porto, com 16 atletas oriundos deste distrito.

No que concerne o menor número de atletas participantes por distrito, o Gráfico 9 retira a conclusão de que a Região Autónoma dos Açores, Beja, Castelo Branco, Leiria, Viana do Castelo e Vila

Real são os distritos que representam o menor número de atletas, com apenas um atleta oriundo de cada um dos distritos mencionados neste parágrafo.

Assim, tal como o número de modalidades foi aumentando a cada ciclo paralímpico, isso também levou ao aumento do número de atletas participantes por país (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013). Desta forma, Portugal não foi exceção.

Deste modo, após dar a conhecer os atletas participantes por número de distritos, é agora indispensável perceber quais foram as edições que Portugal teve o maior e menor número de atletas representados. Assim sendo, esta informação será exposta no Gráfico 10, relativo ao número de atletas participantes por Jogos Paralímpicos, compreendendo as edições entre 1984 e 2016.

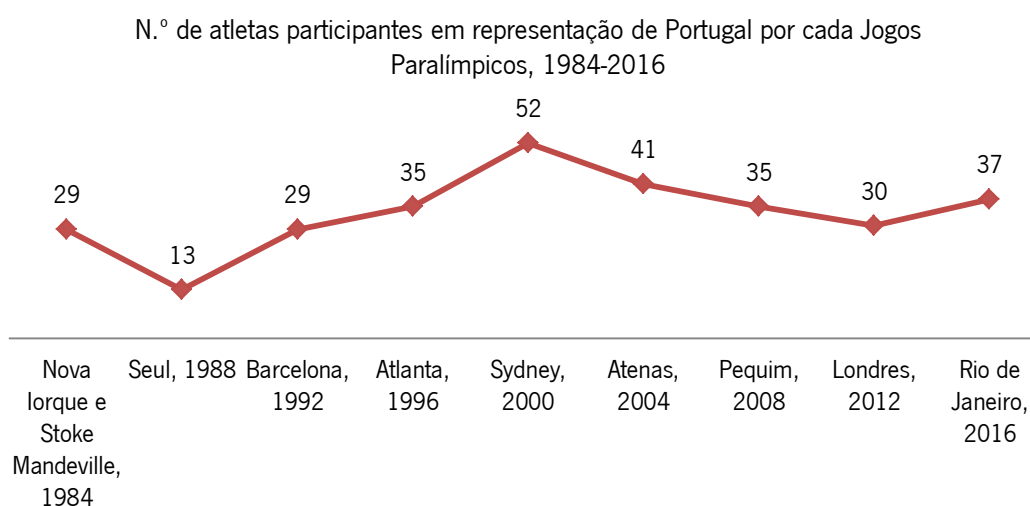


Gráfico 10. Número de atletas participantes em representação de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

[Média até Sydney, 2000: 31.6; Média depois de Sydney, 2000: 39; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -1.01 (*p-value*: 0.033)]

A linha do Gráfico 10 acaba por destacar-se por ser uma linha de tendências. Em 1984, Portugal regressa à competição com 29 atletas, registando, quatro anos depois, uma regressão nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, com apenas 13 atletas. A partir daí, a tendência foi para crescer, até chegar ao «pico», os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, onde Portugal levou consigo 52 atletas. Após esse ano, a tendência foi novamente descer o número de atletas, até aos

Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro de 2016, onde o número de atletas voltou a crescer, com 37 atletas envolvidos na competição.

Em suma, destaca-se a edição dos Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000, onde Portugal foi representado por 52 atletas, o maior número até hoje registado, podendo advir-se de uma evolução organizacional na década de 1990 em Portugal, bem como a crescente onda de apoios no mesmo período de tempo (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013). Já os Jogos Paralímpicos onde Portugal levou o menor número de atletas foram em Seul, em 1988, com apenas 13 atletas.

Destacando os resultados do teste-t realizado de forma a analisar a Participação dos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos, é de notar que a evolução da Participação no que toca aos atletas participantes após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 foi positiva, porém, não é suficiente para ser significativa a 1%.

Deste modo, após a análise do número de atletas por edições de JP, é importante fazer a mesma análise, porém, conjugando todos os atletas nas modalidades compreendidas entre estes. Assim, o Gráfico 11 apresenta o número total de atletas participantes por modalidades, pelas edições já anteriormente mencionadas.

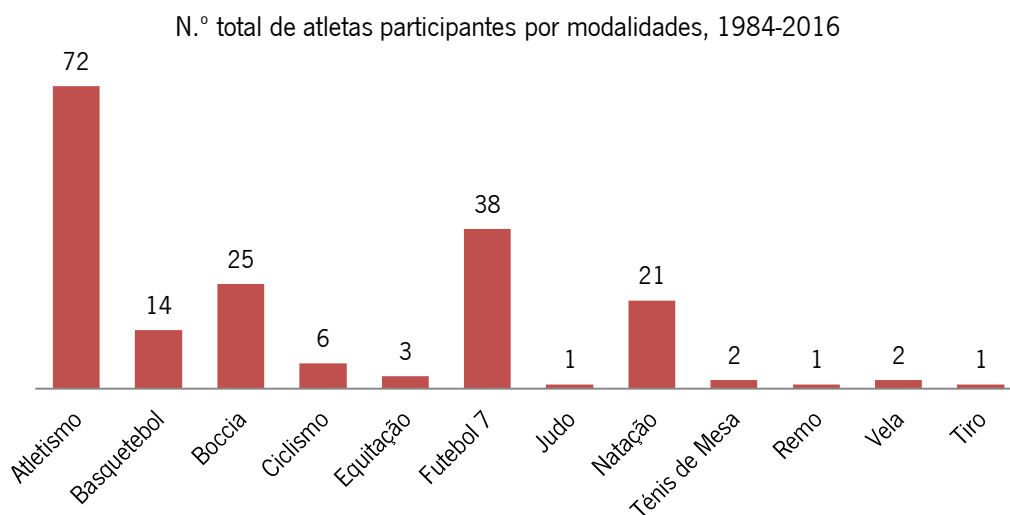


Gráfico 11. Número total de atletas participantes por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Como poderá então destacar-se no Gráfico 11, o Atletismo é a modalidade que levou mais atletas para os Jogos Paralímpicos, com 72 atletas compreendidos entre 186 atletas no total. De seguida, encontra-se o Futebol de 7 com 38 atletas, e o Boccia encaixa-se no «terceiro posto», com 25 atletas.

Em termos negativos, encontram-se modalidades como Judo, Remo e Tiro, que tiveram apenas um representante durante as nove edições analisadas dos Jogos Paralímpicos. Porém, as modalidades registadas no Gráfico 11 são apenas as modalidades que Portugal teve participantes. Modalidades como o Goalball, Ténis em CR, Voleibol Sentado, Tiro com Arco, Esgrima em CR e Canoagem são modalidades que estão acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, em 2021, e que Portugal tem condições de prática, porém, nunca foram modalidades representadas pelos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos até agora.

Tal como já mencionado no início deste tópico, salienta-se novamente a importância de distinguir a noção de «atletas participantes» e «participações». Assim, o Gráfico 12 representa o número de participações conseguidas por modalidades, nos períodos compreendidos entre 1984 e 2016.

Enquanto o Gráfico 11 apenas representava o número de «atletas participantes» por cada modalidade, o Gráfico 12 representará, assim, o número de participações que se realizaram, estando estas, sujeitas ao número de vezes que alguns dos «atletas participantes» participaram nas edições dos Jogos Paralímpicos. Exemplificando para melhor compreensão, um atleta poderá ter participado nas edições de 1984, 1988 e 1992, contando como três o número de participações desse mesmo atleta para a modalidade destacada.

N.º total de participações por modalidades, 1984-2016

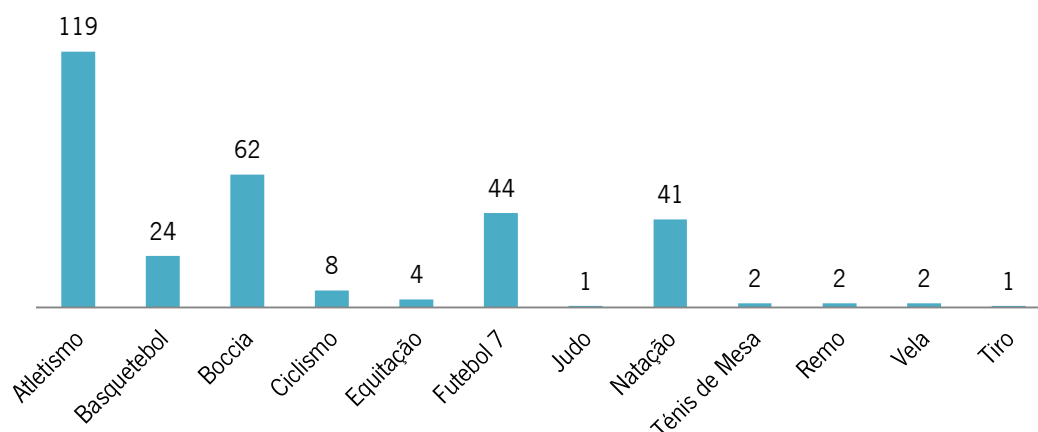


Gráfico 12. Número total de participações por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Assim, a interpretação do Gráfico 12 surge também com o Atletismo a ser a modalidade com o maior número, neste caso, de participações por atletas, com 119 participações. Já o Boccia acarreta o segundo número mais alto de participações, com 62 participações, e o Futebol de 7 fica, assim, no «terceiro posto», com 44 participações, ficando a Natação não muito longe deste número, com um total de 41 participações.

Nos números mais baixos apenas se encontram, mais uma vez, o Judo e o Tiro, que apenas acarretam uma participação, ficando, assim, o número igual ao número de atletas participantes.

Assim analisados os atletas participantes e as participações, é importante sintetizar os termos, interpretando o total de cada uma das variáveis de análise neste tópico. É desta forma que nasce o Gráfico 13, sendo que o Gráfico 13 apenas apresenta o número total de cada uma das variáveis de análise que foram interpretadas neste tópico. Para além disto, esclarecer-se-á também de que modo é que foram encontrados estes totais.

Total de atletas paralímpicos por variáveis de análise de dados de participação, 1984-2016

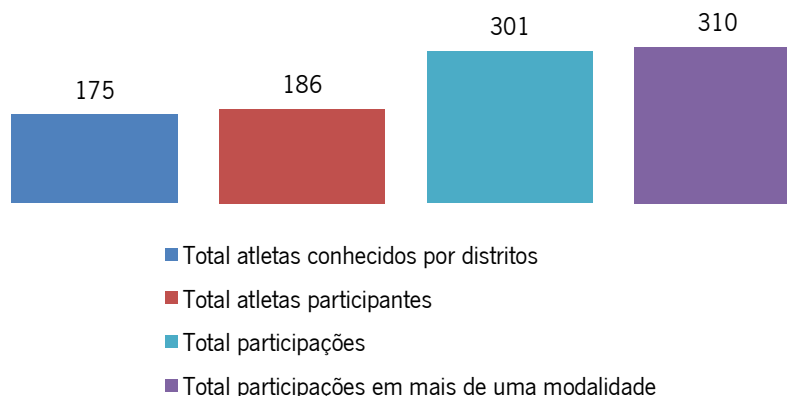


Gráfico 13. Total de atletas e participações por variáveis de análise de dados de participação, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Assim, o Gráfico 13 poderá ser interpretado da seguinte forma: os 175 «atletas conhecidos por distritos», é o primeiro número total que se conhece, sendo este o número que se analisou durante o Gráfico 8 e o Gráfico 9, sendo os atletas que se conhecem por distrito. Porém, não são o total de atletas participantes, visto que não se conhece de onde provêm os 11 atletas que participaram no Futebol de 7 nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville de 1984, pelo que, assim, conjugam-se 186 «atletas participantes» no total de edições compreendidas entre 1984 e 2016.

O número 301 é o número total de «participações» no total das nove edições analisadas, estas participações que já foram esclarecidas como o número total de vezes que a maioria dos 186 atletas paralímpicos participou, tendo assim, participado mais do que uma edição. Por fim, salienta-se que, entre os Jogos Paralímpicos de 1984 e os Jogos Paralímpicos de 1992, houve nove atletas que participaram em mais do que uma modalidade no decorrer das edições, pelo que, assim, o número total de «participações por mais do que uma modalidade» fica nos 310.

5.2.3 Medalhas paralímpicas conquistadas nos Jogos Paralímpicos

Como já delineado por Sousa, Corredeira e Pereira (2013), a presença nos Jogos Paralímpicos representa o ponto mais alto na carreira desportiva de um atleta, que, acaba por trazer, eventualmente, vitórias e medalhas conquistadas. Porém, apesar do Comité Olímpico Internacional (COI) ter referenciado que o quadro de medalhas não é uma ordem de mérito, a contagem de medalhas é normalmente um termo de comparação utilizada pelo Governo e pela Comunicação Social para definir

o sucesso internacional desportivo das nações, o sucesso no Desporto traduzir-se-á como um forte indicador para o aumento do prestígio a nível internacional (Haut, Grix, Brannagan & van Hilvoorde, 2018).

Deste modo, neste tópico, interpretar-se-ão dados relativos à conquista de medalhas nos Jogos Paralímpicos por parte dos atletas portugueses. As variáveis de análise encontradas serão, assim, relativas ao número de medalhas conquistadas por Jogos Paralímpicos, bem como a mesma análise, interpretada por modalidades.

Para além dos Gráficos analisados neste tópico e a sua devida interpretação, poderá encontrar-se também, na secção relativa aos Apêndices e Anexos, o Apêndice X, que decifra, sistematicamente, em forma de Quadro, as medalhas conquistadas por Portugal, por edição de JP; bem como as modalidades que conquistaram as medalhas nas edições compreendidas; por categoria de medalha (ouro, prata e bronze) e o total de medalhas.

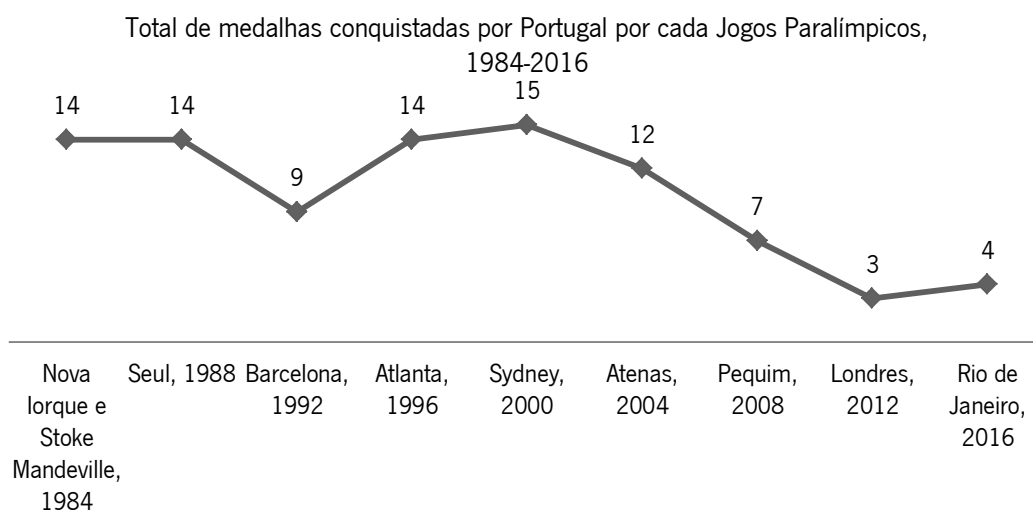


Gráfico 14. Total de medalhas conquistadas por Portugal, nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

[Média até Sydney, 2000: 13.2; Média depois de Sydney, 2000: 8.2; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: 1.96 (*p-value*: 0.085)]

A linha do Gráfico 14 apresenta-se como uma linha de tendências. Em Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, e em Seul, em 1988, Portugal conquistou o mesmo número de medalhas, sendo estas 14. Em Barcelona, 1992, o número diminuiu, para voltar a aumentar em Atlanta, em 1996,

e Sydney, 2000, novamente com números similares aos conquistados nos primeiros anos. A partir de Sydney, 2000, a tendência acaba por ser a diminuição do número de medalhas conquistadas, com Atenas, 2004, a passar para 12; Pequim, 2008, 7; Londres, 2012 regista o número mais baixo de medalhas conquistadas pelos portugueses, com apenas 3 medalhas; e Rio de Janeiro, 2016, inclina Portugal para apenas 4 medalhas.

Assim, em suma, destaca-se a edição dos Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000, registando também o maior número de medalhas conquistadas pelos portugueses, sendo elas de 15 medalhas. De notar que já no número de participantes, os Jogos Paralímpicos de Sydney já teriam registado o maior número de participantes portugueses, com 52 atletas. Como já referido, o menor número de medalhas «conquistado» ocorreu nos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, com apenas 3 medalhas vencidas pelos atletas portugueses.

Desta feita, analisar-se-á os resultados obtidos pelo teste-t, em relação às medalhas conquistadas pelos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos. Assim, denota-se que o número de Medalhas conquistadas por Portugal após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 demonstra-se decadente em relação às medalhas conquistadas no período anterior a Sydney, e, por isso, não há evolução para o teste-t ser significativo a 1%.

O Gráfico 15 retrata a análise de cada uma dessas medalhas conquistadas por edição de JP, sendo que, neste gráfico, a análise será dividida em medalhas por categorias, sendo estas medalhas de ouro, prata e bronze, para melhor compreensão da importância das medalhas que foram garantidas por Portugal.

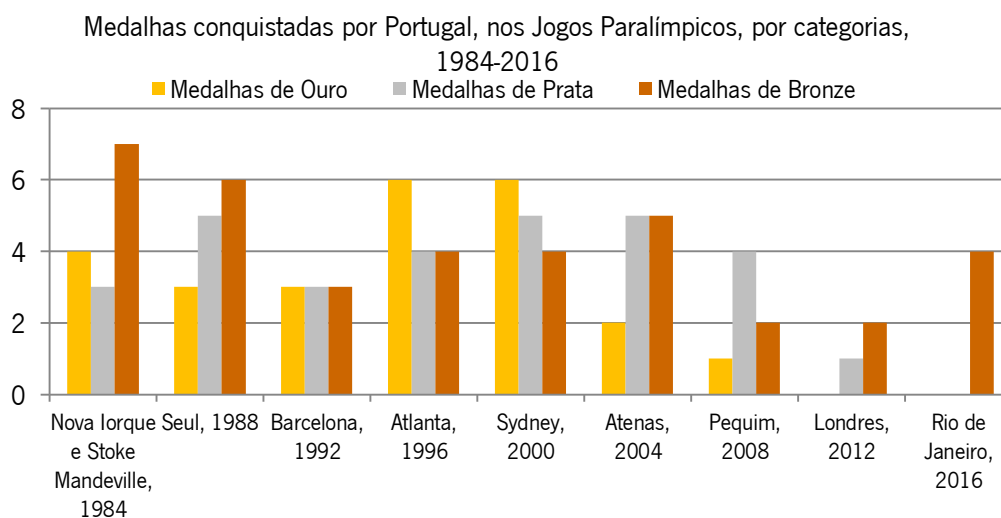


Gráfico 15. Medalhas divididas por categorias (ouro, prata e bronze) conquistadas por Portugal, nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Tendo em conta o número total de medalhas conquistadas por Portugal, já mencionados no Gráfico 14, destaca-se, assim, no Gráfico 15, o maior número de medalhas por medalhas de ouro, prata e bronze, respetivamente. Neste sentido, Atlanta, em 1996 e Sydney, em 2000, registam o maior número de medalhas de ouro conquistadas pelos atletas portugueses, com 6 medalhas de ouro em cada edição. No que concerne às medalhas de prata, Seul, em 1988, Sydney, em 2000 e Atenas, em 2004, registam os números mais altos, com 5 medalhas conquistadas. Já nas medalhas de bronze, apenas Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, regista o maior número de medalhas «bronzeadas», com 7 medalhas conquistadas.

É também de destacar que, desde os JP de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, até aos JP de Pequim, em 2008, Portugal conquistou sempre medalhas das três categorias envolvidas. A partir dos JP de Londres, em 2012, apenas conquistou medalhas de prata e bronze, e, nos JP de Rio de Janeiro de 2016, apenas medalhas de bronze.

Após desmembrada a análise às medalhas por edição de JP, os dois próximos Gráficos – 17 e 18 – relacionar-se-ão de acordo com as medalhas conquistadas, não por edição, mas sim por modalidades, de forma a compreender quais as modalidades que obtiveram maior sucesso durante o período de tempo selecionado nos Jogos Paralímpicos. Assim, o Gráfico 16 indica o total de medalhas conquistadas, por modalidades.

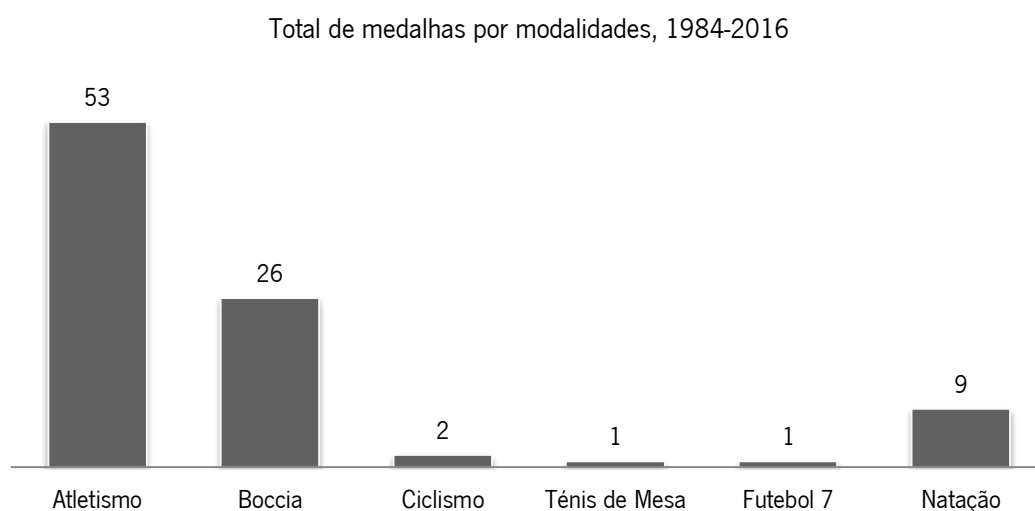


Gráfico 16. Total de medalhas conquistadas, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Assim, o Gráfico 16 revela que o Atletismo é a modalidade com maior número total de medalhas paralímpicas conquistadas por Portugal, com o significativo número de 53 medalhas, um número que acaba por refletir-se em mais de metade das medalhas no total. A seguir, encontra-se o Boccia com o segundo maior número de medalhas, com 26 medalhas. Natação coloca-se a seguir, com apenas 9 medalhas, completando o ciclo das modalidades com maior número de medalhas paralímpicas em Portugal.

Já no que toca ao menor número de medalhas conquistadas por parte dos atletas portugueses, Ciclismo, Ténis de Mesa e Futebol de 7 caracterizam esta vaga, com apenas 2 medalhas (Ciclismo) e 1 medalha (Ténis de Mesa e Futebol de 7).

Seguindo o segmento do Gráfico anterior, o Gráfico 17 representa as mesmas medalhas conquistadas por Portugal, porém, estas estão divididas, novamente, em categorias, por medalhas de ouro, prata e bronze, de forma a compreender quais as modalidades que acarretam o maior e menor número de medalhas, por importância das mesmas.

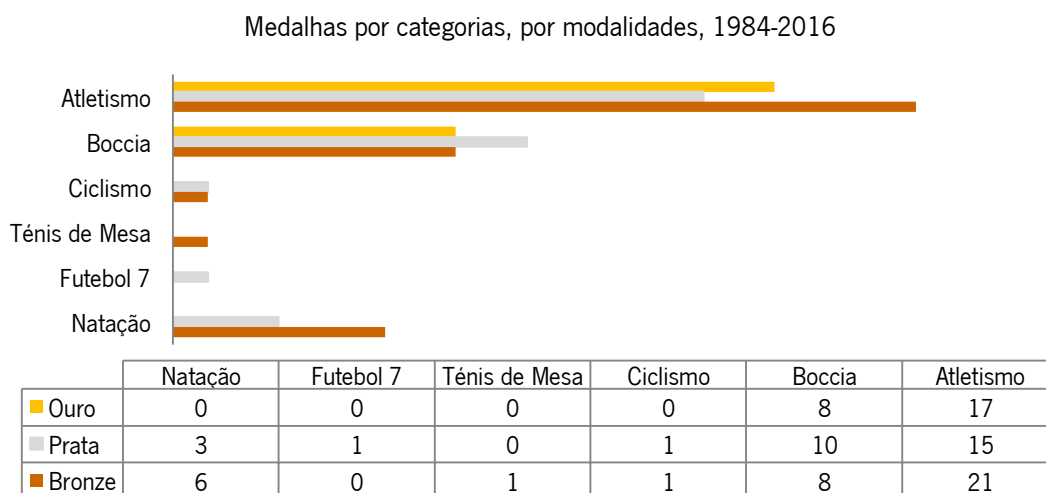


Gráfico 17. Medalhas divididas por categorias (ouro, prata e bronze) conquistadas por Portugal, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Deste modo, tendo em conta, novamente, os dados do Gráfico anterior, relativos ao número total de medalhas obtidas por cada uma das modalidades apresentadas, o Atletismo detém o maior número de medalhas por categorias, seja no que toca a medalhas de ouro, prata ou bronze. Assim, como especificado na tabela ligada ao Gráfico 17, o Atletismo representa 17 medalhas de ouro, 15 medalhas de prata, e 21 medalhas de bronze.

Em suma, o Atletismo e o Boccia são as únicas modalidades a representar todas as categorias de medalhas. A Natação e o Ciclismo apenas acarretam medalhas de prata e medalhas de bronze, e por fim, o Futebol de 7 tem apenas uma medalha de prata e o Ténis de Mesa tem apenas uma medalha de bronze.

Para finalizar a análise de medalhas conquistadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos, é mais do que apropriado, para além de analisar por edição e por modalidades, fazer também uma interpretação daquilo que é o palmarés português de medalhas paralímpicas no seu todo. Assim sendo, o Gráfico 18 mostra o total de medalhas conquistada por Portugal, por categorias de medalhas, entre o período assinalado de edições de Jogos Paralímpicos.

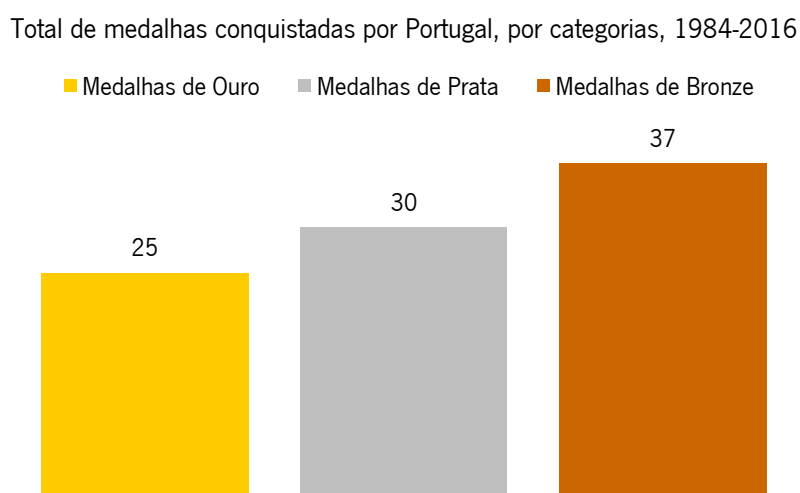


Gráfico 18. Total de medalhas conquistadas por Portugal, divididas por categorias (ouro, prata e bronze), por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Interpreta-se, então, que o Gráfico 18 revela, claramente, que Portugal, no seu todo, acarreta um maior número de medalhas de bronze do que medalhas de ouro ou de prata, com 37 medalhas que ditaram o terceiro posto aos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos. Foram também 30

medalhas de prata conquistadas por Portugal, e por fim, apenas 25 medalhas de ouro contabilizadas pelos atletas portugueses em nove edições dos Jogos Paralímpicos, dando, assim, um total de 92 medalhas conquistadas durante o período de tempo estudado.

5.2.4 Síntese

Após a análise dos três tópicos mencionados acima, relativos à *performance* de Portugal nos Jogos Paralímpicos, é crucial chegar a este ponto com algumas conclusões formadas dos dados que foram possíveis analisar, sendo estes dados relativos às modalidades, à participação de atletas e, por fim, às medalhas conquistadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos.

No que concerne as Modalidades, no tópico 5.2.1, destacam-se os Gráficos 7, 8 e 9, que relatam a informação necessária à interpretação dos dados. Porém, para melhor compreensão destes dados e das suas conclusões, criou-se, abaixo, o Quadro 4, que relata o número de modalidades, bem como as modalidades participantes em cada edição analisada dos Jogos Paralímpicos.

JP	N.º	Modalidades
Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984	5	Atletismo, Boccia, Ciclismo, Futebol 7, Ténis de Mesa
Seul, 1988	2	Atletismo, Boccia
Barcelona, 1992	4	Atletismo, Boccia, Futebol 7, Natação
Atlanta, 1996	4	Atletismo, Boccia, Futebol 7, Natação
Sydney, 2000	7	Atletismo, Basquetebol, Boccia, Ciclismo, Futebol 7, Natação, Ténis de Mesa
Atenas, 2004	6	Atletismo, Basquetebol, Boccia, Ciclismo, Equitação, Natação
Pequim, 2008	7	Atletismo, Boccia, Ciclismo, Equitação, Natação, Remo, Vela
Londres, 2012	5	Atletismo, Boccia, Equitação, Natação, Remo
Rio de Janeiro, 2016	7	Atletismo, Boccia, Ciclismo, Equitação, Judo, Natação, Tiro

Quadro 4. Modalidades representadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Primeiramente, antes de passar à interpretação do Quadro 4, é importante concluir que, das 12 modalidades que Portugal apresenta, ao todo, não houve uma única edição em que Portugal fosse representado pelas 12 modalidades apresentadas.

Assim, do que às edições refere, a partir dos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, os números das modalidades representadas pelos atletas portugueses acaba por se destacar pela positiva, visto que, entre 2000 e 2016, o mínimo é cinco (Londres, 2012) e atinge-se o máximo de sete modalidades (este, que acontece em três ocasiões diferentes – Sydney, 2000; Pequim, 2008 e Rio de Janeiro, 2016). Porém, não deixa de ser um padrão desnivelado, pelo facto de, a partir de 2000, denotar-se um nível intercalado de edições com mais modalidades e, consecutivamente, menos modalidades.

Do que às modalidades refere, como se pode conferir, o Atletismo e o Boccia são as únicas modalidades que Portugal teve representação nos Jogos Paralímpicos, nas nove edições de Jogos Paralímpicos estudadas. Poder-se-á também concluir que o Atletismo é, de igual forma, a modalidade que tem maior representação pelos atletas por distritos. Assim dito, o Atletismo está representado em 13 distritos pelo total de atletas portugueses que participou nos Jogos Paralímpicos.

É de igual modo importante tomar nota de que o programa de modalidades do IPC para os Jogos Paralímpicos está constantemente em alterações, e por isso, acabam por ocorrer alterações no programa, podendo sujeitar-se à entrada e, conseqüentemente, saída de modalidades do programa de edição para edição (IPC, 2021). Novamente, a informação do programa de modalidades, bem como o ano de inauguração das modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio de 2021 poderão ser consultadas na secção de Apêndices e Anexos, no Apêndice IX.

Assim, o registo de modalidades representadas, bem como o número de atletas participantes e, posteriormente, medalhas conquistadas, poderão ser influenciados pelas constantes modificações do programa de modalidades dos Jogos Paralímpicos. Para Portugal, esta mudança de programa de modalidades acaba por não ter impacto significativo, visto que, por exemplo, a saída de modalidades do programa de modalidades do IPC para Portugal não é um fator determinante para a não participação de atletas nas modalidades. Para exemplificar este ponto, o Futebol de 7 tornou-se modalidade paralímpica em 1984 (IPC, 2021), e Portugal participou nesta modalidade em 1984, 1992, 1996 e 2000. Porém, a modalidade foi retirada do programa apenas nos Jogos Paralímpicos de

Londres, em 2012 (FPDD, 2021), pelo que Portugal já não teria participado nesta modalidade antes desta ter sido retirada do programa de modalidades do IPC.

Apesar disso, no que toca à entrada de modalidades do programa de modalidades, Portugal regista uma adesão positiva no caso de algumas modalidades. Por exemplo, o Remo é uma modalidade que apenas entrou para os Jogos Paralímpicos em Pequim, em 2008 (IPC, 2021), denotando-se, assim, a participação de Portugal nesta modalidade na sua entrada, em 2008 e também em 2012. Outras das modalidades que Portugal participou de «raiz» foi o Boccia, que, como já constatado, após a sua entrada, em 1984 (FPDD, 2021), não falhou mais nenhuma edição nesta modalidade. O mesmo não se pode dizer do Ciclismo que, tendo sido a sua entrada oficial também nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984 (FPDD, 2021), e tendo Portugal participado nestes mesmos JP, apenas o fez nesse ano, registando-se a seguinte participação nesta modalidade apenas a partir de Sydney, 2000, até Pequim, 2008; e novamente no Rio de Janeiro, em 2016.

Para finalizar o parâmetro relativo às Modalidades, é importante salientar que, do programa atual dos Jogos Paralímpicos para 2021, a Vela deixa de fazer parte, nos Jogos Paralímpicos de 2016 (IPC, 2021), tendo Portugal apenas participado nesta modalidade em 2008; e o Futebol de 7 como já mencionado, e cuja participação em Portugal foi apenas nos JP de 1984, 1992, 1996 e 2000, deixa de fazer parte a partir dos Jogos Paralímpicos de Londres de 2012 (FPDD, 2021).

Procedendo à segunda parte da análise de conclusões relativas à participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos, esta segunda parte terá como principal objetivo dar as principais ideias analisadas no tópico 5.2.2, este que teve em conta a participação de atletas portugueses durante as edições compreendidas dos Jogos Paralímpicos, entre 1984 e 2016.

Assim, importa chegar a algumas sínteses em relação à proveniência do número de atletas portugueses, por zona geográfica de Portugal, estes dados que estão inseridos no Gráfico 9, no tópico 5.2.2.

Lisboa é o distrito que mais acarreta atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, com 65 atletas no total de 175 atletas conhecidos por distrito (ver Gráfico 13) pelo que esse valor também se poderá dever ao facto de Lisboa ser um dos distritos com maior número de população residente³⁰

³⁰ Em 2020, registaram-se cerca de 2.869.033 pessoas na Área Metropolitana de Lisboa (PORDATA, 2021).

(PORDATA, 2021). O número de população residente do distrito do Porto³¹ poderá também influenciar no facto de, no distrito, registar-se o segundo valor mais alto no que toca a atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, sendo estes um total de 52 atletas. Conjugando o total de atletas oriundos dos distritos de Lisboa e Porto, são 117 os atletas, no total de 175 atletas conhecidos por distritos, ou seja, mais de metade dos atletas são oriundos destes dois distritos, que podem ser considerados os mais populosos do país (PORDATA, 2021).

	1984*	1988*	1992*	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
Atletismo	14	10	11	12	16	11	13	15	17	119
Basquetebol					12	12				24
Boccia	3	6	4	6	6	9	9	9	10	62
Ciclismo	3				1	1	1		2	8
Equitação						1	1	1	1	4
Futebol 7	11		11	11	11					44
Judo									1	1
Natação			6	6	5	7	8	4	5	41
Remo							1	1		2
Ténis de Mesa	1				1					2
Tiro									1	1
Vela							2			2
Total	32**	16**	32**	35	52	41	35	30	37	310

*Nas edições assinaladas, três atletas participaram em mais do que uma modalidade (Atletismo e Boccia), pelo que, por isso, contabiliza-se como um atleta diferente por cada modalidade, visto achar-se contraproducente atribuir estes atletas a uma única modalidade.

**São 29 atletas nos JP de 1984, 13 atletas nos JP de 1988 e 29 atletas nos JP de 1992.

Quadro 5. Número total de participações por modalidades e por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

³¹ Em 2020, registaram-se cerca de 1.727.774 pessoas na Área Metropolitana do Porto (PORDATA, 2021).

Analisando os dados do Quadro 5, conclui-se que, se o nível de participações por edição de Jogos Paralímpicos for comparado desde 1984, então a tendência tem sido inconstante. Portugal reinicia a sua viagem aos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville com 32 participações, regredindo para 16 participações nos JP de Seul, em 1988. Volta a ter o mesmo número de 1984 em 1992, nos JP de Barcelona, e, a partir de 1996, dá-se o crescimento de atletas, com 35 atletas. O pico dá-se nos Jogos Paralímpicos de Sydney, com 52 atletas, e até Londres, em 2012, o número de participações nos Jogos Paralímpicos regride, tal como já tinha acontecido no intervalo entre 1984 e 1988, e fica com 41 atletas em Atenas, 2004; 35 em Pequim, 2008; e, por fim apenas 30 atletas em Londres, 2012. Porém, sendo esta linha inconstante, é também desta forma que se compreende que, com o aumentar de atletas para 37 atletas nos últimos Jogos Paralímpicos realizados, os JP de Rio de Janeiro, em 2016, a tendência será para que o número de atletas participantes por edição de Jogos Paralímpicos aumente.

Por fim, é também no Quadro 5 se pode chegar à conclusão de quais foram as modalidades que mais participações têm por edição de JP. Assim, o Atletismo é a modalidade que acarreta mais participações de atletas portugueses nas edições de 1984, 1988, 1996, 2000, 2008, 2012 e 2016, restando, apenas, a edição de 1992, onde o Atletismo e o Futebol de 7 ficam em pé de igualdade, com 11 participações; e a edição de 2004, onde o Basquetebol tem o maior número de atletas oriundos de Portugal, com 12 participações.

O Gráfico 19 servirá para explicar as conclusões que se retiraram de duas das variáveis analisadas no tópico referente à participação dos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos.

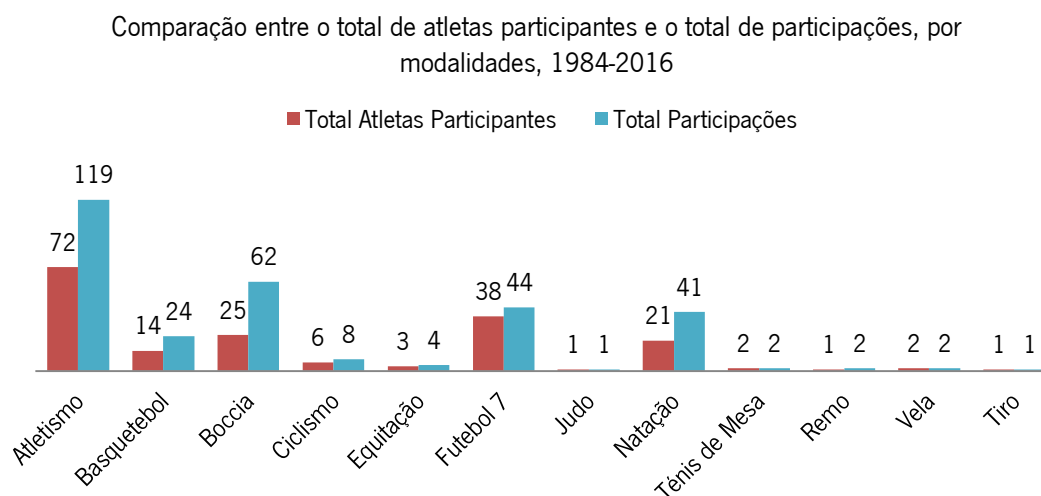


Gráfico 19. Comparação entre o total de atletas participantes e o total de participações, por modalidades, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Deste modo, é importante concluir, em primeiro lugar, que o número de participações, quando não é igual (nos casos solitários do Judo e do Tiro, que apenas tiveram um atleta e uma participação, respetivamente) será sempre superior ao número de atletas participantes, o que é legitimamente normal, visto que o número de participações representa o número de edições que a maioria dos atletas participantes teve oportunidade de representar Portugal nos Jogos Paralímpicos.

O Atletismo representa, mais uma vez, e sem deixar qualquer dúvida, o maior número, seja em número total de atletas participantes, seja no número de participações, com 72 atletas e 119 participações, respetivamente. No entanto, é o Boccia e o Futebol de 7 que se encontram numa situação mais delicada, sendo que o Futebol de 7 é a modalidade que tem mais atletas participantes, e o Boccia tem o maior número de participações, a seguir ao Atletismo.

É de denotar, no Boccia, uma diferença exponencial no número de atletas participantes e no número de participações. Sendo o Boccia uma das modalidades que Portugal sempre teve representação nos Jogos Paralímpicos (ver Quadro 5, tópico 5.2.4), desde a sua entrada em 1984 (FPDD, 2021) a verdade é que o Boccia apenas teve 25 atletas diferentes, em 62 participações. Isto poderá dever-se a uma falta de renovação de geração existente na modalidade em Portugal.

Após delineadas as principais conclusões em relação à participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos, torna-se de maior importância desmembrar as principais conclusões em relação às medalhas conquistadas pelos atletas portugueses nos Jogos Paralímpicos.

O maior número de medalhas conquistadas por Portugal ocorreu nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, com 15 medalhas totais conquistadas. Porém, no que toca às categorias de medalhas envolvidas (ouro, prata e bronze) Portugal, entre os Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996 e os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, arrecadou mais medalhas de ouro do que qualquer outro tipo de medalha, com 12 medalhas de ouro conquistadas nas duas edições mencionadas.

Neste contexto, conclui-se que as edições precedentes aos Jogos Paralímpicos de Atenas de 2004 mostraram-se favoráveis a Portugal no que toca à conquista de medalhas paralímpicas, onde Portugal conseguiu ganhar um número total de medalhas superior aos dois dígitos (dentro deste

período de tempo, excetua-se os Jogos Paralímpicos de Barcelona de 1992, onde Portugal manteve-se perto dos dois dígitos, com nove medalhas conquistadas).

A partir dos Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008, e tendo em conta o que foi a conquista de medalhas por parte de Portugal nas últimas três edições realizadas dos Jogos Paralímpicos (em Pequim, Portugal conquistou sete medalhas; em Londres, apenas três medalhas; e no Rio de Janeiro, quatro medalhas), o número foi regredindo substancialmente, em relação aos anos de «glória» da seleção portuguesa nas primeiras seis edições estudadas em que esta participou. Para além disso, denota-se uma regressão no que toca a medalhas de ouro, visto que a última medalha de ouro conquistada por Portugal foi nos Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008. Em Londres, 2012, e Rio de Janeiro, 2016, não obtiveram nenhuma medalha de ouro.

No que concerne as modalidades e as medalhas, representadas no Gráfico 16 e Gráfico 17, o Atletismo é, novamente, a modalidade com maior número de medalhas conquistadas, seja de ouro, prata e bronze, fazendo, no total, 53 medalhas das 92 que Portugal conquistou no seu todo.

Após retiradas algumas das principais conclusões sobre as modalidades representadas por Portugal pelos atletas, a participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos e as medalhas conquistadas, salienta-se a importância de mencionar alguns tópicos em forma de conclusão, que não se aplicam apenas a uma destas três categorias de análise, mas sim a várias. Por isso, os seguintes parágrafos são dedicados à comparação destes dados, esquematizados no Gráfico 20 e Gráfico 21, bem como algumas conclusões que englobam as três categorias de análise.

Falando apenas de uma edição das edições estudadas, deverá dar-se então destaque à edição dos Jogos Paralímpicos que representa os melhores resultados por parte da equipa portuguesa. Assim, o destaque vai para os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000, pois foram a edição onde Portugal conseguiu os melhores números, seja nas modalidades representadas, seja no número de atletas, seja no número de medalhas trazidas para Portugal. Assim, Sydney protagonizou sete modalidades representadas por Portugal, bem como 52 atletas participantes e 15 medalhas conquistadas.

Acredita-se, por isso, que o crescimento entre os Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, e os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, tenha sido despoletado através da constante evolução a nível organizacional em Portugal, com o desenvolvimento e criação da FPDD, bem como a assinatura do primeiro Contrato-Programa da Alta Competição para atletas com deficiência e um Protocolo de Apoio à

Alta Competição relativo aos Planos de Preparação e Participação nos Jogos Paralímpicos de Atlanta em 1996 (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Do mesmo modo, deverá também protagonizar-se a modalidade que detém os melhores números nas mesmas variáveis analisadas. Assim, o Atletismo é a modalidade que detém maior representação em número de edições de JP, com nove edições; também é a detentora do maior número de atletas participantes e participações nos Jogos Paralímpicos, com 72 e 119, respetivamente; como já anteriormente mencionado, o Atletismo também representa 53 das 92 medalhas atribuídas a Portugal, nos Jogos Paralímpicos.

Este domínio do Atletismo poderá ser explicado através do facto de que, para além do Atletismo ser uma das modalidades mais antigas do panorama dos Jogos Olímpicos, mas também dos Jogos Paralímpicos (FPDD, 2021), o Atletismo é visto como uma das modalidades mais acessíveis para atletas, a nível económico, não obstante e considerando os custos também associados ao Atletismo Adaptado.

De igual forma, também o Atletismo na vertente Paralímpica é uma das únicas modalidades que está adaptada a quase todos os tipos de deficiência – bem como a Nataação e o Taekwondo, que engloba quatro tipos de deficiência -, sendo estes a Deficiência Motora (DM), Deficiência Visual (DV) e Deficiência Intelectual (DI) (FPDD, 2021; ver também Apêndice IX). Por esse facto, a atratividade da modalidade em si para atletas portadores destes tipos de deficiência acaba por ser muito maior, levando à maior prática da modalidade, que, posteriormente, leva à federalização dos atletas para as competições europeias e mundiais, e neste caso, para os Jogos Paralímpicos, e, possivelmente, à maior probabilidade de conquistar uma medalha.

No que concerne modalidades conjugado com medalhas, já se concluiu, no Quadro 5, que Portugal já representou, ao todo, 12 modalidades distintas nos Jogos Paralímpicos. Porém, destaca-se ainda que, destas 12 modalidades, nem todos os atletas das modalidades representadas conseguiram obter, pelo menos, uma medalha. Assim, apenas seis modalidades em Portugal, das 12 modalidades, conquistaram medalhas. Estas são o Atletismo (53), o Boccia (26), o Ciclismo (2), Futebol de 7 (1), Nataação (9) e Ténis de Mesa (1).

Após uma análise geral aos pormenores mais importantes, passa-se, assim à interpretação do Gráfico 20 e 21 que foram designados para ajudar na compreensão de factos que possam advir da

comparação entre as três categorias de análise desenvolvidas nas últimas páginas da Dissertação de Mestrado.

Assim, o primeiro gráfico a ser interpretado será o Gráfico 20, relativo ao número de atletas participantes portugueses, comparado ao número de modalidades representadas por Portugal nos Jogos Paralímpicos, por edição de JP, de forma a compreender se existe proporção de aumento em relação às duas variáveis analisadas.

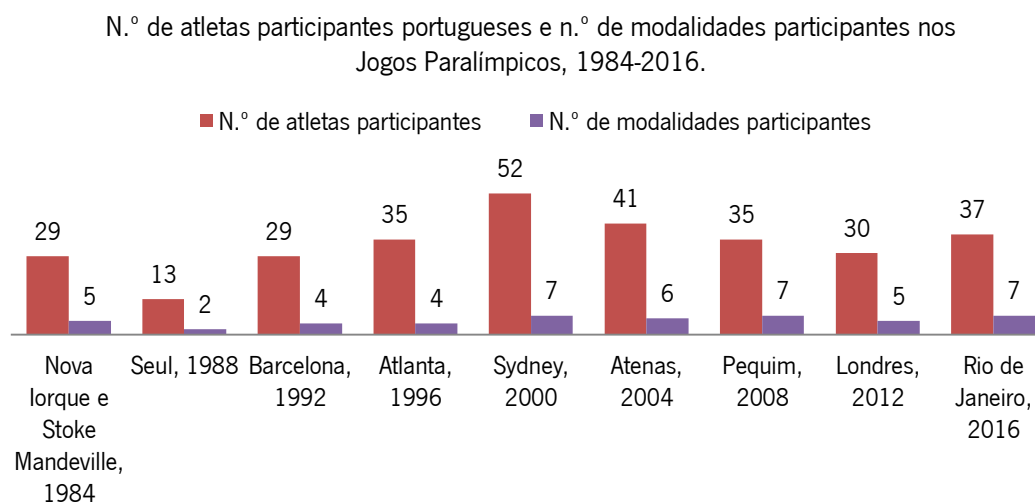


Gráfico 20. Número de atletas participantes, comparado com o número de modalidades participantes nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Do que os dados comparados do Gráfico 20 podem conferir, a verdade é que nem sempre o número de atletas participantes acompanha o aumento do número de modalidades, principalmente a partir dos Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008, pois denota-se que o número de modalidades continua no seu máximo, e o número de atletas participantes regride, excluindo os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, onde o número de atletas paralímpicos acaba por aumentar novamente.

No entanto, confirma-se que há edições de JP em que essa proporção entre atletas participantes e modalidades acontece, como é o caso dos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, e os Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004. Pelo contrário, a única edição onde se denota o menor número das duas variáveis é a edição em Seul, em 1988, onde apenas participaram 13 atletas e apenas duas modalidades foram representadas por esses atletas.

Se o Gráfico 20 apresentava apenas a comparação entre o número de atletas participantes e as modalidades que estes atletas representaram nos Jogos Paralímpicos, o Gráfico 21 compara o número de atletas participantes e o total de medalhas conquistadas em cada edição dos JP contabilizada, para o efeito de compreender melhor em que medida o maior número de participantes agrega maiores condições para ganhar uma medalha.

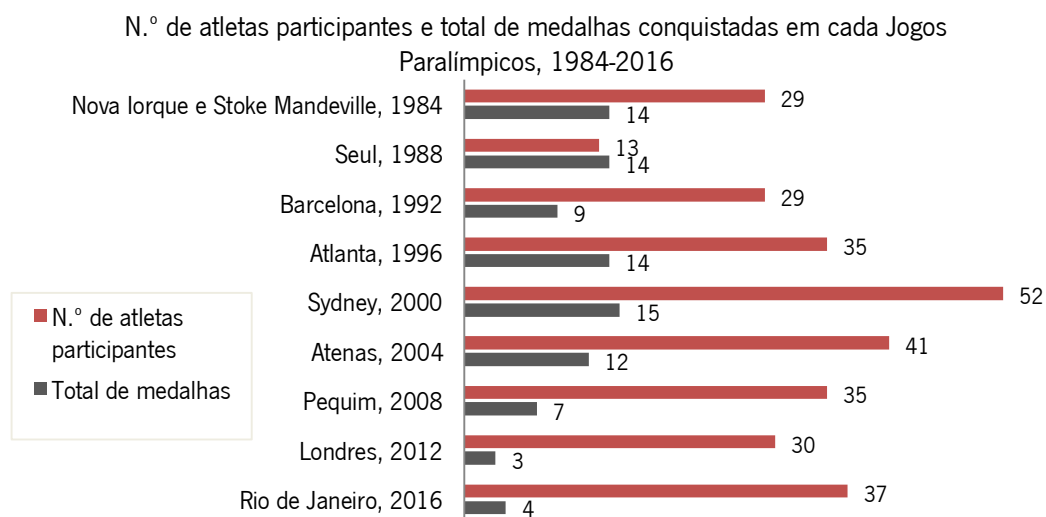


Gráfico 21. Número de atletas participantes, comparados com o total de medalhas adquiridas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Analisando por edições, a verdade é que Portugal acaba por ser beneficiado se tiver mais atletas, pois, a edição que tem maior número de atletas é também a edição que tem o maior número de medalhas, sendo esta a edição dos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000. Mas, nos primeiros anos, denota-se que esta não é uma tendência para Portugal. Para além de Jogos Paralímpicos como Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, ou mesmo Barcelona, em 1992, em que o número de participantes foi o mesmo e é dos números mais baixos de que há registo, a maior exceção à regra são os Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, visto que é a única edição, para Portugal, que, para além de ter o número mais baixo de atletas participantes e de modalidades representadas, contabiliza um número maior de medalhas do que participantes, com 14 medalhas ganhas e 13 atletas participantes, respetivamente.

No entanto, juntando ambas as informações dos Gráficos 20 e 21, poder-se-á também concluir que os melhores anos representados por modalidades pelos atletas portugueses não são os melhores anos por medalhas. Olhando para os principais exemplos, sendo estes os Jogos Paralímpicos de

Pequim, em 2008 e os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016, o número de modalidades foi de sete modalidades, porém, as medalhas ficaram aquém, com sete e quatro medalhas, respetivamente. A única edição que é exceção a esta regra, novamente, são os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, onde o número de modalidades foi igualmente de sete, mas foram conquistadas 15 medalhas.

Dado por terminado este tópico relacionado com as conclusões da participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos, conclui-se que, à medida que as edições vão sendo realizadas, Portugal tem tido um decréscimo significativo nos últimos anos no que concerne o sucesso à conquista de medalhas paralímpicas.

5.3 O panorama internacional dos Jogos Paralímpicos

Como referenciado por Brittain (2016), os Jogos Paralímpicos começaram, essencialmente, há cerca de 60 anos, com o intuito de se aproximar do modelo olímpico, porém, apenas para pessoas com debilitação física ou mental. Tudo começa com a dimensão internacional dos Jogos de Stoke Mandeville, que acabou por determinar o crescimento do Movimento Paralímpicos, permitindo a Ludwig Guttmann, com a aprovação do COI, conseguir organizar os primeiros Jogos Paralímpicos de sempre, os Jogos Paralímpicos de Roma de 1960 (Legg & Gilbert, 2011).

O presente e último tópico de análise de resultados tem o objetivo de demonstrar quais foram as principais mudanças e evolução do Panorama Internacional dos Jogos Paralímpicos. Desta feita, da mesma forma que foram analisados os Jogos Paralímpicos para Portugal, analisar-se-ão as mesmas variáveis, sendo estas a evolução das modalidades paralímpicas, da participação, tanto dos países como dos atletas participantes, e por fim, as medalhas que se foram atribuindo edição após edição. No final do tópico, também se comparará de que modo a mudança do panorama internacional poderá ter sido crucial para os resultados que Portugal obteve nos Jogos Paralímpicos.

Antes de passar à análise, é importante lembrar que a análise neste tópico é apenas feita pelos Jogos Paralímpicos de Verão. Para além de, no panorama internacional, existem também os Jogos Paralímpicos de Inverno, esta categoria acaba por não se incluir neste estudo, pois Portugal também não acarreta qualquer tipo de participação nos Jogos Paralímpicos de Inverno (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

5.3.1 Modalidades Paralímpicas no panorama internacional

A entrada de Modalidades no panorama paralímpico internacional deveu-se também através da introdução progressiva de modalidades que envolvessem todos os tipos de deficiência (Brittain, 2016). Neste tópico, também poderá ser útil a utilização do Apêndice IX, situado na secção VIII, este que revela as modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, em 2021; ano de inauguração de cada uma das modalidades acreditadas; número de JP realizados e tipo de deficiência.

Torna-se, desta forma, essencial explicitar qual é a evolução do número de modalidades que os Jogos Paralímpicos têm tido com o passar das edições. O Gráfico 22 demonstra o número de modalidades acreditadas nos Jogos Paralímpicos, no período delineado entre os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, e os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

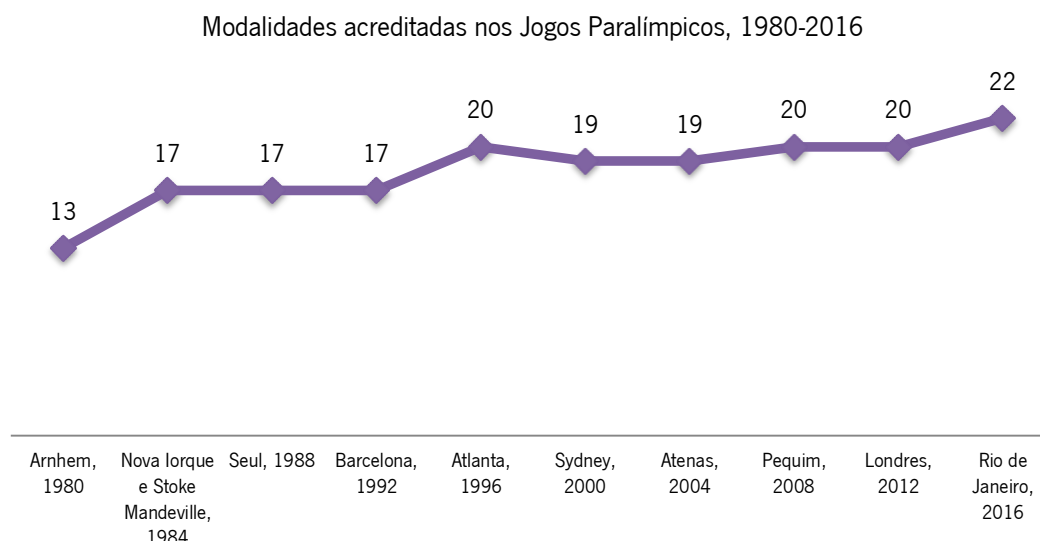


Gráfico 22. Número de Modalidades Paralímpicas acreditadas nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

[Média de Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984, até Sydney, 2000: 18; Média depois de Sydney, 2000: 20; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -2.39 (*p-value*: 0.043)]

Analisando os números do Gráfico 22, poder-se-á concluir que a evolução das modalidades acreditadas por cada edição de Jogos Paralímpicos delineados neste estudo acabou por ser uma evolução progressiva no passar das edições.

Arnhem, em 1980, detém o menor número, com apenas 13 modalidades acreditadas. A partir de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, seguem-se três edições com o crescente de 17 modalidades acreditadas nos Jogos Paralímpicos. Atlanta, em 1996, dispunha do maior crescimento, com 20 modalidades acreditadas, que, posteriormente, seria o mesmo número tanto em Pequim, em 2008, como em Londres, em 2012. Porém, é de denotar um ligeiro decréscimo entre Atlanta, em 1996, e Pequim, em 2008, pois as edições tanto de Sydney, em 2000, como de Atenas, em 2004, decresceram uma modalidade, ficando com apenas 19 modalidades acreditadas naqueles anos. Por fim, destaque para os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016, que detém o maior número de modalidades acreditadas, sendo o mesmo número que Tóquio terá nos Jogos Paralímpicos em 2021 (ver Apêndice IX), sendo este de 22 modalidades acreditadas.

No que concerne os resultados do teste-t realizado para o número de modalidades acreditadas nos Jogos Paralímpicos, denota-se que a evolução de Modalidades acreditadas nos Jogos Paralímpicos após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 foi mais positiva do que o período anterior aos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, porém, não é suficiente para ser significativa a 1%.

Como já denotado, o panorama internacional das modalidades está constantemente em mudança, pois, ao longo do tempo, foram-se introduzindo novas modalidades e, conseqüentemente, novas áreas de deficiência (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Assim, após a análise das modalidades acreditadas por cada edição dos Jogos Paralímpicos, é importante destacar o número de modalidades que mais foram acreditadas para os Jogos Paralímpicos.

Deste modo, como se acredita que a análise do número de edição e de modalidades acreditadas deverá ser total, e como muitas das modalidades já saíram do panorama internacional dos Jogos Paralímpicos, o Gráfico 23 terá como período de análise o início dos Jogos Paralímpicos, assim, desde os Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960, até aos Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016, e apenas mostrará as modalidades que estão acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, em 2021, para se ter uma noção da quantidade de modalidades que já incluem o plano de modalidades e há quanto tempo o fazem.

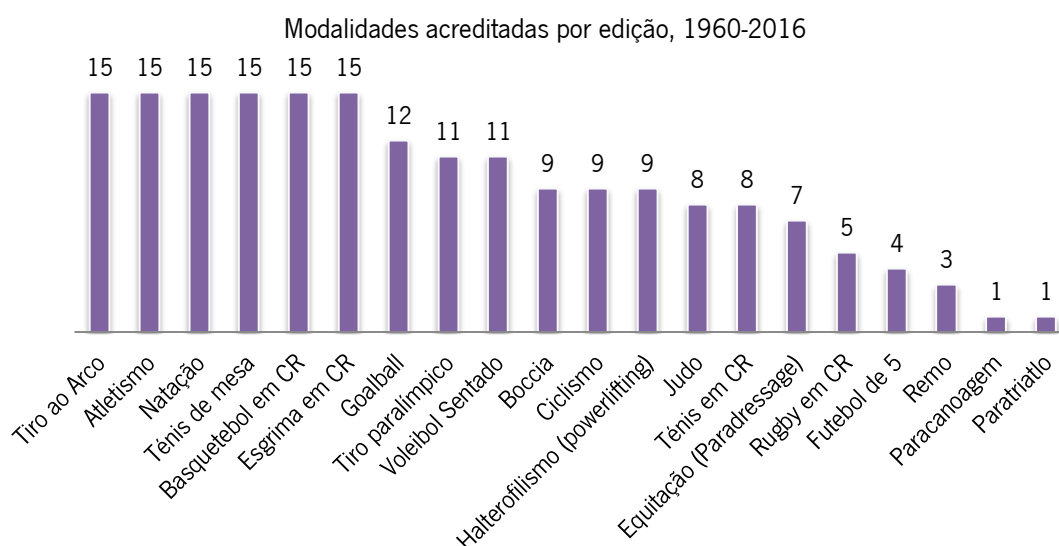


Gráfico 23. Número de edições em que as Modalidades Paralímpicas listadas foram acreditadas, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.

Em primeiro lugar, analisar-se-á o Gráfico 23, sabendo que 15 é o número total de edições existente no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos. Assim, denota-se que o Tiro ao Arco, o Atletismo, a Natação, o Tênis de Mesa, o Basquetebol em CR e a Esgrima em CR são as únicas modalidades que acarretam o número total de edições, significando que estas modalidades já estão no plano de modalidades dos Jogos Paralímpicos desde o seu início, nos Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960.

De seguida, o Goalball representa a modalidade com maior número de edições participadas, com 12 edições. Tiro e Voleibol Sentado representaram 11 edições, pelo que são as modalidades que terminam com o ciclo de mais de dois dígitos de edições representadas.

É importante salientar uma das modalidades mais representadas por Portugal, o Boccia, que apenas deu entrada nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, e por isso, apenas acarreta nove edições representadas. Com ela, também o Ciclismo e o Halterofilismo detêm o mesmo número de edições.

Destaca-se a Paracanoagem e o Paratriatlo como as modalidades com o menor número de edições, visto que estas duas modalidades apenas fizeram a sua estreia nos Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016 (FPDD, 2021).

5.3.2 Participação no panorama internacional

Os Jogos Paralímpicos (JP) de Roma de 1960 e os subsequentes JP que se foram realizando até aos anos 1980 mostraram uma evolução do Movimento Paralímpico intermitente e irregular no panorama internacional, e este cenário parecia promissor para os países, que, cada vez mais, aderiam à iniciativa através da sua participação nos Jogos Paralímpicos (Bailey, 2008).

Após realizada a análise das modalidades paralímpicas no panorama internacional, é importante denotar que, ao longo dos ciclos paralímpicos, o número de países participantes, e consequentemente, de atletas participantes sofreu uma constante evolução (Sousa, Corredeira & Pereira, 2013).

Assim, este tópico terá o objetivo principal de demonstrar o aumento progressivo do panorama internacional dos Jogos Paralímpicos neste aspeto, analisando, assim, tanto os países participantes como os atletas participantes, desde o período denotado entre os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, e os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

Deste modo, o Gráfico 24 apresenta o número de países participantes por Jogos Paralímpicos, não obstante se estes países obtiveram medalhas. Para além disso, é importante salientar que foram contabilizados todos os países, até mesmo os países que, hoje em dia, já não são considerados países.

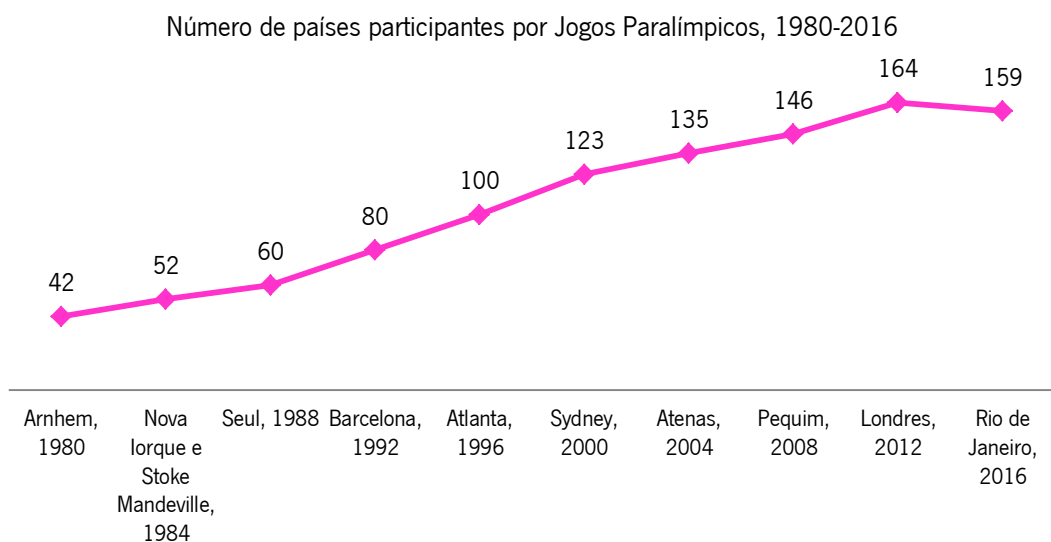


Gráfico 24. Número total de países participantes por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

[Média de Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984, até Sydney, 2000: 83; Média depois de Sydney, 2000: 145.4; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: 4.14 (*p-value*: 0.003)]

Novamente, e como referido por Sousa, Corredeira e Pereira (2013), é realmente notável um aumento progressivo de países participantes. Assim, assinalando o Gráfico 24, poderá destacar-se Arnhem, em 1980 como a edição com menor número de países participantes, com apenas 42 países. Em seguida, ao longo das edições, a linha do Gráfico 24 cresce de forma progressiva, até que, em Atlanta, em 1996, chega-se aos 100 países participantes. O crescimento continua até chegar a Londres, em 2012, onde se soma um total de 164 países participantes. Já no Rio de Janeiro, em 2016, é a única edição onde se vê um decréscimo de cinco países, com apenas 159 países participantes nos Jogos Paralímpicos.

De destacar que, entre Atlanta, em 1996, e Sydney, em 2000, denota-se o maior intervalo de crescimento, com 23 países a aderir aos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000. Já o menor crescimento é entre os Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012 e de Rio de Janeiro, em 2016, onde, de facto, há uma regressão de cinco países participantes.

Referenciando a análise dos resultados do teste-t descrito em relação ao Gráfico 24, é de concluir que a evolução de Países participantes nos Jogos Paralímpicos no panorama internacional foi muito maior após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000 e, por isso, o resultado do teste-t é significativo a 1%.

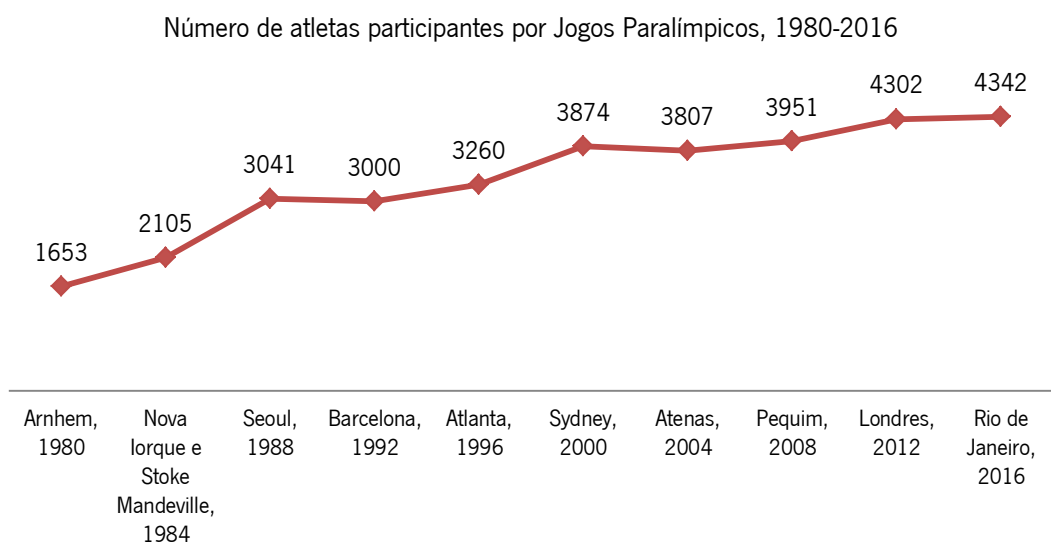


Gráfico 25. Número total de atletas participantes por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

[Média de Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984, até Sydney, 2000: 3056; Média depois de Sydney, 2000: 4055.2; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -3.27 (*p-value*: 0.011)].

A partir do Gráfico 25, é possível denotar o número total de atletas participantes, dentro das edições pelo período de tempo designado para o panorama internacional dos Jogos Paralímpicos.

Deste modo, a sua análise remete para uma linha progressiva em termos de aumento do número de atletas participantes, porém, há algumas oscilações pelo meio do período temporal a ser analisado. A diferença entre os «extremos», sendo estes os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, e os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016, é de 2689 atletas. Porém, para além do aumento de atletas de um modo geral, as principais oscilações a nível negativo, decorreram entre os Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988 e os Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, com uma regressão de 41 atletas para os JP em Barcelona; também entre os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000 e os Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, onde houve uma regressão de 67 atletas.

Por sinal, no que concerne o menor número de atletas participantes, os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, contém este dado, com apenas 1653 atletas no total. Pelo contrário, os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016, detêm o maior número de atletas participantes, com 4342 participantes nessa edição.

Por último, conclui-se a parte alusiva à participação de atletas nos Jogos Paralímpicos no panorama internacional através da análise de resultados do teste-t. Assim, denota-se que o número de Atletas participantes no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos vai evoluindo, e de facto, encontra um valor positivo a partir dos Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000, porém, não é suficiente para ser significativa a 1%.

5.3.3 Medalhas atribuídas no panorama internacional

O sucesso no Desporto de Elite é geralmente expresso em termos absolutos, caracterizado principalmente pelo número total de medalhas que uma nação ganha em competições internacionais e

nos Jogos Olímpicos (De Bosscher, Heyndels, De Knop, Van Bottenburg & Shibli, 2008) – neste caso, fala-se dos Jogos Paralímpicos.

Neste contexto, o tópico seguinte apresenta as medalhas paralímpicas atribuídas no panorama internacional, através da análise de Gráficos e Quadro, respetivamente. Os aspetos a analisar neste tópico serão as medalhas (e por categorias de medalhas) atribuídas por cada edição dos JP no período de tempo analisado, bem como as medalhas conquistadas pelas modalidades e também perceber que países é que contêm o maior número de medalhas.

Assim, o Gráfico 26 apresenta o número total de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, no período de tempo designado entre os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, e os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

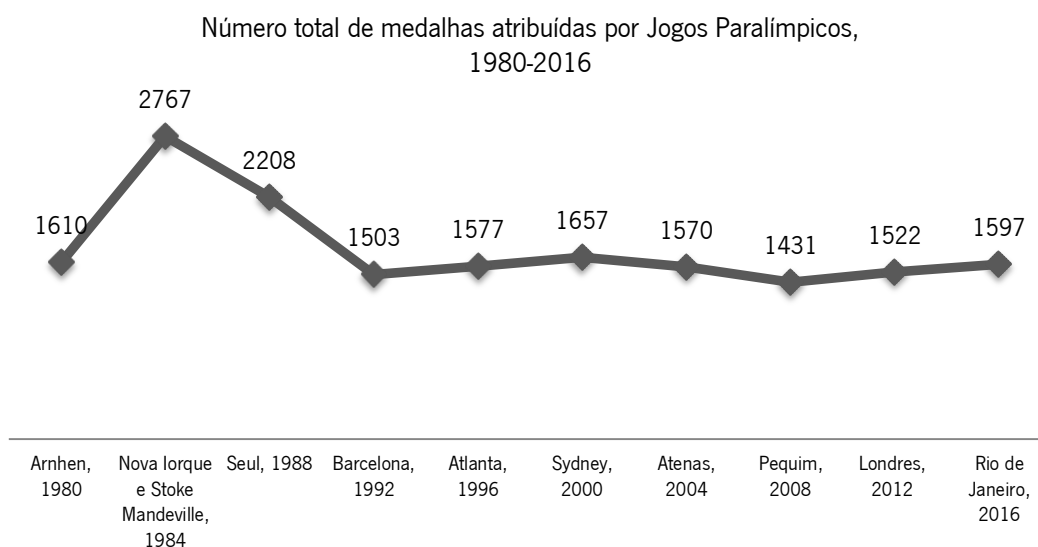


Gráfico 26. Número total de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

[Média de Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984, até Sydney, 2000: 1942.4; Média depois de Sydney, 2000: 1555.4; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: 1.58 (*p-value*: 0.015)]

Deste modo, o Gráfico 26 representa uma linha clara e concisa em relação a que edição detém o maior número de medalhas atribuídas. Assim, é notável que os Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, distribuíram 2767 medalhas pelos países participantes, destacando-se de

toda a linha de medalhas atribuídas. Os Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008, detêm o número mais baixo de medalhas atribuídas, com apenas 1431 medalhas.

No que concerne a restante linha, esta é uma linha inconstante, pois o número de medalhas está constantemente a subir e descer aquando as edições. Após chegar ao topo, nos JP de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, os JP de Seul, em 1988, ainda representam mais de 2000 medalhas atribuídas, com 2208. A partir dos Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, o número atribuído de medalhas paralímpicas desce de forma substancial para a casa das 1500 medalhas, passando muito pouco desse valor nos anos seguintes, e nos JP de Pequim, até desce desse valor. Nos últimos Jogos Paralímpicos realizados, nos JP de Rio de Janeiro, o número de medalhas atribuídas ficou pelas 1597 medalhas.

Assim, o maior intervalo entre JP, contendo o maior crescimento de medalhas atribuídas é entre Arnhem, em 1980, e Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, onde se apresenta um crescimento de 1157 medalhas entre cada uma das edições. Pelo contrário, a maior regressão em termos de medalhas atribuídas está entre os Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, e os Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, onde o número de medalhas atribuídas apresenta um decréscimo de 805 medalhas.

Porém, é importante perceber quais são os resultados da análise do teste-t mencionado acima, de acordo com as medalhas atribuídas nos Jogos Paralímpicos no panorama internacional. Assim, conclui-se que antes dos Jogos Paralímpicos de Sydney, o número de medalhas atribuídas seria muito maior. A partir dos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, o número de medalhas manteve-se constante, pelo que, assim, não é suficiente para o valor do Teste-t ser significativo a 1%.

Se o Gráfico 26 representa o número total de medalhas, o Quadro 6 tem em conta este mesmo número total de medalhas atribuídas, mas divididas pelas categorias de medalhas existentes, de forma a compreender os maiores e menores números por categorias.

JP	Ouro	Prata	Bronze	Total
Arnhem, 1980	587	537	486	1610
Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984	973	946	848	2767
Seul, 1988	733	731	744	2208
Barcelona, 1992	490	487	526	1503
Atlanta, 1996	518	517	542	1577
Sydney, 2000	550	549	558	1657
Atenas, 2004	519	518	533	1570
Pequim, 2008	473	471	487	1431
Londres, 2012	503	503	516	1522
Rio de Janeiro, 2016	529	529	539	1597

Quadro 6. Número total de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, divididos por categorias de medalhas (ouro, prata e bronze), por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

Analisando o Quadro 6, verifica-se, mais uma vez, que os Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville admitem o maior número de medalhas, seja de ouro, prata e bronze, com 973, 946 e 848 medalhas por categorias, respetivamente. Por outro lado, os Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, acarretam o menor número de medalhas atribuídas pelas categorias de ouro e prata, com apenas 490 e 487 medalhas, respetivamente. Já os Jogos Paralímpicos de Arnhem, em 1980, representam o menor número de medalhas atribuídas em relação a medalhas de bronze, com apenas 487 medalhas.

É de denotar também que, a partir dos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, o número de medalhas de bronze atribuídas é maior que o número de medalhas de ouro, este que não acontecia até então, sendo que as medalhas de ouro nos JP de Arnhem e nos de Nova Iorque e Stoke Mandeville são em maior número.

Após a análise em maior parte do número total de medalhas atribuídas por cada edição dos Jogos Paralímpicos estudada, o Gráfico 27 diz respeito aos dez países que já conquistaram o maior

número de medalhas nos Jogos Paralímpicos. Por este feito, o período de análise será alargado neste aspeto, visto achar-se contraproducente não enfatizar o número total de medalhas conquistadas pelos países, desde o início do Movimento Paralímpico a nível internacional. Assim, o Gráfico 27 tem por período de análise os JP de Roma, em 1960, até aos JP de Rio de Janeiro, em 2016.

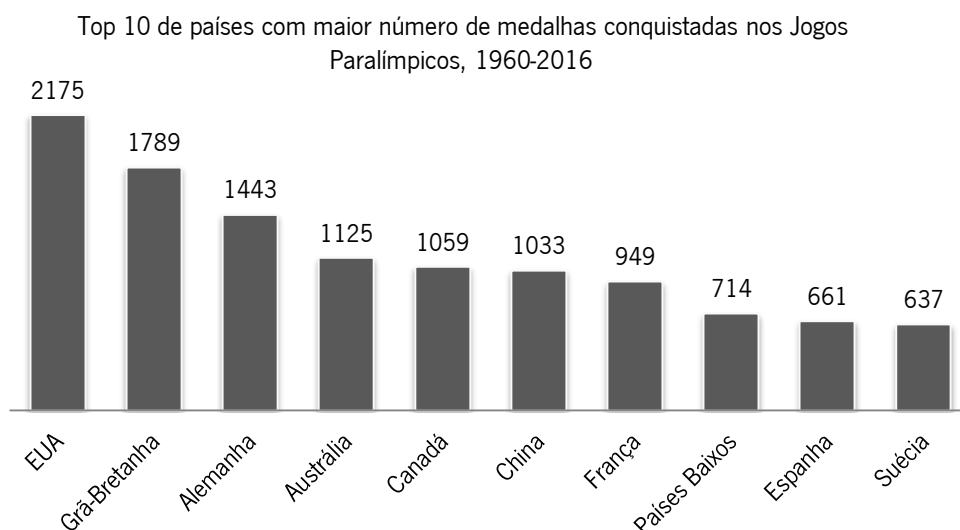


Gráfico 27. Top 10 de países com maior número total de medalhas conquistadas nos Jogos Paralímpicos, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.

Neste contexto, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Alemanha, Austrália, Canadá, China, França, Países Baixos, Espanha e Suécia são, assim, os dez países que acarretam maior número de medalhas conquistadas no seu total. Os Estados Unidos da América acarretam, no seu todo, 2175 medalhas, ficando com uma confortável diferença do segundo lugar (Grã-Bretanha) de 386 medalhas.

Por fim, torna-se de maior relevância analisar as medalhas agregadas por cada modalidade. Novamente, tal como no Gráfico 23, as medalhas por modalidades serão analisadas tendo em conta o início dos Jogos Paralímpicos, sendo que algumas das modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, em 2021, já fazem parte dos Jogos Paralímpicos desde o seu início, e por isso, analisar-se-á a partir dos Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960, até os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

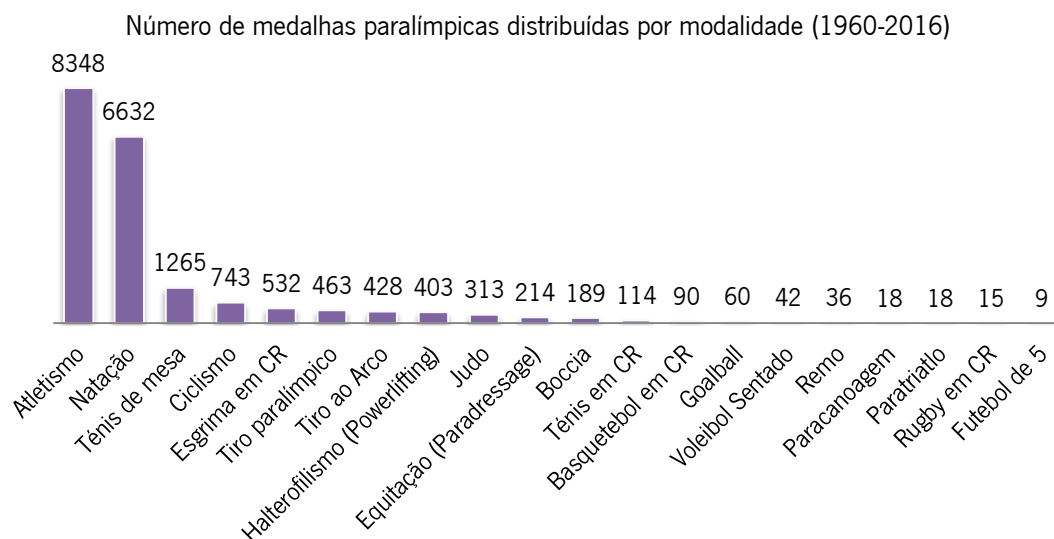


Gráfico 28. Número total de medalhas paralímpicas distribuídas por modalidades paralímpicas acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio, 2021, por edições de JP compreendidas entre 1960 e 2016.

Através deste facto, conclui-se que o Atletismo é a modalidade que mais medalhas agrega, tendo, no seu total, 8348 medalhas acumuladas. A Natação segue-se com 6632 medalhas conquistadas por atletas de todo o mundo. A partir do Atletismo e Natação, o número de medalhas acaba por ser muito menor, tendo a Natação uma diferença de 5367 medalhas para o «terceiro posto», o Ténis de Mesa.

5.3.4 Portugal no panorama internacional

Desta feita, após ter-se procedido à análise do panorama internacional, através das variáveis explicitadas anteriormente nos tópicos (modalidades, participação e medalhas) é importante explicar, de uma forma ou de outra, como é que Portugal estaria inserido no panorama internacional.

Por fim, é crucial perceber em que ponto as medalhas conquistadas por Portugal se refletem no panorama internacional, este analisado nos capítulos 5.2 e 5.3. Assim sendo, o Gráfico 29 organiza o lugar representado por Portugal no Ranking de medalhas por Jogos Paralímpicos, compreendendo, desta forma, qual a posição de Portugal no panorama internacional no que toca à conquista de medalhas paralímpicas.

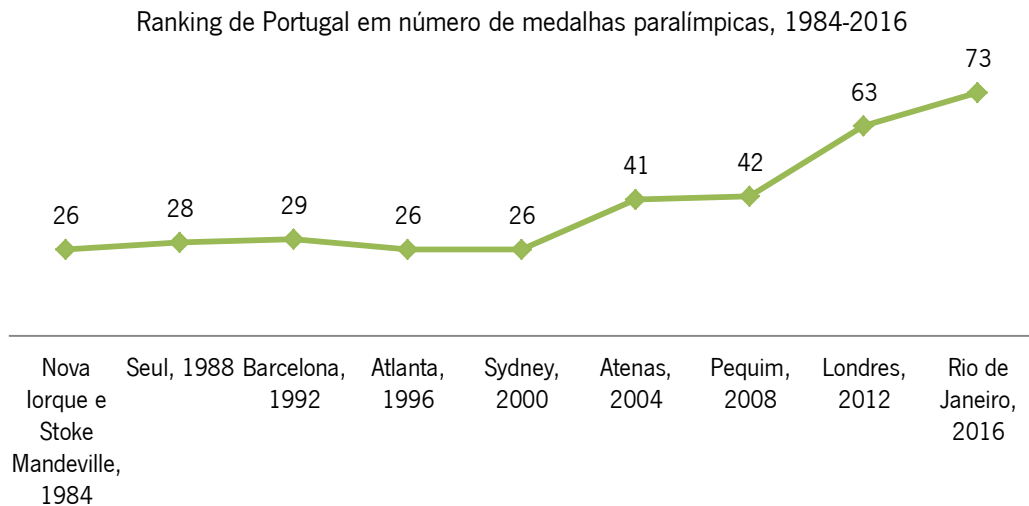


Gráfico 29. Ranking de Portugal em número de medalhas paralímpicas, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

[Média até Sydney, 2000: 27; Média depois de Sydney, 2000: 49; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -2.60 (*p-value*: 0.031)]

Antes de analisar o Gráfico 29, é possível esclarecer que o ranking de Medalhas Paralímpicas do Comité Paralímpico Internacional é feito através do maior número de medalhas que um país alcança. Exemplificando, o país que alcançar o maior número de medalhas naquela edição dos Jogos Paralímpicos, fica em primeiro lugar, e os lugares vão-se processando assim, sucessivamente, por ordem do maior número de medalhas.

Assim, compreendendo e analisando a linha do Gráfico 29, poderá descrever-se esta linha como uma linha de tendência para Portugal descer no Ranking, à medida que as edições se vão realizando. O melhor lugar de Portugal neste Ranking foi conquistado em Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984; Atlanta, em 1996 e Sydney, em 2000, ficando, nas três edições, no 26.º lugar. Nos últimos Jogos Paralímpicos realizados, estes no Rio de Janeiro, em 2016, Portugal alcançou o 73.º lugar, o lugar mais baixo registado nas nove edições dos Jogos Paralímpicos analisadas.

De forma a compreender-se melhor a linha de evolução do ranking de medalhas paralímpicas conquistadas por Portugal, analisar-se-á os resultados obtidos através do teste-t. Assim, conclui-se que não se denota, de todo, uma evolução no ranking de medalhas paralímpicas conquistadas por Portugal

após os Jogos Paralímpicos de Sydney de 2000, pelo que, o valor de Teste-t não poderá ser significativo a 1%.

O Gráfico 30 conjuga os dados do Gráfico 24, relativo aos países participantes aos Jogos Paralímpicos por cada edição, e os dados do Gráfico 29, relativo ao ranking de medalhas paralímpicas que Portugal arrecadou a cada edição que participou, aquando os seus resultados a nível de medalhas. Assim, em forma de conclusão, este Gráfico deverá servir para melhor compreender a posição de Portugal no ranking, e se o facto de haver mais ou menos países participantes influenciou na sua posição e na conquista de medalhas paralímpicas.

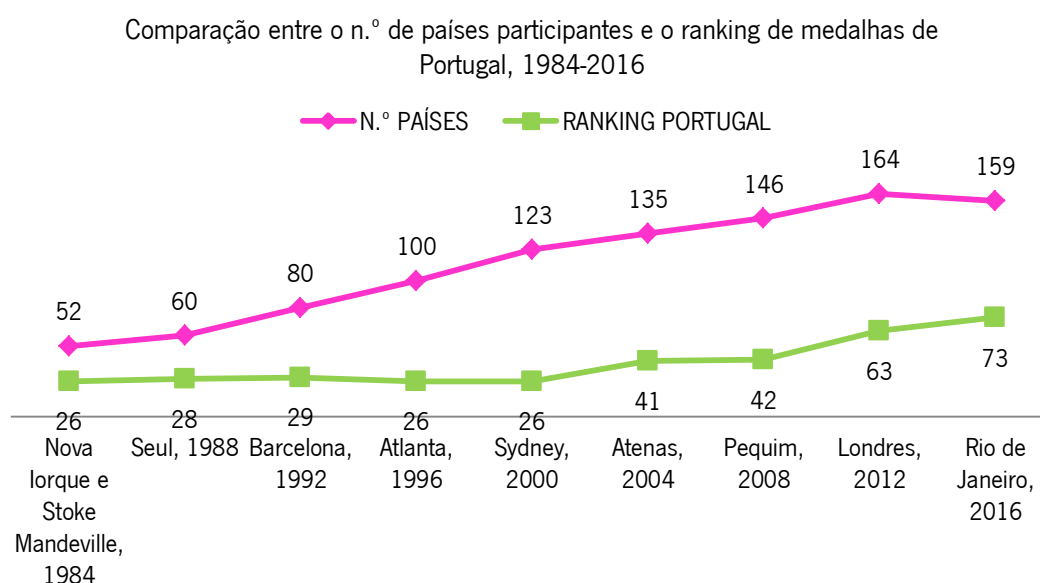


Gráfico 30. Comparação entre o número de países participantes e o ranking de medalhas paralímpicas de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Assim, analisando os dados do Gráfico 30, entende-se que o número de países participantes aumenta, tal como a posição de ranking que Portugal acarreta através da conquista de medalhas. Porém, o melhor cenário será mesmo nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, onde Portugal se mantém no top 30, como assim o tinha feito nas edições anteriores, e com um menor número de países, e neste caso, Portugal consegue manter-se neste patamar com 123 países a participar na edição mencionada, o que acaba por determinar que a *performance* de Portugal neste cenário foi boa no que toca à conquista de medalhas.

Contudo, como já referido, é notável o destaque a partir de Atenas, 2004, onde tanto a linha de países participantes como a linha de posição de ranking de Portugal aumenta, e desse modo, poder-se-á concluir que o aumento de número de países poderá ter influenciado o aumento da competitividade, e por isso, Portugal poderá ter sido dificultado nesse aspeto.

Seguindo a análise à *performance* de Portugal no panorama internacional, o Quadro 7 e o Gráfico 31 ajudarão a compreender o número de medalhas por habitantes que Portugal alcançou a cada edição dos Jogos Paralímpicos que participou, dentro do parâmetro analisado para Portugal nos Jogos Paralímpicos, sendo este a partir dos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, até aos Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, em 2016.

As medalhas por habitante servem para entender qual o número de habitantes por cada medalha conquistada, neste caso, por Portugal nos Jogos Paralímpicos. O Quadro 7 representa a edição de Jogos Paralímpicos; a população portuguesa no ano de edição; o número de medalhas conquistadas por edição, e, por fim, o número de medalhas por habitante adjacente a cada edição.

JP	População	N.º de medalhas	Habitantes por medalha
Nova Iorque e Stoke Mandeville, 1984	9.975.859	14	712.561
Seul, 1998	10.025.215	14	716.087
Barcelona, 1992	9.950.029	9	1.105.559
Atlanta, 1996	10.043.693	14	717.407
Sydney, 2000	10.249.022	15	683.268
Atenas, 2004	10.473.050	12	872.754
Pequim, 2008	10.553.339	7	1.507.620
Londres, 2012	10.542.398	3	3.514.133
Rio de Janeiro, 2016	10.341.330	4	2.585.333

Quadro 7. População, Número de Medalhas Conquistadas por Portugal e Habitantes por Medalha de Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Analisando o Quadro 7 pelas suas componentes, em 2008, Portugal registou o maior número de população existente no Quadro, com 10.553.339 milhões de habitantes. Por outro lado, 1992

representa o menor número a nível de população em Portugal, com apenas 9.950.029 milhões de habitantes. Em Sydney, em 2000, Portugal trouxe 15 medalhas para casa, enquanto em Londres, em 2012, Portugal apenas conquistou três medalhas.

Para além do Quadro 7, torna-se de maior importância complementar este com o Gráfico 31, que demonstra uma linha em relação ao número de medalhas por habitante nos Jogos Paralímpicos.

Medalhas por habitante de Portugal nos Jogos Paralímpicos, 1984-2016

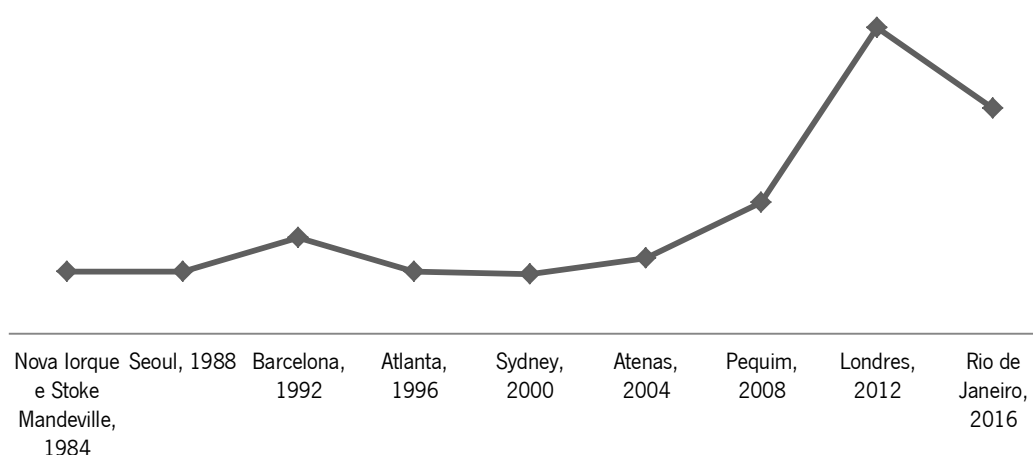


Gráfico 31. Análise gráfica das medalhas por habitante de Portugal, nas edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Assim, complementando o Quadro 7 com o Gráfico 31, denota-se que, em Londres, 2012, Portugal representa 3.514.133 milhões de habitantes por cada medalha, sendo que apenas ganhou três medalhas nesse ano, como já constatado. Assim, os Jogos Paralímpicos de Londres apresentam a Portugal o maior índice de medalhas por habitante do período analisado. Por outro lado, Sydney, em 2000, representa 683.268 mil habitantes por cada medalha conquistada, sendo que os atletas portugueses conquistaram 15 medalhas nessa edição de Jogos Paralímpicos. Por este motivo, os Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, apresentam-se como o índice mais baixo de medalhas por habitante.

5.3.5 Síntese

Após analisados as principais variáveis relacionadas com o panorama internacional dos Jogos Paralímpicos, torna-se de maior importância desvendar quais as suas maiores conclusões, e justificar

estas de forma plausível e de acordo com o parecer dos dados analisados. Deste modo, as variáveis a justificar são relativas às modalidades, participação, medalhas no panorama internacional, bem como a análise de Portugal em comparação com o panorama internacional dos Jogos Paralímpicos.

Assim, começar-se-á pelas principais conclusões reveladas no tópico 5.3.1, relativo às modalidades registadas nos Jogos Paralímpicos no panorama internacional, decifradas pelos Gráficos 23 e 24, respetivamente.

Assim, como já mencionado anteriormente, as modalidades paralímpicas acabaram por se registar conforme a necessidade de adaptar os tipos de deficiência (Cardoso, 2011) e, assim sendo, o plano de modalidades dos Jogos Paralímpicos foi-se modificando ao longo das 15 edições existentes (Brittain, 2016).

Deste modo, o Gráfico 22 demonstra um aumento gradual na quantidade de modalidades acreditadas para cada edição dos Jogos Paralímpicos. Não obstante o facto de ter havido uma regressão nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, e Sydney, em 2000, passando para 19 o número de modalidades, a partir dessas edições, o número de modalidades foi crescendo até chegar ao maior número no que toca ao plano de modalidades dos Jogos Paralímpicos, sendo este um total de 22 modalidades adaptadas a todos os tipos de deficiência (ver Apêndice IX, secção VIII).

Para além disso, e como já concluído pelo Gráfico 23, modalidades como o Atletismo, Tiro ao Arco, Natação, Ténis de Mesa, Basquetebol em CR e Esgrima em CR são as únicas modalidades que acarretam, no seu total, a participação nas 15 edições existentes dos Jogos Paralímpicos. Neste sentido, é também importante referir que o Tiro ao Arco foi uma das modalidades pioneiras do Desporto Paralímpico (Guttmann, 1952), pois foi introduzida por Ludwig Guttmann naquilo que se poderá considerar o início da História dos Jogos Paralímpicos (Brittain, 2016), e, assim, é pertinente ser uma das modalidades mais praticadas pelos atletas nos Jogos Paralímpicos. Para além do Tiro ao Arco, modalidades como o Atletismo e a Natação acarretam provas com quase todos os tipos de deficiência (ver Apêndice IX, secção VIII).

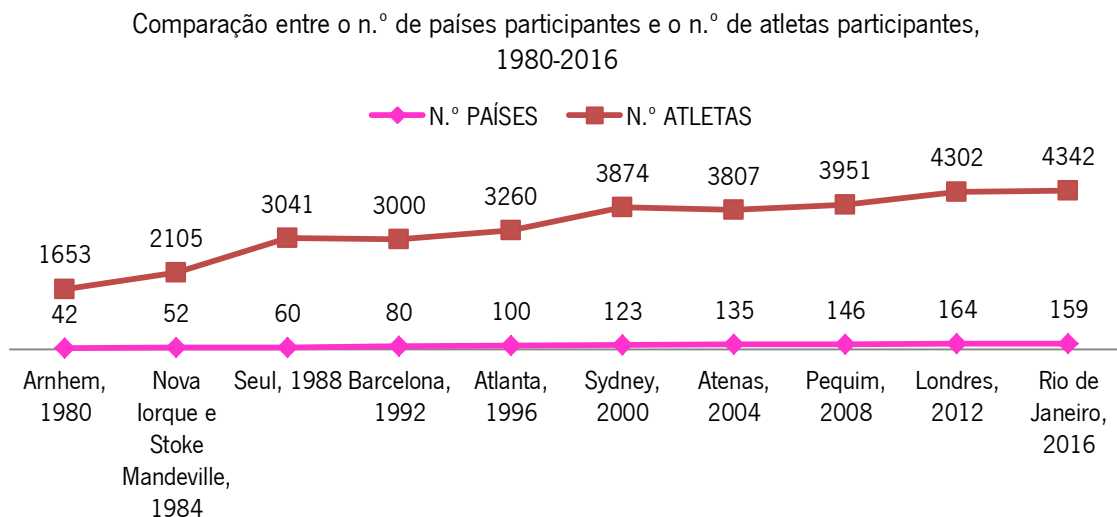


Gráfico 32. Comparação entre o número de países participantes e o número de atletas participantes, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

Em termos de participação, tanto dos países como dos atletas, a verdade é que, como dita o Gráfico 32, o aumento substancial de países participantes acaba por influenciar no aumento do número de atletas participantes. É de salientar que, como já analisado, nem sempre o número de atletas aumenta (como é o caso nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, e nos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004), mas, como é visível, a diferença é quase inexistente.

Para além disso, é também importante mencionar que, nos últimos anos, o número de atletas tem vindo a aumentar, pelo que a tendência será para aumentar para a próxima edição dos Jogos Paralímpicos. No que concerne os países participantes, é um facto que, nos últimos Jogos Paralímpicos realizados, a diferença foi negativa, porém, poderá não ser significativa para a próxima edição dos Jogos Paralímpicos.

No que concerne as medalhas atribuídas no panorama internacional, o Gráfico 33 explica o número de eventos de medalhas e o número de medalhas atribuídas por cada edição de Jogos Paralímpicos, de forma a compreender se o aumento e diminuição do número de eventos de medalhas é um dos fatores para o crescimento ou decréscimo do número de medalhas a cada edição que foi realizada.

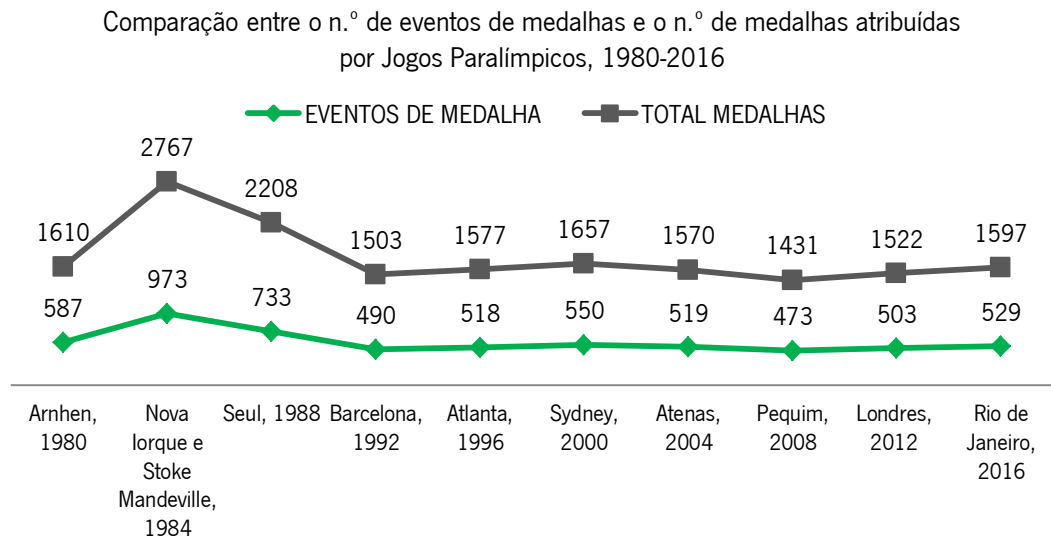


Gráfico 33. Comparação entre o número de eventos de medalha e o número de medalhas atribuídas por Jogos Paralímpicos, por edição de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

Assim, no que toca a eventos de medalha, é notável que o maior número de eventos de medalhas acaba por desencadear o maior número de medalhas entre edições, sendo este adquirido nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984.

No entanto, denota-se também que o número de eventos de medalhas tem vindo a decrescer, mas nem sempre esse é um fator determinante para o número de medalhas diminuir, visto que, tal como já se concluiu anteriormente, o número de medalhas não aumenta nem diminui significativamente, e tal acontece com o número de eventos de medalha, que acaba por ser um fator influenciável, mas não determinante para a mudança do número de medalhas.

Outra conclusão que também se poderá chegar é de que, apesar de o número de medalhas estar a decrescer relativamente aos números que tinha nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, e mesmo nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, pelo contrário, é visível que o número de modalidades acreditadas para cada edição de Jogos Paralímpicos tem vindo a crescer progressivamente.

Em relação às medalhas por modalidades, também se denota que o maior número de medalhas atribuídas por modalidades são oriundas de modalidades que detêm o maior número de edições, como é o caso do Atletismo e da Natação.

No que toca ao número de países com maior número de medalhas, destaca-se os Estados Unidos da América como o maior detentor, como já se teria referenciado no Gráfico 27. Assim, é importante referir que o número de edições participantes por cada país poderá também ser um fator determinante para a maior probabilidade de ter um maior número de medalhas no seu percurso pelos Jogos Paralímpicos. Assim, poderá constatar-se que os quatro primeiros maiores medalhados, EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e Austrália, têm participações em todas as edições já realizadas dos Jogos Paralímpicos, sendo estas 15 edições (Brittain, 2016). Neste sentido, também poderá delinear-se que o número de participantes por cada ano é, do mesmo modo, um fator importante no que toca à probabilidade de conquistar o maior número de medalhas por cada edição.

Após analisadas as principais conclusões das variáveis interpretadas, determina-se que é de maior importância proceder à comparação das mesmas variáveis, de forma a determinar algumas conclusões em relação a estas.

Assim, o Gráfico 34 agrega o número de modalidades e o número de atletas participantes por edição de Jogos Paralímpicos, de forma a proceder à sua comparação de dados.

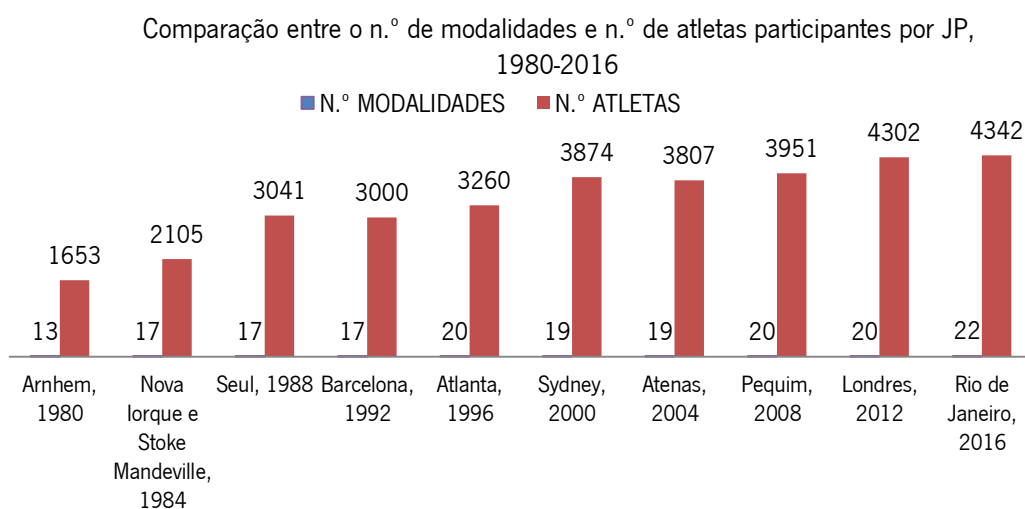


Gráfico 34. Comparação entre o número de modalidades e o número de atletas participantes no panorama internacional, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

Deste modo, o aumento progressivo do plano de modalidades a cada edição dos Jogos Paralímpicos poderá ser um fator influenciável no aumento do número de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, mas não determinante, visto que, por exemplo, nos Jogos Paralímpicos de Atlanta,

em 1996, o número de modalidades seria o mesmo número que em Pequim, em 2008, ou Londres, em 2012, mas o número de atletas participantes seria mais baixo cerca de 1000 atletas.

O Gráfico 35 compara o número de atletas participantes e o número de medalhas atribuídas por cada edição analisada dos Jogos Paralímpicos, de forma a melhor compreender se a proporção entre atletas e medalhas se foi mantendo à medida que as edições foram realizadas.

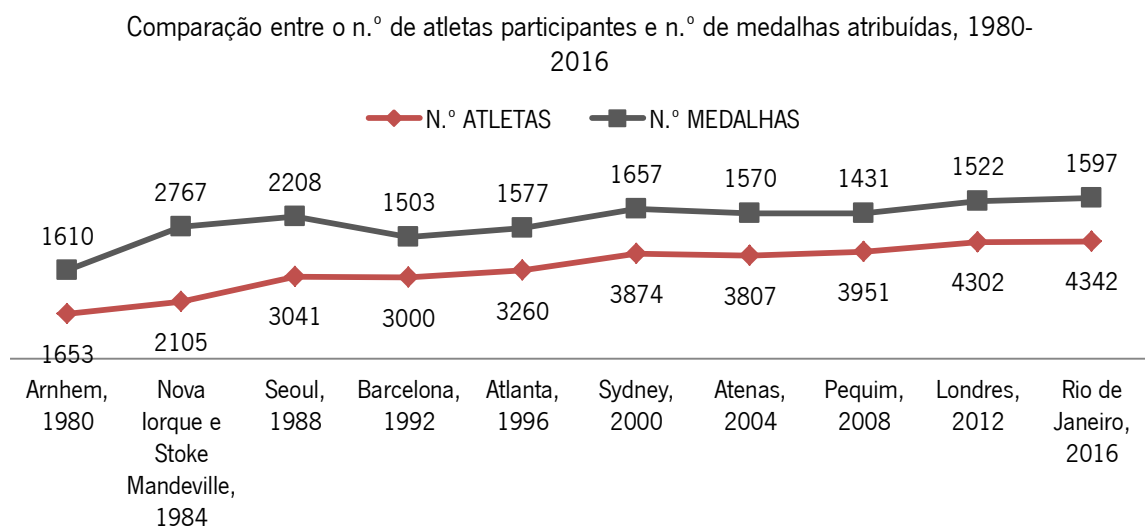


Gráfico 35. Comparação entre o número de atletas participantes e o número de medalhas atribuídas no panorama internacional, por edições de JP compreendidas entre 1980 e 2016.

Pelo contrário, podemos verificar no Gráfico 35 que, ao contrário do número de atletas participantes, que levou um crescimento substancial, o número de medalhas não participa da mesma evolução, diminuindo o número de medalhas atribuídas. Através deste facto, poderá determinar-se um aumento da competitividade nos Jogos Paralímpicos, sendo que o número de atletas participantes é muito maior, e o número de medalhas diminui, ou, melhor dizendo, mantém-se constante no que toca à casa das 1500 medalhas. Porém, é expectável que o número de atletas continue a aumentar, pelo que, com o número de modalidades a aumentar, é também expectável que o número de medalhas atribuídas também aumente, mas não esperando um aumento considerável.

Neste contexto, termina-se as conclusões relativas aos tópicos 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3. Porém, para concluir o capítulo relacionado com o panorama internacional, e sendo Portugal o principal objeto de estudo da presente Dissertação de Mestrado, acha-se de maior importância proceder a

comparações das variáveis analisadas, desta vez entre Portugal e o panorama internacional, tal como já tinha acontecido no tópico 5.3.4, mas, em forma de conclusão.

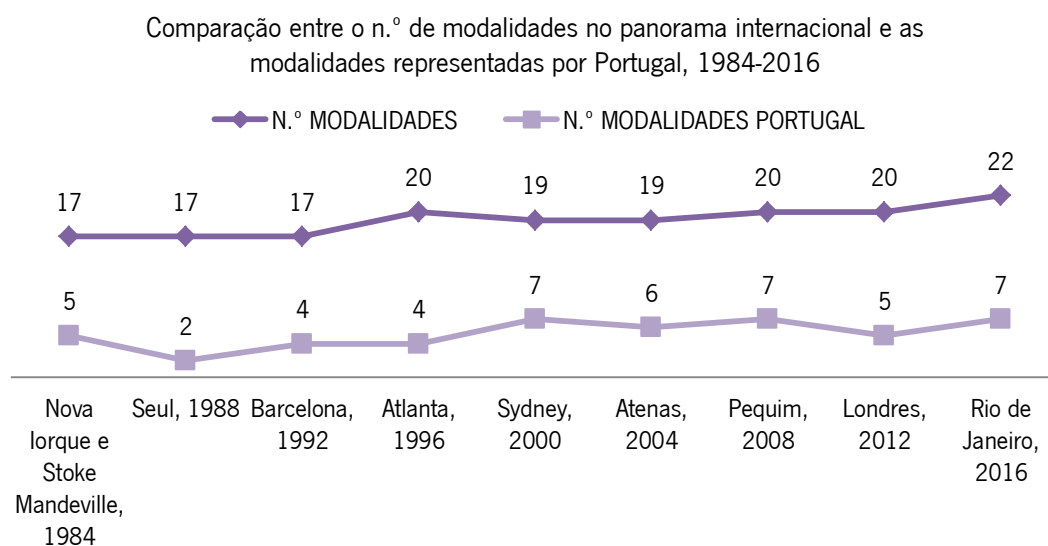


Gráfico 36. Comparação entre o número de modalidades representadas no panorama internacional e número de modalidades representadas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

O Gráfico 36 compara o número de modalidades acreditadas por cada edição de Jogos Paralímpicos analisada no panorama internacional, e número de modalidades que Portugal representou em cada edição.

Assim, conclui-se que Portugal nem sempre acompanha o aumento de modalidades do panorama internacional. Isto poderá dever-se às opções de modalidades e atletas que Portugal teria aquando o ano de realização de cada edição dos Jogos Paralímpicos. Por exemplo, em Seul, em 1988, Portugal apenas foi representado por duas modalidades, de 17 modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos nesse ano. Porém, denota-se que, a partir dos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, o número de modalidades no panorama internacional foi aumentando, e também Portugal acompanhou esse aumento.

Sabendo que tal comparação por números tão díspares entre si é contraproducente, e percebendo que o panorama internacional engloba um número considerável de países, comparando-o apenas com Portugal, o único intuito dos dois Gráficos que se seguem, o Gráfico 37 e 38, é o de comparar o número de atletas participantes e o número de medalhas, respetivamente, no panorama

internacional de forma a apenas perceber se Portugal acompanhou também o aumento destas duas variáveis de análise.

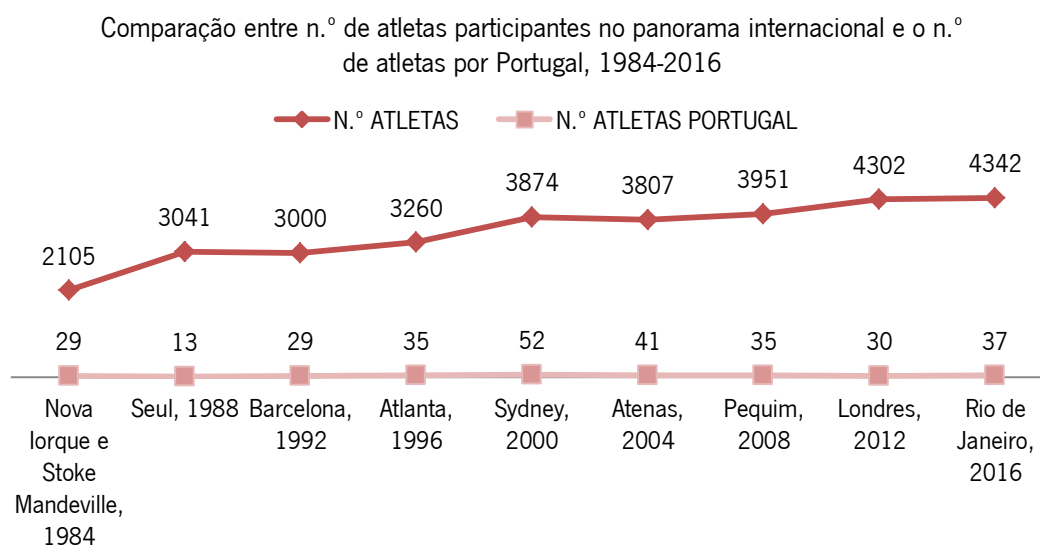


Gráfico 37. Comparação entre o número de atletas participantes no panorama internacional e o número de atletas representados por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

N.º atletas: [Média até Sydney, 2000: 3056; Média depois de Sydney, 2000: 4055.2; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -3.27 (*p-value*: 0.011)].

N.º atletas Portugal: [Média até Sydney, 2000: 31.6; Média depois de Sydney, 2000: 39; Teste-t de igualdade das médias antes e depois de Sydney, 2000: -1.01 (*p-value*: 0.033)].

Deste modo, o Gráfico 37 representa a comparação entre o número de atletas participantes no panorama internacional e o número de atletas representados por Portugal. Assim, os Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, são o exemplo mais concreto de que Portugal não acompanhou este crescimento, visto que até diminuiu no número de atletas participantes, comparando com os Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984. Porém, poderá denotar-se que, nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, a tendência foi para aumentar o número de atletas participantes no panorama internacional, e também Portugal teve este crescimento, levando, nesse ano, 52 atletas para participar nos Jogos Paralímpicos.

Finalizando a análise do Gráfico 37, procedeu-se à análise dos resultados do teste-t nas variáveis disponíveis, comparando, assim, o número de atletas no panorama internacional com o

número de atletas que Portugal trouxe a participar nos Jogos Paralímpicos, desde as edições de 1984 a 2016. Deste modo, conclui-se que houve evolução significativa após os Jogos Paralímpicos de Sydney de acordo com a generalidade de participação de atletas internacionais e portugueses, sendo, assim, significativa a 5%.

Assim, o último Gráfico representa a comparação entre o número de medalhas atribuídas no panorama internacional e o número de medalhas conquistadas por Portugal.

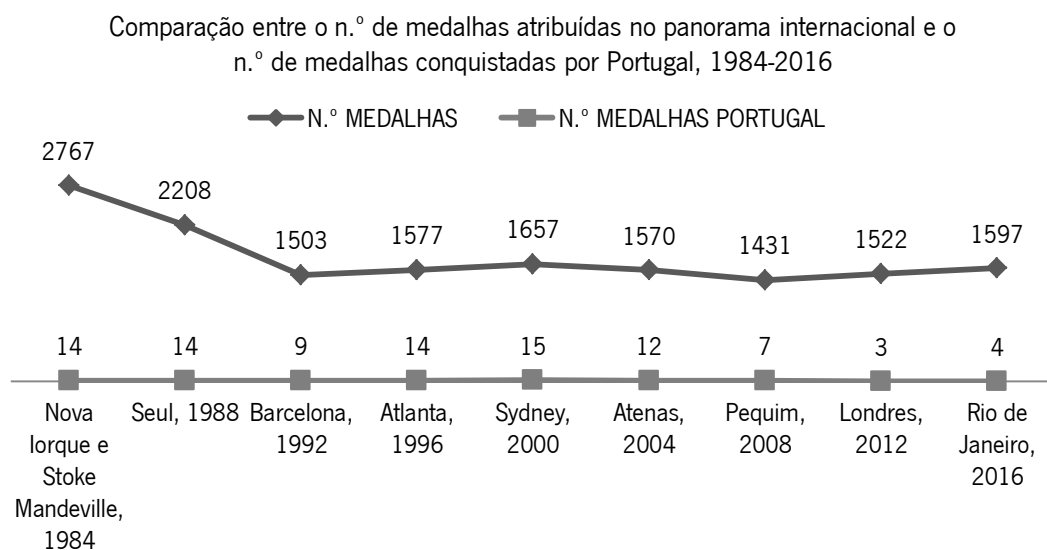


Gráfico 38. Comparação entre o número de medalhas atribuídas no panorama internacional e o número de medalhas conquistadas por Portugal, por edições de JP compreendidas entre 1984 e 2016.

Apenas se destaca o melhor número de medalhas atribuídas, este dado feito nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, em que Portugal também conquistou um dos maiores números a nível de medalhas, com 14 medalhas.

No que concerne a restante linha, conclui-se que, tal como o Gráfico 37 indica, relativamente ao número de atletas participantes, o número de medalhas atribuídas no panorama internacional parece não ser um fator determinante para o número de atletas e medalhas que Portugal representa e conquista, respetivamente.

Concluindo então as considerações finais relativas ao panorama internacional, conclui-se também a análise de resultados da presente Dissertação de Mestrado. Tal como Brittain (2016) afirma,

os Jogos Paralímpicos estão a tornar-se num evento de enorme dimensão, que acaba por consciencializar as pessoas e mostra o que os atletas com deficiência são capazes de fazer, referenciando cada vez mais os Jogos Paralímpicos como uma atividade cada vez mais importante para o calendário desportivo internacional. Neste contexto, é notável a evolução do panorama internacional dos Jogos Paralímpicos ao longo da realização de edições, seja relativamente ao plano de modalidades, ao cada vez maior número de participações nos eventos, e, por fim, no aumento da competitividade através das provas e das medalhas.

VI. CONCLUSÕES

Em termos de finalização da presente Dissertação de Mestrado, encontram-se, então, neste capítulo, as considerações finais em relação ao tema retratado durante todo o documento. Como, ao longo do documento, principalmente no capítulo relativo à Análise de Resultados, já se foram fazendo conclusões à medida que se interpretavam as principais subcategorias de análise, este capítulo apenas serve para deixar as limitações ao estudo; as principais conclusões a tirar-se, e enquanto se apresentam as principais conclusões responder-se-á à pergunta de investigação feita no início do documento. Também ter-se-á em conta algumas sugestões para investigações futuras derivadas do tema em análise.

Deste modo, destacando as principais limitações, a primeira limitação apontada, que acabou por influenciar em algumas das limitações subsequentes, foi o facto de se estar a viver em contexto de pandemia da COVID-19 durante o período de realização da presente Dissertação de Mestrado. Neste contexto, acaba por deter-se um variado leque de limitações, como por exemplo, entrevistas via *Skype* que poderiam ter sido feitas em pessoa, ou mesmo desencadear à não realização destas entrevistas. Para além disso, o rumo desta investigação poderia ter já contado com os dados relativos aos Jogos Paralímpicos de Tóquio de 2020, se não fosse este evento travado pela evolução constante da pandemia da COVID-19 nesse ano. Por este facto, a investigação fica assim, apenas com os dados dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, como os dados mais recentes apontados.

Em seguida, como também já referenciado na secção III, relativa à Revisão de Literatura, destaca-se a dificuldade sentida em encontrar Literatura para o tópico 3.5, este contextualizando a História do Desporto Paralímpico em Portugal. A Literatura encontrada para este tópico acabou por revelar-se eficaz e suficiente para a informação pretendida, mas, nestes termos, destaca-se a precariedade de Literatura em Portugal em relação ao Desporto Paralímpico no país, e, por isso, não deixa de não ser uma limitação para a realização deste documento.

Uma das ideias originais da presente Dissertação de Mestrado seria investigar em maior profundidade as associações principais responsáveis pela prática do Desporto Paralímpico em Portugal, por tipo de deficiência. Apenas duas associações responderam, pelo que a falta de resposta acabou, não só por limitar o estudo em relação às associações que representam e instigam à prática do Desporto Paralímpico em Portugal, mas também à ligeira mudança de paradigma do paradigma original de objeto de estudo, pelo que o foco acabou por ser apenas parcial nesse aspeto, falando-se

apenas das duas associações que concederam a entrevista [ver Apêndice I a VII), bem como a utilização dos dados quantitativos da terceira associação.

Finalizando as limitações, uma das limitações encontradas em termos de Análise de Resultados está relacionada com o tópico 5.1, relativo à prática do Desporto Paralímpico em Portugal. A principal dificuldade trazida na divisão geográfica por NUTS II foi perceber em que região é que o distrito de Setúbal faria parte – região da Área Metropolitana de Lisboa ou região do Alentejo -, visto não ser totalmente conclusivo nos principais pontos de referência geográficos encontrados *online*. Assim, o critério utilizado para a escolha do distrito de Setúbal para a Área Metropolitana de Lisboa foi a capital do distrito, Setúbal, encontrar-se nesta zona, e a zona do distrito no Alentejo não ser tão relevante como a área inserida na Área Metropolitana de Lisboa.

Apresentando, agora, as conclusões no que concerne a prática do Desporto Paralímpico em Portugal, destaca-se que o investimento feito no litoral do país acaba por sobrepor-se aos números analisados da prática do Desporto Paralímpico no interior do país. Distritos como Lisboa e Porto, e consequentemente, regiões de NUTS II como a Área Metropolitana de Lisboa, Norte e até o Centro, e mesmo nestas regiões, destacam-se os distritos na linha litoral, agregam em si as melhores condições para a prática do Desporto Paralímpico em Portugal. Consequentemente, estes números acabam por se refletir no número de atletas participantes por distrito, onde os distritos de Lisboa e Porto também detêm o maior número de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos.

Desta feita, Portugal tem sido um exemplo, pois tem posto em prática o conceito de inclusão social no Desporto, com a criação de novas associações, novas leis e novas iniciativas de apoio ao Desporto Paralímpico. Porém, a precariedade do investimento do Desporto Paralímpico em áreas no país como é o caso do Interior e das Regiões Autónomas, deixa a situação fragilizada, no que toca à prática de Desporto Paralímpico em Portugal.

Em relação a Portugal e a sua *performance* nos Jogos Paralímpicos, nas últimas nove participações, Portugal tem apresentado um caminho marcado por altos e baixos neste sentido, onde o seu auge foi atingido nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000. A partir daí, Portugal tem tido algumas dificuldades em reerguer-se – tal como mencionado anteriormente, o panorama internacional está sempre em constante alteração, com cada mais participantes e cada vez menos eventos de medalhas, o que acaba por dificultar e influenciar a falta de resultados dos últimos anos.

Porém, Portugal tem traçado um caminho emblemático no que concerne, não só a sua História em Portugal, mas também a História que criou no panorama internacional dos Jogos Paralímpicos, pelo que, se não se perder o objetivo de investir em entidades desportivas, clubes, associações para integrar o atleta, bem como equipamentos, recintos e, em suma, a criação de espaços e condições de treino para os atletas paralímpicos em Portugal, os resultados advirão, certamente, dessa criação de condições e investimento por parte das entidades responsáveis à prática do Desporto Paralímpico em Portugal.

Assim, responde-se, finalmente, à pergunta de investigação colocada no início do documento, no capítulo II, relacionado com a Pergunta de Investigação e Justificação da Problemática: «Considerando o sucesso dos atletas paralímpicos portugueses nos Jogos Paralímpicos de Sydney, em 2000, terão estes JP tido impacto para a evolução do Desporto Paralímpico em Portugal?».

De facto, tem-se denotado uma evolução no que toca à prática de Desporto Paralímpico em Portugal. Desde que essa evolução se tornou real em Portugal, isto é, a partir de 25 de abril de 1974, e desde que Portugal viu a sua participação nos Jogos Paralímpicos recorrente, a partir dos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque e Stoke Mandeville, em 1984, Portugal tem tido uma evolução gradual a todos os níveis no que toca ao Desporto Paralímpico, seja nas modalidades representadas, seja no número de atletas que representaram Portugal a cada edição, seja o número de medalhas que Portugal conquistou, não obstante as decadências que tem vindo a demonstrar nas últimas edições. E, de facto, os Jogos Paralímpicos de Sydney em 2000 mostraram o culminar do investimento do Desporto Paralímpico em Portugal, seja as mudanças que foram feitas a nível organizacional, sejam os apoios que foram prestados nessa época.

Porém, o atingir do sucesso é relativo. Neste formato, acredita-se que a correlação entre a evolução da prática desportiva e o posterior sucesso em Portugal pode não estar sempre ligado ao número de medalhas que a seleção portuguesa de atletas conquistou a cada edição, mas deverá também estar ligado à participação e ao esforço dos atletas em qualificarem-se para os Jogos Paralímpicos. Desta forma, acredita-se que o sucesso é relativo e que, tanto a participação e a qualificação de um atleta paralímpico para os Jogos Paralímpicos, como, posteriormente, as medalhas que hão-de advir, são o sucesso de um atleta paralímpico.

Por fim, explicita-se sugestões de temas de investigação futura que poderão advir da presente Dissertação de Mestrado. Assim, tal como o Desporto Paralímpico e os Jogos Paralímpicos, o Desporto

Surdolímpico poderia ser um estudo de caso, visto que foi o pioneiro no que respeita a inclusão social no Desporto, e Portugal, como denotado no tópico 5.1, também cria condições para a prática do Desporto Surdolímpico, bem como também tem atletas surdolímpicos a participar nos Jogos Surdolímpicos.

Outro tema de investigação derivado seria relativo à não mediatização da comunicação social em relação ao Desporto Paralímpico, e de que forma a sua divulgação na comunicação social poderia ser uma mais-valia na motivação dos atletas. Por último, a prática do Desporto Paralímpico nas escolas e de que forma este é praticado em Portugal e quais são as condições de prática de Desporto Adaptado para as crianças com necessidades especiais seria também uma proposta interessante de investigação futura.

Em suma, a evolução do Desporto Paralímpico no panorama internacional é cada vez mais significativa, com uma mediatização cada vez maior dos Jogos Paralímpicos como um evento respeitado e de cariz competitivo; um evento que acaba por fornecer a igualdade de oportunidade a atletas que não podem praticar Desporto de forma olímpica, e deste modo, permite a estes atletas conhecer, de igual forma, o sonho, a dedicação do trabalho árduo e a motivação de ganhar e atingir objetivos de uma forma saudável e atlética. Em Portugal, o Desporto Paralímpico tem crescido nos seus eixos, de variadas formas, esperando-se que, com o avançar dos anos, o Desporto Paralímpico em Portugal seja tão ou ainda mais valorizado do que é hoje em dia.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvis-Gómez, M.; Neira-Tolosa, N. (2013). Determinantes sociales en el deporte adaptado en la etapa de formación deportiva: Un enfoque cuantitativo. *Revista de Salud Pública*, 15 (6), 809-822.
- Ammons, D.; Eickman, J. (2011). Deaflympics and the Paralympics: eradicating misconceptions. *Sports in Society*, 14 (9), 1149-1164.
- Anderson, J., (2003). Turned in Tax Payers: Paraplegia, Rehabilitation and Sport at Stoke Mandeville, 1944–56. *Journal of Contemporary History*, 38 (3), 461-75.
- Arruda, L. (2006). Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão: História do Projecto de Medicina de Reabilitação, a Arquitectura e a Arte. *Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*.
- Bailey, S. (2008). *Athlete First: A History of the Paralympic Movement*. John Willis & Sons, Chichester, UK.
- Brandmeyer, G. A.; McBee, G. F. (1986). Social Status and Athletic Competition for the Disabled Athletes: The Case of Wheelchair Road-Racing, in Sherrill, C. (ed.). *Sport and Disabled Athletes, Champaign, Il., Human Kinetics*, 181-7.
- Brazuna, M.; Mauerberg-deCastro, E. (2001). A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento: Uma revisão da literatura. *Motriz*, 7(2), 115-123.
- Brittain, I. (2016). *The Paralympic Games Explained: Second Edition*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Cardoso, V. (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Rev Bras Cien Esporte*, 2, 529-539.
- Carvalho J.V. (1996). Breve História do Desporto para Deficientes a Nível Mundial. *FPDD – Informação*, 15, 11-25.
- Carvalho, J.V. (2004). Missão Paralímpica Atenas 2004. *Povos e culturas: Cultura e Desporto, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*, 189-204.
- Celestino, T.; Pereira, A. (2016). *A formação e o desenvolvimento do desporto adaptado: uma proposta de intervenção*. Instituto Politécnico de Viseu.

- Collins, M.; Buller, J. (2003). Social Exclusion from High-Performance Sport: Are all Talented Young Sports People Being Given an Equal Opportunity of Reaching the Olympic Podium?. *Journal of Sport & Social Issues*, 27(4), 420-442.
- DePauw, K.P.; Gavron, S.J. (2005). *Disability and Sport (2nd Ed.)*. Human Kinetics, Champaign, IL.
- De Bosscher, V.; De Knop, P.; Van Bottenburg, M.; Shibli, S. (2006). A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. *European Sport Management Quarterly*, 6(2), 185-215.
- De Bosscher, V.; Heyndels, B.; De Knop, P.; Van Bottenburg, M.; Shibli, S. (2008). The paradox of measuring success of nations in elite sport. *Belgeo Revue Belge de Géographie*, 2, 217-234.
- Guttman, L. (1952). On the Way to an International Sports Movement for the Paralyzed. *The Cord*, 5 (3), 7-23.
- Guttman, L. (1976). *Textbook of Sport for the Disabled*. HM and M Publishers, Aylesbury.
- Haut, J.; Grix, J.; Brannagan, P.; van Hilvoorde, I. (2018). International prestige through 'sporting success': an evaluation of the evidence. *European Journal for Sport and Society*, 14(4), 311-326.
- Heinila, K. (1982). The totalisation process in international sport. Toward a theory of the totalization of competition in top-level sport. *Sportwissenschaft*, 3, 235-253.
- Labanowich, S. (1987). The Physically Disabled in Sports: Tracing the influence of two tracks of a common movement. *Wheelchair Sports History*, 1-8.
- Legg, D.; Emes, C.; Stewart, D.; Steadward, R. (2002). Historical Overview of the Paralympics, Special Olympics and Deaflympics. *Palaestra*, 20(1), 30-35, 56.
- Legg, D; Gilbert, K. (2011). Paralympic Legacies. *Sport and Society*, 60-128.
- Liu, Y. D. (2009) Sport and Social Inclusion: Evidence from the Performance of Public Leisure Facilities. *Social Indicators Research*, 90(2), 325-337.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica, 5.ª edição*. Editora Atlas, São Paulo.

- Marques, R.; Marivoet, S.; Almeida, M.; Guttierrez, G.; Menezes, R.; Nunomura, M. (2015). A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspetivas de atletas portugueses. *Motricidade*.
- Mauerberg-deCastro, E.; Campbell, D.; Tavares, C. (2016). The global reality of the Paralympic Movement: Challenges and opportunities in disability sports. *Motriz, Rio Claro*, 22(3), 111-123.
- McCann, C. (1996). Sports for the Disabled: the evolution from rehabilitation to competitive sport. *British Journal of Sports Medicine*, 30(4), 279-80.
- Monteiro, M. (2009). *Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Jornais Desportivos Portugueses*. Universidade do Porto.
- Moreno, V.; Amorim, R. (2015). *Revisão Sistemática da Inserção Social, Desporto e Novas Tecnologias*. Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales, Universidad de Granada.
- Ogoura, K. (2018). The Deaflympics: History, Present Status, Issues, and Comparison with the Paralympics. *Journal of Paralympics Research Group*, 8, 17-32.
- Palmeira, A.; de Lima, Á. (2011). *As boas práticas de inserção social no e pelo desporto – estudo sobre os atletas paralímpicos*. Universidade Fernando Pessoa.
- Pereira, O. (2009). *Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Media Impressos Portugueses*. Universidade do Porto.
- Rodrigues, G.; Lima, S.; Duarte, E.; Tavares, M. (2004). Demarcações Sociais e as Situações Diádicas na Escola: Considerações Acerca da Inclusão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 25(3), 43-56.
- Rossi, R. (2016). *Desporto e Inclusão Social: Estudo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS). Feira de Santana, Bahia – Brasil*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Silva M. A. (1992). *Desporto para Deficientes: uma análise da sua evolução*. Câmara Municipal do Porto.
- Segura, J., Martínez-Ferrer, J.-O., Bálic, M.; Barnet, S. (2013). Creencias sobre la inclusión social y el deporte adaptado de deportistas, técnicos y gestores de federaciones deportivas de deportes para personas con discapacidad. *Revista iberoamericana de psicología del ejercicio y el deporte*, 8(1), 127-152.

Seppanen, P. (1981). Olympic success: a cross-cultural perspective. *Handbook of social science of sport*, 101-116.

Sousa, A. (2014). *A experiência vivida de atletas paralímpicos: narrativas do desporto paralímpico português*. Universidade do Porto.

Sousa, A.; Corredeira, R.; Pereira, A. (2013). *O Desporto Paralímpico em Portugal: Da sua génese à atualidade*. Universidade do Porto.

Waring, A.; Mason, C. (2010). Opening doors: promoting social inclusion through increased sport opportunities. *Sport in society*, 13(3), 517-529.

NETGRAFIA:

Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Visual (2021). *Apresentação*. Acedido em 03/06/2021. Disponível em <https://anddvis.pt/ANDDVIS.aspx>.

APS: Associação Portuguesa para Surdos (2020). *História*. Acedido em 29/11/2020. Disponível em <https://apsurdos.org.pt/>.

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/2/DDF/2018, celebrado entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., e o Comité Paralímpico de Portugal – Tóquio 2020 – Programa de Preparação Paralímpica Tóquio 2020 e Paris 2024, de 31 de janeiro de 2018. Diário da República, n.º22/2018, Série II de 2018-01-31. Acedido em 21/06/2021. Disponível em <https://paralimpicos.pt/documents/20181/58525/Contrato-Programa+Prepara%C3%A7%C3%A3o+Paral%C3%ADmpica+T%C3%B3quio+2020/46ed4b4d-0537-44a6-8aa4-10ba5551c807>.

CPP: Comité Paralímpico de Portugal (2021). *Apresentação*. Acedido em 10/02/2021. Disponível em <https://paralimpicos.pt/apresentacao1>.

CPP: Comité Paralímpico de Portugal (2020). *Mapa de Inclusão Desportiva*. Acedido em 26/10/2020. Disponível em <http://paralimpicos.pt>.

EUROSTAT (2021). *Population on 1 January by age and sex*. Acedido em 20/05/2021. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/DEMO_PJAN_custom_979015/default/table?lang=en.

FPDD: Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (2021). *Modalidades*. Acedido em 27/04/2021. Disponível em <https://fpdd.org/>.

Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Acedido em 25/03/2021. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf?fbclid=IwAR1f9qHxr3MNFliVwUgiCk-fCYS8SMfpLsKySVIRyYvK42lh5gma2tbJxk>.

INE (2021). *Superfície das unidades territoriais por localização geográfica (NUTS II-2020)*. Acedido em 04/05/2021. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9959&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true.

IPDJ: Instituto Português do Desporto e Juventude (2021). *Carta Europeia do Desporto*. Acedido em 22/01/2021. Disponível em <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>.

International Committee of Sports for the Deaf (2021). *History*. Acedido em 10/02/2021. Disponível em <http://www.ciss.org/icsd/history>.

IPC: International Paralympic Committee (2021). *History of the Paralympic Movement*. Acedido em 13/01/2021. Disponível em <https://www.paralympic.org/ipc/history>.

IPC: International Paralympic Committee (2021). *History of the Football 7-a-side*. Acedido em 14/05/2021. Disponível em <https://www.paralympic.org/news/sport-week-history-football-7-side>.

IPC: International Paralympic Committee (2020). *Paralympic and Para Sport Results*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/results>.

International Paralympic Committee (2021). *Paralympic Sports*. Acedido em 14/05/2021. Disponível em https://www.paralympic.org/sports?gclid=CjwKCAjwv_iEBhASEiwARoemvG0Lfdpw0CuXKsgEo2Hws76FNTL7zcCpZ_6IBxDUQ8jPv7_SmGEmiRoC7TgQAvD_BwE.

International Paralympic Committee (2020). *Summer Overview*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/paralympic-games/summer-overview>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Arnhem 1980*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/arnhem-1980/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Stoke Mandeville & New York 1984*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/stoke-mandeville-new-york-1984/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Seoul 1988*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/seoul-1988/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Barcelona 1992*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/barcelona-1992/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Atlanta 1996*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/atlanta-1996/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Sydney 2000*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/sydney-2000/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Athens 2004*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/athens-2004/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Beijing 2008*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/beijing-2008/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive London 2012*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/london-2012/results>.

International Paralympic Committee (2020). *Results Archive Rio 2016*. Acedido em 27/12/2020. Disponível em <https://www.paralympic.org/rio-2016/results>.

Lei n.º1/90 de 13 de janeiro de 1990, Lei de Bases do Sistema Desportivo. Diário da República n.º 11/1990, Série I de 1990-01-13. Acedido em 02/02/2021. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/333524/details/maximized>.

Lei n.º30/2004 de 21 de julho de 2004, Lei de Bases do Desporto. Diário da República n.º 170/2004, Série I-A de 2004-07-21. Acedido em 02/02/2021. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/505641/details/maximized>.

Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (2021). *Missão*. Acedido em 03/06/2021. Disponível em <http://pcand.pt/missao>.

Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (2021). *Quem somos*. Acedido em 03/06/2021. Disponível em <http://pcand.pt/quem-somos>.

PORDATA (2021). *População residente: Total e por grandes grupos etários*. Disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-390>.

PORDATA (2021). *População residente com deficiência segundo os Censos: total e por tipo de deficiência (1960-2001)*. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

VIII. APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice I. Caracterização da População/Amostra

Em primeira instância, a escolha da amostra para a realização de entrevistas recaiu para as Associações portuguesas que suportam o Desporto Paralímpico por tipos de deficiência. Esta escolha justifica-se pelo âmbito de se querer perceber se a criação e o desenvolvimento das Associações em questão foram cruciais para a evolução do Desporto Paralímpico em Portugal, ou seja, se estas entidades foram responsáveis pela possível crescente da prática, e possivelmente, pelo sucesso das modalidades praticadas do Desporto Paralímpico em Portugal.

Assim sendo, o objetivo principal das entrevistas com as associações seria o de recolher dados qualitativos que se referissem primeiramente à criação, missão, visão e valores da associação em causa, bem como, já referido, instruir uma série de questões que ajudassem a compreender a perspetiva do entrevistado em relação à evolução da prática dos indivíduos às variadas modalidades existentes do Desporto Paralímpico em Portugal. Refere-se também que as questões foram baseadas na Revisão de Literatura.

As Associações que concederam a entrevista serão tratadas pelo seu nome com a devida autorização de ambas, ANDDVIS e PCAND, e, no quadro abaixo, esclarecer-se-ão as características principais de resolução das entrevistas conduzidas.

Associação	Respondente	Data de Entrevista	Duração de Entrevista
ANDDVIS	Membro	15/11/2020	33 minutos
PCAND	Membro	13/01/2021	1h22 minutos

Por fim, é de salientar que, em contexto de pandemia da COVID-19, as entrevistas foram realizadas remotamente, através da plataforma de videochamada *Skype*.

Apêndice II. Procedimentos de Guião de Entrevistas

O guião de entrevista foi designado para Associações envolvidas no desenvolvimento e evolução do Desporto Paralímpico em Portugal, pelo que apenas duas associações colaboraram para a investigação nesta Dissertação de Mestrado – a ANDDVIS e a PCAND. Assim, é de salientar que o guião de entrevista foi ajustado, tendo em conta as diferenças entre estas duas associações.

Assim sendo, o Guião de Entrevista original incluiu um total de vinte questões, sendo que à ANDDVIS foram feitas oito perguntas do guião original, e à PCAND doze perguntas. Porém, salienta-se que a estas oito e doze perguntas, respetivamente, também se foram acrescentando questões à medida que a entrevista decorria, e destas não contabilizadas no Guião de Entrevista original, apenas serão indicadas as mais importantes, se assim for necessário, e estarão devidamente inseridas nos respetivos Guiões. Por fim, das vinte questões totais, apenas três são comuns a ambas as Associações.

Apêndice III. Caraterização da Associação Investigada – ANDDVIS

A ANDDVIS nasceu através da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), sendo esta considerada a «filha» da ACAPO. Assim sendo, a ANDDVIS é uma organização sem fins lucrativos, e foi criada em 2008, onde o seu principal objetivo passa por fomentar e promover a prática desportiva e de Desporto de Alto Rendimento nas pessoas com Deficiência Visual, bem como a cooperação com entidades nacionais e internacionais que desenvolvam o seu trabalho com o mesmo objetivo.

A ANDDVIS passou também a ser considerada uma Associação Nacional de Desporto, pelo que é uma das várias associações filiadas à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD). A nível de financiamento, a ANDDVIS é financiada pelo Instituto Português para o Desporto e Juventude (IPDJ), estabelecendo Contratos-Programa com a FPDD.

Segundo a entrevistada, apesar de a FPDD ser a principal responsável pelo financiamento das suas associações afiliadas, a ANDDVIS tem a total autonomia e responsabilidade no que toca às Competições Nacionais de Goalball, sendo estas o Campeonato Nacional de Goalball, a Taça de Portugal e a Supertaça, bem como estabelece a coordenação das respetivas Seleções Nacionais Masculinas e Femininas, integradas no Escalão Sénior e Sub-21. Para além do Goalball, a ANDDVIS trabalha com modalidades adaptadas a pessoas com Deficiência Visual como o *Showdown*³² e, novamente, o Futebol de 5.

Por fim, no que toca à competitividade do Desporto de Alto Rendimento, a ANDDVIS pretende fazer com que Portugal seja representado por uma equipa de Goalball nos Jogos Paralímpicos, facto que ainda não foi possível. Porém, a entrevistada considera que *«os atletas de Goalball são bem-sucedidos, não por trazerem medalhas para casa, mas sim pela sua participação, e agora, pela manutenção no Grupo B e da conquista da medalha de ouro nos European Paralympic Young Games (EPYG)»*.

³² Modalidade adaptada à deficiência visual de resposta à modalidade do Ténis de Mesa.

Apêndice IV. Caracterização da Associação Investigada – PCAND

A Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (PCAND) é uma associação criada com o intuito de fomentar e promover o Desporto de Alto Rendimento e a prática desportiva em pessoas com Paralisia Cerebral.

Antes de ser nomeada PCAND, em 2001, a realização dos objetivos propostos acima estariam no seio da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), esta criada em 1983. O objetivo principal da APPC, segundo a entrevistada, no seu início, seria *«(...) a recriação e o entretenimento de pessoas com Paralisia Cerebral»*, até que a criação do Boccia despertou o interesse a nível internacional no Desporto Paralímpico, e, a partir daí, a APPC designou-se com o objetivo de ajudar à prática e, posteriormente levar atletas à participação nos Jogos Paralímpicos e competições internacionais. Deste modo, seria implementado o Desporto de Alto Rendimento para pessoas com Paralisia Cerebral em Portugal.

Neste momento, a PCAND tem a responsabilidade de representar modalidades como o Boccia, Boccia Sénior, Tricicleta, Futebol de 7 e Slalom em CR (PCAND, 2021), organizando competições a nível regional, nacional e internacional.

Para além do objetivo de fomentar a prática desportiva, a PCAND também, à semelhança da ANDDVIS, coopera com associações e entidades que procurem desenvolver os mesmos objetivos. Neste contexto, a PCAND também se considera membro da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) e da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (PCAND, 2021).

Apêndice V. Guião de Entrevista relativo à ANDDVIS

1. O Goalball foi instaurado nos JP em 2004. Porém, Portugal ainda não conseguiu levar a seleção nos JP. O que falta para cumprir o objetivo?
2. A ANDDVIS apoia maior parte das modalidades praticadas por pessoas com deficiência visual. Algumas delas, como o judo e o atletismo, já foram representadas nos JP por atletas portugueses, inclusive, no caso do atletismo, medalhas já foram trazidas para Portugal. A ANDDVIS apoiou diretamente estes atletas que participam nos JP? Ou está mais focada no Goalball e na sua futura primeira participação nos JP?
3. Em relação à prática, quais são os principais fatores que levam uma pessoa com deficiência visual a inscrever-se para a prática de desporto?
4. Quais são as normais condições de treino destes atletas?
5. Qual é a relação entre a prática e sucesso dos atletas paralímpicos?

Apêndice VI. Guião de Entrevista relativo à PCAND

1. O Boccia é uma das modalidades mais conhecidas do Desporto Paralímpico. É por ser uma modalidade, digamos, «de raiz» do Desporto Paralímpico? E não adaptada, como, por exemplo, o Basquetebol em Cadeira de Rodas?
2. É pelo Boccia ser uma das modalidades mais medalhadas em Portugal e uma das modalidades que mais cresceu no nosso país, que surge a necessidade de «separar as águas» e criar uma Federação, sendo a Federação de Portugal de Boccia, a primeira Federação de uma modalidade específica do Desporto Paralímpico em Portugal? Poderia explicar um pouco este fenómeno?
3. Como é que vê a evolução do Boccia no nosso país? (em termos de atletas, participação, crescimento do alto rendimento, etc).
4. Consideram que a prática do Desporto em geral por parte de, neste caso, pessoas com paralisia cerebral, acaba por ser importante, tanto a nível individual (a pessoa sente-se melhor com ela própria) tanto a nível coletivo (inclusão social no Desporto e trabalho em equipa)?
5. Quais são os fatores sobre os motivos que levam as pessoas à prática, e conseqüentemente, à prática regular e de alto rendimento, e quais são os fatores que levam ao sucesso?
6. O número de medalhas conquistadas em Portugal tem diminuído ao longo dos anos, quer seja no Boccia, quer seja nas restantes modalidades representadas. De 15 em Sydney, passamos para 4 no Rio de Janeiro. O que poderá ter desencadeado estes números?
7. Consideram que os maiores órgãos representativos do Desporto Paralímpico em Portugal tem conseguido manter o nível para o apoio? Ou, neste caso, a PCAND é independente e consegue conciliar o apoio aos atletas com paralisia cerebral?
8. Como é que tem sido lidar com a situação do covid-19 para os atletas?
9. Quais são as perspetivas da PCAND para os Jogos Paralímpicos de Tóquio?

Apêndice VII. Guião de Entrevista comum à ANDDVIS e PCAND

1. Como é que a Associação surge? Qual o seu contexto histórico e quando?
2. O que poderia ser melhorado em termos de estrutura (ou infraestruturas) em Portugal para um maior suporte para os atletas?
3. Segundo a vossa ótica, os atletas paralímpicos portugueses tem sucesso nas competições internacionais?

Apêndice VIII. Guião de recolha de dados quantitativos

1. Dados brutos da prática federada de Desporto Paralímpico em Portugal;
2. Dados brutos sobre o número de atletas federados que vão para os Jogos Paralímpicos;
3. Dados que ajudem à conceptualização de sucesso no Desporto Paralímpico em Portugal (resultados e medalhas em campeonatos nacionais, europeus, Jogos Paralímpicos);
4. Dados de participação nas competições mencionadas acima.

Apêndice IX. Modalidades acreditadas para os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2021, ano de inauguração nos JP, número de JP realizados e tipo de deficiência associada.

MODALIDADE	ANO DE INAUGURAÇÃO NOS JP	NÚMERO DE JP REALIZADOS	TIPO DE DEFICIÊNCIA ASSOCIADA
Atletismo	1960	15	DM / DV / DI
Parabadminton	2021	0	DM
Basquetebol em CR	1960	15	DM
Boccia	1984	9	DM / PC
Paracanoagem	2016	1	DM
Paraciclismo	1984	9	DM / DI
Esgrima em CR	1960	15	DM
Futebol de 5	2004	4	DV
Goalball	1976	12	DV
Halterofilismo paralímpico (<i>Powerlifting</i>)	1984	9	DM
Judo	1988	8	DV
Natação	1960	15	DM / DV / DI / PC
Equitação (<i>Paradressage</i>)	1996	7	DI / PC
Remo	2008	3	DM / DV
Rugby em CR	2000	5	DM
Taekwondo	2021	0	DM / DV / DI / PC
Tênis em CR	1992	8	DM
Tênis de Mesa	1960	15	DM / DI
Tiro	1976	11	DM / DI
Tiro com Arco	1960	15	DM / DI
Paratriatlo	2016	1	DM / DV
Voleibol Sentado	1976	11	DM

Apêndice X³³: Medalhas conquistadas por Portugal, por JP, Modalidade, Categoria de Medalha (Ouro, Prata e Bronze) e Total.

JP	Modalidade	Medalhas			Total
		Ouro	Prata	Bronze	
Nova Iorque, 1984	Atletismo	3	2	5	14
	<i>Boccia</i>	1 (e)	-	-	
	Ciclismo	-	1	1	
	Ténis de Mesa	-	-	1	
Seul, 1988	Atletismo	2	5	4	14
	<i>Boccia</i>	1 (e)	-	2	
Barcelona, 1992	Atletismo	3	1	2	9
	<i>Boccia</i>	-	1	-	
	Futebol 7	-	1	-	
	Natação	-	-	1	
Atlanta, 1996	Atletismo	4	1	3	14
	<i>Boccia</i>	2	1	-	
	Natação	-	2	1	
Sydney, 2000	Atletismo	5	3	3	15
	<i>Boccia</i>	1	1	1	
	Natação	-	1	-	
Atenas, 2004	Atletismo	-	2	1	12
	<i>Boccia</i>	2	3	1	
	Natação	-	-	3	
Pequim, 2008	Atletismo	-	1	-	7
	<i>Boccia</i>	1	3	1	
	Natação	-	-	1	
Londres, 2012	Atletismo	-	-	1	3
	<i>Boccia</i>	-	1 (p)	1	
Rio de Janeiro, 2016	Atletismo	-	-	2	4
	<i>Boccia</i>	-	-	1; 1 (e)	
Total		25	30	37	92

(e) – medalha por equipa; (p) – medalha por pares.

³³ Neste apêndice, apenas estão representadas as modalidades que ganharam medalhas, sendo que, em algumas edições, poderá haver mais modalidades a participar nos Jogos Paralímpicos.

Anexo I. Modelo de relação entre os fatores que determinam o sucesso nacional e individual.

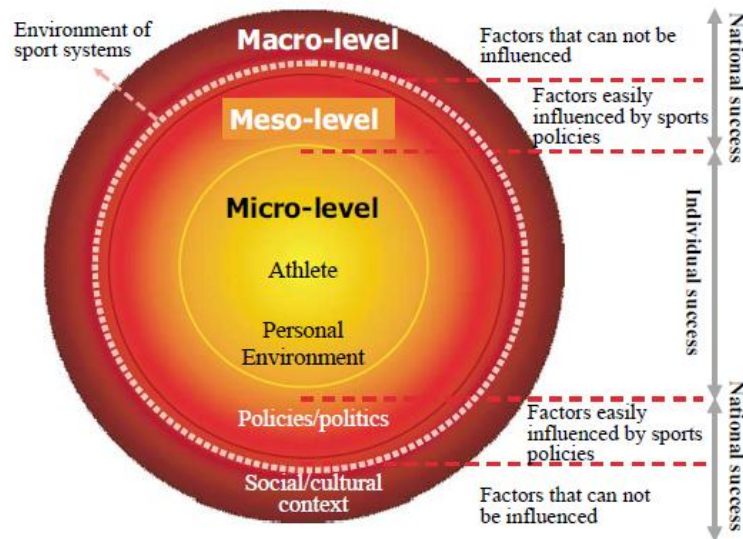


Figure 1. Model showing the relationship between factors determining individual and national success (De Bosscher & De Knop, 2003)

Nota: O Anexo I está referenciado na secção da Revisão de Literatura (III), no tópico 3.1 (A conceptualização do Sucesso [Internacional] no Desporto).

Fonte de Anexo: De Bosscher, V.; De Knop, P.; Van Bottenburg, M.; Shibli, S. (2006). A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. *European Sport Management Quarterly*, 6(2), 185-215.

Anexo II. Termo de comparação entre as modalidades realizadas dos Jogos Surdolímpicos e dos Jogos Paralímpicos de Pequim de 2008.

Table 1. Sport events in the Deaflympics and the 2008 Paralympic Games

Deaflympics	Paralympic Games
Athletics	Archery
Badminton	Athletics
Basketball	Boccia
Beach Volleyball	Cycling
Bowling	Equestrian
Cycling Road	Football 5-a-side
Football	Football 7-a-side
Judo	Goalball
Karate	Judo
Mountain Bike	Power lifting
Orienteering	Rowing
Shooting	Sailing
Swimming	Shooting
Table Tennis	Swimming
Taekwondo	Table Tennis
Tennis	Volleyball (Sitting)
Volleyball	Wheelchair Basketball
Wrestling Freestyle	Wheelchair Fencing
Wrestling Greco-Roman	Wheelchair Rugby
	Wheelchair Tennis

Nota: O Anexo II está referenciado na secção da Revisão de Literatura (III), no tópico 3.4 (A História do Movimento Surdolímpico, a sua evolução em Portugal e principais opostos entre o Movimento Paralímpico e o Movimento Surdolímpico).

Fonte de Anexo: Ammons, D.; Eickman, J. (2011). Deaflympics and the Paralympics: eradicating misconceptions. *Sports in Society*, 14(9), 1149-1164.

Anexo III. Níveis e critérios de integração dos praticantes de modalidade individual, que constam no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/2/DDF/2018.

	Campeonato Europeu (*) (realizado sob a égide da federação internacional que governe a modalidade paralímpica em causa)	Campeonato Mundial (*) (realizado sob a égide da federação internacional que governe a modalidade paralímpica em causa)	Jogos Paralímpicos
Nível 1	1.º lugar	1.º, 2.º lugar ou 3.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa. Quando se trate de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.	1.º, 2.º, 3.º lugar.
Nível 2	2.º lugar e 3.º lugar, se dentro dos dois primeiros terços da tabela. Quando se trate de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.	3.º lugar, se incluído no último terço da tabela classificativa; Do 4.º ao 8.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa. Quando se trate de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.	Do 4.º ao 8.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa. Quando se trate de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.
Nível 3	3.º lugar, se no último terço da tabela. Do 4.º ao 8.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa, tratando-se de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.	Do 4.º ao 8.º lugar, se incluído no último terço. Do 9.º ao 10.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa, tratando-se de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.	Do 4.º ao 8.º lugar, se incluído no último terço. Do 9.º ao 10.º lugar, se incluído nos primeiros 2/3 da tabela classificativa, tratando-se de modalidade que admita mais de 1 participante por país na prova.
Nível 3	Na modalidade de atletismo marca AQS para os Jogos Paralímpicos homologada no ranking IPC.		
Nível 3	Na modalidade de natação marca MQS para os Jogos Paralímpicos homologada no ranking IPC.		
Nível 3	Na modalidade de tiro obtenção de um resultado em competição, homologado no ranking IPC, com pontuação ao nível de MQS para os Jogos Paralímpicos.		
Nível 3	Na equitação, na disciplina de <i>paradressage</i> obtenção de pontuação, em prova homologada pela Federação Equestre Internacional, correspondente ao nível de atleta elegível para participação nos Jogos Paralímpicos.		
Nível 3	Resultado desportivo, ou posicionamento no ranking internacional, que corresponda a qualificação para participação nos Jogos Paralímpicos em modalidade em que só seja admitido um participante por país na prova.		
Nível 3	Resultado desportivo, ou posicionamento no ranking internacional da modalidade, que qualifique o país ou o praticante para participação nos Jogos Paralímpicos.		

(*) Nas modalidades ou disciplinas em que não exista campeonato europeu nem mundial num determinado ano, poderá ser considerado, nesse ano, o resultado referente à prova internacional previamente designada para o efeito, mediante proposta da respetiva federação nacional sujeita a aprovação pelo CPP.

Nota: O Anexo III está referenciado na secção da Análise de Resultados (V), no tópico 5.2 (Portugal nos Jogos Paralímpicos).

Fonte de Anexo: Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/2/DDF/2018, celebrado entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., e o Comité Paralímpico de Portugal — Tóquio 2020 — Programa de Preparação Paralímpica Tóquio 2020 e Paris 2024, de 31 de janeiro de 2018. Diário da República, n.º22/2018, Série II de 2018-01-31. Acedido em 21/06/2021. Disponível em

<https://paralimpicos.pt/documents/20181/58525/Contrato-Programa+Prepara%C3%A7%C3%A3o+Paral%C3%ADmpica+T%C3%B3quio+2020/46ed4b4d-0537-44a6-8aa4-10ba5551c807>.